

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DISSERTAÇÃO

**Da sociedade disciplinar de Michel Foucault à sociedade
do desempenho de Byung-Chul Han: articulações, tensões
e processos de resistência**

Estela Maria de Carvalho

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
LINHA 1 – SUBJETIVIDADE, ÉTICA E POLÍTICA

DA SOCIEDADE DISCIPLINAR DE MICHEL FOUCAULT À
SOCIEDADE DO DESEMPENHO DE BYUNG-CHUL HAN:
ARTICULAÇÕES, TENSÕES E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA

ESTELA MARIA DE CARVALHO

Sob a Orientação do Professor
Leandro Pinheiro Chevitarese

Dissertação submetida para obtenção do grau
de **Mestre em Filosofia**, no Programa de Pós-
Graduação em Filosofia. Área de concentração:
Filosofia

Seropédica, RJ
Julho / 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ESTELA MARIA DE CARVALHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia** no Curso de Pós-Graduação em Filosofia, área de Concentração em Filosofia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/05/2021

Conforme deliberação número 00/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação do trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinatura, através do SIPAC, ou do sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve cosntar como anexo ao final da tese/dissertação.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/05/2021

Leandro Pinheiro Chevitarese. Doutor. UFRRJ (Orientador)

Renato Nogueira dos Santo Junior. Doutor. UFRRJ

Edgar de Brito Lyra Netto. Doutor. PUC - RJ



Emitido em 27/05/2021

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 71/2021 - PPGFIL (12.28.01.00.00.92)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/08/2021 15:14)

LEANDRO PINHEIRO CHEVITARESE

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptES (12.28.01.00.00.86)

Matricula: 1797577

(Assinado digitalmente em 05/08/2021 17:14)

RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptES (12.28.01.00.00.86)

Matricula: 1306589

(Assinado digitalmente em 05/08/2021 12:56)

EDGAR DE BRITO LYRA NETTO

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 760.326.477-49

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 71, ano: 2021, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: 05/08/2021 e o código de verificação: **5952a6548b**

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central / Seção de
Processamento Técnico**

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C331s Carvalho, Estela Maria de , 1981-
Da sociedade disciplinar de Michel Foucault à
sociedade do desempenho de Byung-Chul Han:
articulações, tensões e processos de resistência /
Estela Maria de Carvalho. - Nova Iguaçu, 2021.
104 f.

Orientador: Leandro Pinheiro Chevitarese.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA, 2021.

1. Processos de subjetivação. 2. Relações de poder.
3. Discursos . 4. Cybermundo. I. Chevitarese, Leandro
Pinheiro , 1975-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos Marcio Ygor, João Batista e Joana Tereza por serem tão maravilhosos e compreensivos em cada momento que foi necessário me ausentar. Vocês são minha vida batendo fora do peito.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço a Deus pela oportunidade ímpar que me concedeu em cursa o Mestrado e mais ainda de chegar até esta etapa.

A minha mãe por me apoiar até mesmo nos momentos mais difíceis que ela vivenciou.

Ao meu orientador por me incentivar, por todas as críticas e os merecidos “puxões de orelha”.

Também agradeço a todos que me ajudaram direta ou indiretamente em cada etapa desta parte da minha vida.

RESUMO

CARVALHO, Estela Maria de. **Da sociedade disciplinar de Michel Foucault à sociedade do desempenho de Byung-Chul Han**: articulações, tensões e processos de resistência. 2021. 104 p Dissertação (Mestrado em Filosofia) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

O presente texto abordará a concepção teórica de Michel Foucault, articulada aos estudos do filósofo contemporâneo Byung-Chul Han, partindo da perspectiva de que, no cenário contemporâneo, conceitos como disciplina, vigilância e punição mostram-se insuficientes para dar conta da complexidade das relações de poder e dos processos de subjetivação da atualidade. Assim, o primeiro capítulo apresentará os principais conceitos do filósofo francês, que buscou realizar uma arqueologia e uma etiologia dos fenômenos que constituem as instituições sociais, as dinâmicas que norteiam as relações de poder, os discursos e saberes que se transformam em regimes de verdade e geram efeitos de subjetivação. O segundo capítulo investigará elementos que configuram a sociedade atual, concebida pelo filósofo sul-coreano como uma sociedade do desempenho e do cansaço, operando através do panoptismo digital, das dinâmicas das redes sociais e da erosão da alteridade nas relações humanas. O capítulo de encerramento demonstrará como as configurações que caracterizam o cenário contemporâneo não substituem as tecnologias apresentadas por Foucault; de maneira que ambos os mecanismos operam simultaneamente no corpo social e nos processos de subjetivação.

Palavra-chave:

Processos de subjetivação; Relações de poder; Discursos; Cybermundo.

ABSTRACT

CARVALHO, Estela Maria de. **From Michel Foucault's disciplinary society to Byung-Chul Han's performance society: articulations, tensions and resistance processes.** 2021. 104 p. Dissertation. (Master in Philosophy) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

This text will address the theoretical conception of Michel Foucault, articulated to the studies of the contemporary philosopher Byung-Chul Han, starting from the perspective that, in the contemporary scenery, concepts such as discipline, vigilance and punishment are insufficient to account for the complexity of power relations and the processes of subjectivation of today. Thus, the first chapter will present the main concepts of the French philosopher, who sought to realize an archeology and an etiology of the phenomena that constitute social institutions, the dynamics that guide power relations, discourses and knowledge that turn into regimes of truth and generate effects of subjectivation. The second chapter will investigate elements that shape today's society, conceived by the South Korean philosopher as a society of destitute and tiredness, operating through digital panoptism, the dynamics of social networks and the erosion of otherness in human relations. The closing chapter will demonstrate how the configurations that characterize the contemporary scenario do not replace the technologies presented by Foucault; so that mechanism operate simultaneously in the social body and in the processes of subjectivation.

Keywords:

Subjectivation processes; Power relations; Speeches; Cyberworld; Self-regulation

SUMÁRIO

Introdução	09
1. REFLEXÕES ACERCA DA SOCIEDADE A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT	13
1.1. Poder soberano	16
1.2. Poder disciplinar	22
1.3. Biopoder e biopolítica	29
1.4. Panóptico	33
1.5. Discursos e regimes de verdade na construção de subjetividade	39
2. A SOCIEDADE DO CANSAÇO E DO DESEMPENHO DE BYUNG-CHUL HAN	42
2.1. Sociedade do desempenho	43
2.2. Sociedade do cansaço	49
2.3. A pornografização na sociedade da transparência	53
2.4. <i>Eros</i> na sociedade do desempenho	57
2.5. Panóptico digital	63
3. DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE DISCIPLINAR DE MICHEL FOUCAULT E A SOCIEDADE DO DESEMPENHO DE BYUNG-CHUL HAN	70
3.1. Tensões entre a sociedade disciplinar e do desempenho	71
3.2. Panóptico X Panóptico digital	77
3.3. A violência na perspectiva de Foucault e Han	82
3.4. Processos de resistência e possibilidades de uma sociedade crítica	88
Conclusão	94
Referências Bibliográficas	97

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, estruturada em três capítulos, discorrerá sobre a concepção teórica de Michel Foucault articulada aos estudos do filósofo contemporâneo Byung-Chul Han.

O primeiro capítulo, *Reflexões acerca da sociedade a partir de Michel Foucault* versará sobre os principais conceitos do filósofo, que buscou realizar uma arqueologia e uma etiologia dos fenômenos que constituem as instituições sociais. Com essa proposta, o filósofo adentrou nas dinâmicas que norteiam as relações de poder, os discursos e saberes que se transformam em regimes de verdade e produzem subjetividade.

Visando apresentar tal abordagem com mais clareza, esta parte da pesquisa obedece a seguinte subdivisão: 1.1. *Poder Soberano* descreverá esta tecnologia e seu modo de operação nas relações sociais estabelecidas até o seu declínio na sociedade; 1.2. *Poder disciplinar* apresentará os elementos de transição entre sociedade soberana e o surgimento desta tecnologia, para em seguida discorrer mais detalhadamente sobre os fundamentos que a caracterizam, inclusive nos dias atuais; 1.3. *Biopoder e Biopolítica* estenderá a análise para um nível mais amplo, abordando as relações entre grupos sociais de diferentes espaços geográficos, os mecanismos de manutenção em nível coletivo e as estratégias utilizadas no cenário político e socioeconômico; 1.4. *Panóptico* apresentará o projeto arquitetônico idealizado por Jeremy Bentham, articulando-o à organização espaço-temporal das instituições inseridas na sociedade disciplinar. Um dos objetivos desta parte da investigação consiste em demonstrar a influência da disposição desses elementos na produção de subjetividade; por fim, 1.5. *Discursos e regimes de verdade na construção de subjetividade* enfatizará as dinâmicas de produção e reprodução dessas manifestações. O capítulo encerrará abordando sobre os processos de resistência que articulados a estes elementos, também colaboram na produção da subjetividade.

O segundo capítulo, *A sociedade do desempenho de Byung-Chul Han* tratará de alguns aspectos envolvendo as instituições sociais e as dinâmicas que operam durante as relações de poder no cenário atual; compreendendo-o como um espaço onde conceitos como —disciplina e —punição tornam-se insuficientes para explicá-lo.

Além das instituições disciplinares, a sociedade opera através de duas

dimensões que se interligam: a presencial, composto por academias, centros estéticos, cursos de *coaching*, *shopping centers*, multinacionais, entre outros; e a dimensão virtual, constituída por sites de relacionamento pessoal, aplicativos com múltiplas funções, que regulam desde aspectos fisiológicos até promoção de encontros amorosos, *chats* ou salas de bate-papo, entre outros.

Para o filósofo, o uso descuidado da tecnologia, a forma acelerada de se relacionar com o tempo, o excesso de positividade etc, colaboram para o adoecimento dos sujeitos; principalmente devido à exaustão, a produtividade em demasia, à hiperatenção, à perda da alteridade e falta do reconhecimento do outro.

Para facilitar a compreensão desta dinâmica, o capítulo obedece a seguinte estrutura: 2.1. *Sociedade do desempenho* descreverá os elementos que caracterizam o tecido social, os mecanismos de regulação, bem como as relações interpessoais presentes que interferem nos hábitos cotidianos; 2.2. *Sociedade do Cansaço* tratará das consequências desta nova configuração social e seus efeitos na produção de subjetividade, principalmente no que se refere às patologias neuronais; 2.3. *A pornografização na sociedade da transparência* abordará a supervalorização da imagem articulada aos processos de invisibilização do outro, diante do excesso de autoexposição e a banalização da veracidade de tais projeções em um cenário de hipervalorização da transparência; 2.4. *Eros na sociedade do desempenho* tratará do esvaziamento das relações interpessoais, da perda da sensibilidade e das possíveis consequências deste fenômeno; 2.5. *Panóptico digital* encerrará o capítulo com a releitura proposta por Han acerca do projeto benthaminiano, realizada através da observação do *cybermundo* e dos mecanismos que operam nesta configuração, em paralelo aos dispositivos da dimensão presencial.

Finalmente o terceiro capítulo da pesquisa, intitulado *Diálogo entre a sociedade disciplinar de Michel Foucault e sociedade do desempenho de Byung-Chul Han* investigará como as configurações que caracterizam o cenário contemporâneo não substituem as tecnologias apresentadas por Foucault. Na verdade, ambos os processos operam simultaneamente no tecido social.

Na atualidade, a disciplina, o controle temporal, a ordenação espacial, a produção de discursos e regimes de saberes continuam presentes, com maior ou menor intensidade, produzindo padrões de comportamento considerados normativos e corpos economicamente úteis e dóceis. Articuladamente a tais dinâmicas, e sob o discurso de uma pseudoliberalidade, coexistem mecanismos que estimulam a

aceleração, a hiperatividade, a capacidade de realizar múltiplas funções e a autossuperação.

Contudo, se na sociedade disciplinar há delinquentes, loucos e desviados; o excesso de positividade da sociedade do desempenho gera a cada dia um número maior de doentes neuronais. Assim, o estudo também problematizará o exercício de uma postura crítica diante deste cenário contemporâneo. Cabe considerar sob que condição seria possível uma atitude reflexiva, uma outra experiência do tempo e do pensamento, que talvez fosse uma alternativa para repensar a maneira que os sujeitos interagem socialmente.

Considerando estes aspectos, o capítulo discorrerá sobre as principais ideias do filósofo Byung-Chul Han em articulação os conceitos-chaves da perspectiva foucaultiana, tendo como objeto de análise as relações sociais estabelecidas na sociedade contemporânea.

A subdivisão deste último capítulo obedecerá a seguinte ordem: 3.1. *Tensões entre a sociedade disciplinar e do desempenho* tratará dos elementos compartilhados pelas teorias de ambos os filósofos, com relação às dinâmicas que operam nas instituições atuais, as relações interpessoais e processos que colaboram para a produção de subjetividade; 3.2. *Panóptico X Panóptico digital* discorrerá sobre o tema através das perspectivas dos dois filósofos, destacando aspectos congruentes e divergentes no que concerne à sua relação com as instituições do cenário presencial e virtual; 3.3. *A violência na perspectiva de Foucault e Han* abordará os mecanismos implícitos aos fenômenos de violência, tanto nas instituições que caracterizam a sociedade disciplinar, como nas práticas presentes na sociedade do desempenho; 3.4. *Processos de resistência e possibilidades de uma sociedade crítica* descreverá como estes mecanismos atuam no cenário contemporâneo, sua influência na construção do sujeito, relacionando-a com a produção de discursos, valores e normas. Por fim, esta subdivisão encerrará a pesquisa promovendo uma discussão sobre possibilidades para repensar as dinâmicas que operam nas relações sociais, considerando novas

configurações de um sujeito ético, bem como a criação de uma relação diferenciada com o tempo e consigo mesmo, sob uma ótica mais crítica.

CAPÍTULO I

1 REFLEXÕES ACERCA DA SOCIEDADE A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

[O poder] É um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidade aonde se vêm inscrever o comportamento dos sujeitos atuantes. (...) Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1984, p.11)

Michel Foucault foi um filósofo francês de grande relevância para o pensamento filosófico ocidental, em virtude de seus desdobramentos a respeito de conceitos como: poder, produção de saberes e mecanismos de subjetivação. Toda a sua pesquisa segue uma perspectiva diferenciada e que possibilita aplicabilidade nas análises realizadas pelas múltiplas áreas do conhecimento, como por exemplo: o Direito, a Psicologia, a Educação, a Política, entre outros.

Contrapondo ao marxismo, que enfatiza as lutas de classe e o compreende como um elemento facilitador para que um determinado sujeito se mantenha numa posição economicamente superior; na teoria foucaultiana, o poder perpassa por tudo e todos. Sua filosofia é considerada até hoje como contemporânea e inovadora, principalmente devido à concepção mais abrangente acerca do poder, que permite refletir criticamente sobre os fenômenos sociais, sem limitá-los a fatores econômicos.

Segundo os estudos de Foucault, o poder é exercido em diferentes instâncias e assimetricamente, numa espécie de rede por todo o corpo social, com diferentes níveis de intensidade e formas de organização espaço-temporal. Todavia, é importante destacar que ele não exclui a influência dos mecanismos econômicos na atuação o poder e nos processos de subjetivação; o que ocorre é que seu exercício “também” abrange estes dispositivos mas não de maneira “predominante”.

(...) à formulação “macrofísica”, destinada a situar o poder nas grandes relações de força pela classe e pelo Estado, Foucault contrapõe uma relação “microfísica”, que vê o poder em toda parte, ou seja, em todos os setores da sociedade, a começar das relações cotidianas entre indivíduos (...) ao privilégio dado às oposições globais e binárias Foucault contrapõe a tese da impossibilidade das divisões “maniqueístas” entre dominantes e dominados, porque todo indivíduo ou grupo é, simultaneamente, um e outro (...) (Abbagnamo, 2012, p.894)

Infere-se na citação que o poder é dinâmico, intencional e dotado de racionalidade. Ele afeta os sujeitos continuamente e de diferentes formas. Os indivíduos sofrem e exercem, simultaneamente sua ação, em todas as esferas sociais e através das relações estabelecidas. Além disso, na maioria das vezes são processos extremamente sutis, chegando a proporcionar um falso naturalismo.

Michel Foucault seguiu um caminho de investigação sobre as relações de poder e seu exercício, deixando em segundo plano conceituações. Através da leitura de algumas de suas obras, verifica-se que o filósofo descreveu a presença das manifestações do poder ao longo da história observando as dinâmicas das relações, o manuseio dos corpos e as instituições sociais.

Em paralelo, dedicou sua atenção em como esses fenômenos se articulavam com os saberes produzidos e possíveis efeitos da relação poder/saber nos processos de subjetivação. Também incluiu os mecanismos de vigilância e punição, e as técnicas de exame para produção de corpos úteis e economicamente dóceis.

Para o filósofo (1982, p. 240) os termos “poder” e “relações de poder” são algumas vezes utilizados como sinônimos mas apresentam significados diferentes. Além disso, o primeiro em determinadas situações, também é confundido com o termo *capacidade* e o segundo com *relações de comunicação*. Ao diferenciar os termos, ele também explica que:

(...) a aplicação da capacidade objetiva, nas suas formas mais elementares, implica relações de comunicação - seja de informação prévia, ou de trabalho dividido -; liga-se também a relações de poder - seja de tarefas obrigatórias, de gestos impostos por uma tradição ou aprendizado, de subdivisões ou de repartição mais ou menos obrigatória do trabalho (FOUCAULT, 1982, p. 241)

Assim, além de diferenciá-los, Foucault afirma que esses fenômenos estão interligados, como se fossem forças atuando com e contra as outras, funcionando como uma espécie de campo de forças. O exercício do poder opera dentro da dinâmica das possibilidades, ações sobre ações mas não necessariamente de maneira repressiva. Assim, o poder é produtivo e conforme as palavras do filósofo:

(...) “incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles são suscetíveis de agir”. (FOUCAULT, 1985, p. 243)

Considerando sua operabilidade no tecido social, cumpre concordar com o filósofo

francês que mais importante do que estudar o conceito em si, é verificar como o poder opera historicamente na vida e nos corpos, proporcionando múltiplas formas de governamentalidade, aprimoramento de aptidões, desenvolvimento de habilidades, restrição ou reprodução de comportamentos, ideologias, construção de regras, categorias, discursos, entre outros.

Além da dinâmica do poder, Foucault também pesquisou a respeito do saber como produtor de conhecimento, tendo como obra principal para essa relação, o livro *Arqueologia do Saber* (1969):

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; (...) um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; (...) um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. (FOUCAULT, 2013, p.220)

Através da citação, pode-se afirmar que o saber está relacionado a um conjunto de discursos envolvidos pelas múltiplas relações de poder, materializados sob a forma de regimes de verdade. Ele envolve domínio, controle e legitimação de um conglomerado de ideias. Por isso Foucault trata de “regimes”, em vez de simplesmente “verdades”, como se fosse algo espacial e temporalmente estático.

Baseado nos estudos do filósofo, a dinâmica de construção do conhecimento opera da seguinte forma: a partir das relações historicamente estabelecidas, determinados discursos são legitimados ou não e reconhecidos naquele período e espaço geográfico como regimes de verdade. Eles, por sua vez, produzem saberes que serão transformados em conhecimentos a serem perpassados pelo tecido social. Em síntese, o conhecimento é uma construção social resultante da ligação entre discurso e relação de poder.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p.12)

O reconhecimento de um determinado discurso como legítimo ou não se dá, além da produção dos saberes, através de sua materialização nos comportamentos considerados

aceitáveis e aqueles que necessitam de correção ou punição. Como exemplo disso, destacasse os costumes e hábitos praticados baseados na moralidade. Embora grande parte das pessoas não consigam dizer a origem ou justificar tais condutas, acabam por fazê-las ou evitá-las sob o argumento superficial de serem corretas ou reprováveis.

Durante as investigações sobre as dinâmicas que operavam em determinadas instituições sociais, Foucault observou que historicamente os mecanismos de poder, articulados aos regimes de verdade, envolviam tecnologias distintas. Contudo apesar das diferenças, também produziam discursos, saberes e normatizavam comportamentos. Alguns se perpetuaram, outros que antes eram aceitáveis, durante o período de transição sofreram rejeição, como por exemplo as torturas públicas. Estas tecnologias, denominadas como poder soberano e poder disciplinar, serão melhor abordadas na sequência.

1.1 Poder soberano

Durante os séculos XV a XVIII, o poder soberano esteve presente na história Ocidental, principalmente nos regimes absolutistas europeus. Neste período, os monarcas demonstravam autoridade e soberania sobre os outros, principalmente nos súditos, através de suplícios e castigos intensos, em sua grande parte, expostos em locais públicos, para que todos vissem, servindo assim, também como exemplo.

A acurada descrição da condenação de Robert-François Damien em 2 de março de 1757 em Paris, por atentar contra a vida do rei Luiz XV, escrita no início da obra *Vigiar e Punir* (1987) é um dos principais exemplos do mecanismo do poder soberano ressaltado por Foucault, porém, há na história inúmeros outros exemplos desta tecnologia.

A pena de morte na fogueira durante a Inquisição, o uso de instrumentos de tortura, como o chicote, a máscara da infâmia¹, a forquilha do herege², a aranha espanhola³;

¹ A máscara da infâmia era um instrumento de tortura feminino comum em alguns países europeus, como Escócia e Inglaterra. A mulher que fosse considerada como “criminosa por difamar e/ou realizar comentários indevidos sobre terceiros usaria uma espécie de gaiola na cabeça. O objeto moldado com cabeça de animais, também possuía uma placa de freio que ficava dentro da boca dela, pregos que poderiam causar desde um leve desconforto até perfurações na língua, e mordanças que incomodavam a garganta. A criminosa deveria andar pela cidade com o aparato preso numa coleira para que todos soubessem do crime cometido. Durante o percurso, poderiam sofrer agressões verbais e físicas pelos expectadores. Fonte: <https://hypescience.com/10-instrumentos-de-tortura-horriveis/>.

² A forquilha do herege foi amplamente utilizada durante o período da Inquisição. Era uma espécie de garfo de metal, ligado num colar para fixar no pescoço do criminoso e em cada extremidade havia dois pinos: o superior encaixava no queixo e o inferior na direção da incisura jugular do esterno. Desta forma, seria profundamente doloroso movimentar o pescoço e a vítima acabaria morrendo por privação de sono e/ou cansaço. Fonte: <https://hypescience.com/10-instrumentos-de-tortura-horriveis/>.

³ A aranha espanhola era um objeto com garras de metal compridas previamente aquecidas para então, serem

o enforcamento diante do público, entre outros, são exemplos de tecnologias do poder soberano. Todos foram desenvolvidos especificamente para produzir nos expectadores ondas de terror e medo de contrariar o que na época era considerado padrão de comportamento correto. Esta dinâmica social evidenciava o discurso que legitimava a supremacia do soberano pautado no controle do corpo, da vida e da morte dos indivíduos.

O castigo então não pode ser identificado nem medido como reparação do dano; deve haver sempre na punição pelo menos uma parte, que é a do príncipe; e mesmo quando se combina com a reparação prevista, ela constitui o elemento mais importante da liquidação penal do crime. Ora, essa parte que toca o príncipe, em si mesma, não é simples: ela implica, por um lado, na reparação do prejuízo que foi trazido ao reino (a desordem instaurada, o mau exemplo dado, são prejuízos consideráveis que não tem comparação como o que é sofrido por um particular); mas implica também que o rei procure a vingança de uma afronta feita à sua pessoa (FOUCAULT, 1987, p. 66)

Desta forma, verifica-se que haviam regimes de verdades instituídos durante a Idade Média afirmando que o soberano possuía o direito sobre a vida dos súditos e um padrão de normalização dos seus atos. Os exemplos de tortura mostram que aqueles que não agiam conforme o que era previamente estabelecido, recebiam os mais diferentes tipos de punições e das piores formas.

De maneira geral, o poder soberano era exercido através da autoridade e havia um amplo discurso sobre punição associado ao ideal de justiça. Ir contra um código ou regra social era como ofender o próprio soberano, o que intensificava a violência dos castigos. Esse fenômeno era tão internalizado pelos sujeitos, que grande parte das pessoas tinham medo de contrariá-lo ainda que ele não estivesse presente, pois havia o risco que, de algum modo, fossem descobertos e iniciassem as punições.

Dentre as tecnologias apresentadas por Foucault, o poder soberano é aquele em que a violência física se faz mais presente, transformada num espetáculo para expectadores. Para o soberano, era necessário legitimar seu controle no tecido social através da dor, do medo e do sofrimento.

A pena de morte natural compreende todos os tipos de morte: uns podem ser condenados à força, outros a ter a mão ou a língua cortada ou furada e ser enforcados em seguida; outros, por crimes mais graves, a ser arrebetados vivos e emq5pirar na roda depois de ter os membros arrebetados; outros a ser arrebetados até a morte natural, outros a ser estrangulados e em seguida

fixadas nos seios, barriga ou nádegas, depois presas no teto. O peso dos “criminosos” agravava as feridas e aumentava a hemorragia. Geralmente era utilizado como pena para mulheres acusadas de adultério ou aborto intencional. Fonte: <https://hypescience.com/10-instrumentos-de-tortura-horriveis/>

arrebentados, outros a ser queimados vivos, outros a ser queimados depois de estrangulados; outros a ter a língua cortada ou furada, e em seguida queimados vivos; outros a ser puxados por quatro cavalos, outros a ter a cabeça cortada, outros enfim a ter a cabeça quebrada. [E Soulatges, de passagem, acrescenta que há também penas leves, de que a Ordenação não fala]. satisfação à pessoa ofendida, admoestação, repreensão, prisão temporária, abstenção de um lugar, e enfim as penas pecuniárias — multas ou confiscação (FOUCAULT, 1987, p. 35)

A multiplicidade das penas era relevante, porém, de acordo com Foucault (1987) a punição obedecia certos critérios que variavam conforme o comportamento do condenado na sociedade, o nível social, entre outros condicionantes. O sofrimento era mensurado com base no crime cometido e na imagem que aparentava na sociedade.

Em primeiro lugar, produzir certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar a hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ele não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação _ que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e um só e num só instante: o grau zero do suplício _ até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo: a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em “mil mortes” e obtendo, antes de cessar a existência, *the most exquisite agonies* (FOUCAULT, 2009, p.35)

Também é importante destacar o discurso implícito nesse gesto de expor o criminoso. Ele também deveria admitir publicamente o crime cometido, detalhes ignorados, cúmplices, etc. Através dessa exacerbada e violenta exposição, esperavam assegurar a verdade que também legitimaria o suplício contra o criminoso, numa espécie de círculo vicioso.

Além disso, para essa etapa também haviam mecanismos de tortura voltados para o discurso do condenado. Como exemplo, há o banco da tortura⁴ ou a manivela intestinal⁵, muito utilizados para obter confissões e/ou maiores informações a respeito do fato ilícito.

Seguindo essa linha de pensamento, Foucault (2009, p. 46) ressalta as três funções sociais do suplício durante o exercício do poder soberano: primeiramente punir o criminoso

⁴ Estrutura feita de madeira composta por uma mesa e um rolo em cada extremidade. O sujeito era amarrado pelos pulsos e tornozelos nos rolos, estes por sua vez giravam em sentidos opostos com o objetivo de deslocar suas articulações e até mesmo desmembrá-los. Tudo era feito na frente de outros prisioneiros que aguardavam o “interrogatório”, também com a intenção de provocar-lhes medo e terror. Quanto mais demorassem a revelar as informações almejadas, mais doloroso seria o interrogatório. Fonte: <https://hypescience.com/10-instrumentos-de-tortura-horriveis>.

⁵ A manivela intestinal possuía uma estrutura semelhante ao banco da tortura. Todavia, era feito um corte no abdômen do prisioneiro, separando-lhe o intestino delgado do estômago. O intestino era preso na manivela que girava lentamente retirando-lhe de seu corpo. Fonte: <https://hypescience.com/10-instrumentos-de-tortura-horriveis>.

ao mesmo tempo em que servia de exemplo para que os demais não reproduzissem aquele comportamento; em segundo, a materialização de um discurso sobre a necessidade de punir, e por último, a presença da ironia, tendo em vista que a tortura era uma espécie de preparação para que a alma do indivíduo fosse “perdoada”, pois o corpo já sofria antecipadamente a “punição pós morte”.

A economia do poder soberano era pautada na violência aplicada ao corpo do súdito condenado que, embora no caso descrito na obra fosse um indivíduo que tentou cometer um assassinato; nem sempre era alguém que feriu ou tentou ferir o princípio da vida de outrem.

Na Inquisição por exemplo, várias mulheres foram acusadas de cometer bruxaria e torturadas em praça pública, sem que tivessem atentado contra integridade de alguém. Uma simples acusação de um marido que quisesse se afastar da mulher sem “manchar a imagem” com um divórcio já seria suficiente para torturá-la até que não aguentasse mais e admitisse culpabilidade; pessoas que conhecessem as propriedades das plantas medicinais e tivesse alguma desavença eram denunciadas como feiticeiras. Mascarando o preconceito e o orgulho, portadores de necessidades especiais, idosos, mulheres que ferissem o ego de alguém com posição de destaque ou bens, entre outros motivos, já teriam grandes chances de sofrerem uma provável condenação.

Qualquer pessoa podia ser denunciada ao “Tribunal da Inquisição”. Os suspeitos, em sua grande maioria mulheres, eram presos e considerados culpados até provarem sua inocência. Geralmente, não podiam ser mortos antes de confessarem sua ligação com o demônio. Na busca de provas de culpabilidade ou a confissão do crime, eram utilizados procedimentos de tortura como: raspar os pelos de todo o corpo em busca de marcas do diabo, que podiam ser verrugas ou sardas; perfuração da língua; imersão em água quente; tortura em rodas; perfuração do corpo da vítima com agulhas, na busca de uma parte indolor do corpo, parte esta que teria sido “tocada pelo diabo”; surras violentas; estupros com objetos cortantes; decapitação dos seios. A intenção era torturar as vítimas até que assinassem confissões preparadas pelos inquisidores. Geralmente, quem sustentava sua inocência, acabava sendo queimada viva. Já as que confessavam, tinham uma morte mais misericordiosa: eram estranguladas antes de serem queimadas. Em alguns países, como Alemanha e França, eram usadas madeiras verdes nas fogueiras para prorrogar o sofrimento das vítimas (...) (ANGELIN, 2016, p. 01. Disponível em: <https://cat.arinas.info/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/>)

Assim, é correto afirmar que independente do “crime praticado” a punição era sempre aplicada diretamente no corpo, cessando apenas quando a vida se extinguia. A preocupação em manter o controle do condenado era tão minuciosa, que a punição determinava a duração do suplício até a morte e se a mesma seria rápida ou lenta.

Além da punição, havia um determinado saber que definia se uma pessoa era

condenada ou não. Em caso de condenação, era organizado todo um discurso de reafirmação da culpabilidade, de forma tão intensa, que o indivíduo chegava a internalizar a prática da conduta. Como exemplo, cumpre citar os casos envolvendo mulheres acusadas de bruxaria na Inquisição, que após horas infundáveis de violência acreditavam, de fato, serem bruxas ou criminosas.

Este saber que norteava as práticas condenatórias regulava também as “boas práticas e costumes” do período em questão. Eles operavam como regimes de verdade influenciando no processo de subjetivação, por meio de um conjunto de códigos e regras sociais, definição dos limites entre o certo e o errado, e as mais diversas práticas corporais. Tudo minimamente tão articulado que passava a falsa impressão de ser algo natural e essencial para manutenção da ordem.

Segundo Silva, Santos e Medeiros (2017, p. 108) a concepção de corpo durante a Idade Média era paradoxal pois, ao mesmo tempo em que era visto como propício a tentações e erros, também era sacralizado pela ideologia cristã. Com base nesta lógica, havia o discurso de que se o homem detivesse resquícios do pecado original, também poderia ganhar a salvação, sendo necessário apenas controlá-lo e corrigi-lo. Este era um dos discursos para justificar a existência das técnicas punitivas do poder soberano. É importante ressaltar que estas técnicas atuavam na memória de quem sofria e também de quem as observava, funcionando como uma ferramenta educativa.

No que concerne à relação da tecnologia do poder soberano com os discursos perpassados, Foucault (1987, p. 26) afirma que há “um saber, técnicas, discursos “científicos” que se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir”. No entanto, é importante destacar que mesmo após a transição do poder soberano para o poder disciplinar, esta dinâmica continuou operando do mesmo modo.

É justamente esses saberes que Foucault denomina como tecnologia do poder, definindo-o da seguinte forma:

Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças (FOUCAULT, 1987, p. 30)

As punições, as técnicas de tortura e os discursos faziam parte de uma rede de forças que atuava no processo de subjetivação dos indivíduos em todas as instituições sociais. Era um processo concebido como “política do corpo” intencionalmente elaborado para que o

indivíduo fosse economicamente útil.

Mas o corpo está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder tem alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação (...) o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1987, p. 29)

Por mais horrendas e repugnantes que as práticas punitivas do poder soberano aparentassem ser, seu objetivo não se limitava em afetar emocionalmente participantes e expectadores. Ele era uma estratégia, um investimento para produção de corpos úteis e dóceis; assim como o poder disciplinar que surgiu a *posteriori*, todavia diferentemente do segundo, enfatizava a violência física.

Deste modo, não se pode confundir o suplício com um ato de selvageria. Ele é meticulosamente definido segundo o filósofo (1987, p. 36) a partir de três princípios: permite comparar ou hierarquizar a quantidade de sofrimento proporcionada, regula a quantidade correlacionando o crime à sua intensidade e *modus operandi*, e se desenvolve sob a forma de um ritual.

Há um código jurídico da dor; a pena, quando é supliciante, não se abate sobre o corpo ao acaso ou em bloco; ela é calculada de acordo com regras detalhadas: número de golpes de açoite, localização do ferrete em brasa, tempo de agonia na fogueira ou na roda (o tribunal decide se é o caso de estrangular o paciente imediatamente, em vez de deixá-lo morrer, e ao fim de quanto tempo esse gesto de piedade deve intervir), tipo de mutilação a impor (mão decepada, lábios ou língua furados). Todos esses diversos elementos multiplicam as penas e se combinam de acordo com os tribunais e os crimes (FOUCAULT, 1987, p. 37)

A citação apresenta alguns elementos que configuram a regulamentação e juridicização da dor como técnica para controle dos sujeitos a partir do ritual do suplício. Atrelado a esse aspecto, segundo o filósofo (1987, p. 38), a verdade era uma construção, não exigindo nem que o acusado tivesse ciência de toda a dinâmica. O conhecimento dos fatos, a verdade a respeito do acontecimento pertencia apenas ao soberano e aos juízes, bastando somente informar ao prisioneiro sobre “o que aconteceu de fato”:

Na França, como na maior parte dos países europeus — com a notável exceção da Inglaterra — todo o processo criminal, até à sentença, permanecia secreto: ou seja opaco não só para o público mas para o próprio acusado. O processo se desenrolava

sem ele ou pelo menos sem que ele pudesse conhecer a acusação, as imputações, os depoimentos, as provas. Na ordem da justiça criminal, o saber era privilégio absoluto da acusação (FOUCAULT, 1987, p. 38)

Desta forma, a produção da verdade não dependia do prisioneiro mas de provas, resumidas em simples denúncias anônimas, testemunhas e outros artifícios que funcionavam como mecanismos de produção de um discurso de culpabilidade. Estes dispositivos por suavez, exerciam poder sobre o prisioneiro de tal maneira, que o indivíduo tomava pra si e assumia espontaneamente o próprio crime previamente reconstituído. Nas palavras de Foucault (1987, 30) “a derrubada desses “micropoderes” não obedece portanto à lei do tudo ou nada; elenão é adquirido de uma vez por todas por um novo controle dos aparelhos nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições.”

Assim, a partir do final do século XVIII, as novas dinâmicas da sociedade moderna contribuíram para que gradativamente, os rituais de tortura fossem observados a partir de outra ótica, repudiando-os. A política do medo até então aplaudida pelos expectadores foi atravessada por novos discursos e relações de poder que o igualavam à mesma brutalidade dos crimes cometidos. A tecnologia do poder soberano mostrava insuficiente para produção de corpos úteis e dóceis e em paralela às suas dinâmicas, surgiu uma nova tecnologia: o poder disciplinar.

1.2 Poder disciplinar

O corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas, entretanto são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 1987, p. 126)

Durante o final do século XVIII e início do século XIX os suplícios corporais visando moldar o comportamento das pessoas, adquiriram um julgamento negativo e de repúdio que contribuíram para a gradativa extinção. No seu lugar desenvolveu outra forma de produzir um

padrão comportamental no qual a punição com utilização de intensa violência física não era aprovável.

As lacerações e dilacerações eram dispendiosas e não surtiavam o mesmo efeito de outrora. Verificou-se que seria mais produtivo controlar o sujeito nos mínimos detalhes, de forma organizada e engenhosa, que o próprio indivíduo sentisse a necessidade desse controle para sua própria segurança. Não obstante, caso houvesse necessidade, também compreendesse a necessidade de privá-lo de sua liberdade sob o argumento de autoproteção e zelo pelos que estão ao seu entorno. Os mecanismos de punição sofreram transformações visando adequar-se às exigências do novo contexto histórico.

Em vez de funcionar por meio de restrições externas e violência espetacular, operava através da internalização de um olhar discreto, vigilante. Em vez de esconder e reunir seus sujeitos, tentava torná-los visíveis e separá-los um dos outros (OSKALA, 2011, p. 73)

A internalização da necessidade do controle articulado aos estímulos para manutenção do autocontrole são estratégias economicamente mais produtivas para uma política do corpo. Outro ponto importante, é que essa dinâmica possibilita a manutenção da sociedade disciplinar, pois, quando necessário, é possível reconstruir novos hábitos e padrões através das mesmas práticas inseridas na relação saber/poder.

Os processos de manipulação física concreta e objetificação científica reforçam-se um ao outro. A sujeição tornou possível a objetificação teórica, levando ao nascimento de ciências como a criminologia e a psiquiatria criminal. O desenvolvimento dessas ciências, por outro lado, ajudou no desenvolvimento e na racionalização de tecnologias disciplinares. Além disso, as duas dimensões foram efetivamente associadas por meio da normalização. Os discursos científicos produzem verdades que funcionam como a norma: eles nos dizem, por exemplo, qual é o peso, a pressão sanguínea e o número de parceiros sexuais para certo grupo de idade e sexo (OSKALA, 2011, p. 75)

A tecnologia do poder disciplinar tem sua origem nos princípios do chamado “poder pastoral⁶” oriundo das práticas cristãs. Este dispositivo tinha como característica principal o cuidado com a coletividade, articulado à preocupação individualizada.

⁶ Segundo Foucault (1984, p. 6) o poder pastoral tem sua origem no Cristianismo e possui características congruentes à tecnologia do poder disciplinar: assegura a salvação do indivíduo que pode relacionar com a garantia de bem-estar; o sujeito deve quando necessário sacrificar-se pela vida do coletivo, assim como o sujeito disciplinar deve ter clareza da função da punição para proteção do corpo social; ambas preocupam-se com o coletivo mas atua no individual; opera de maneira tenha total conhecimento do que o indivíduo pensa, fala ou age; estando ligada também a produção de verdades e discurso.

No mecanismo foucaultiano esses princípios representam discursos de proteção, zelo, otimização dos resultados, atrelado à dinâmica de vigilância e punição. A união de todos esses elementos incide na subjetividade dos indivíduos resultando na aceitação de argumentos de que todo esse processo visa assegurar o bem-estar, a integridade e segurança de cada cidadão.

Conforme Veiga-Neto (2011, p.65), os efeitos do poder disciplinar atuam diretamente nos corpos e nos processos de subjetivação, produzindo por sua vez, padrões comportamentais historicamente e culturalmente considerados adequados. Além disso, Foucault (1987) afirma que num determinado momento da transição entre Idade Média e Moderna houve um deslocamento do objeto da ação punitiva. Com isso, a ênfase na violência aplicada diretamente no corpo, também foi distribuída para os desejos e intenções. Assim, o indivíduo tem a ilusão que deseja “espontaneamente” realizar determinado comportamento ou compartilhar alguns posicionamentos.

Observando em nível macro, é possível afirmar que este movimento é uma estratégia bem mais eficiente para manter a constante vigilância e controle de uma sociedade que cresceu e que se complexificou continuamente.

A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápidas. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos (FOUCAULT, 1987, p. 21)

Além do mais, por meio de uma análise apurada dos fenômenos sociais, inclusive no cenário contemporâneo, percebe-se que a punição não deixou de existir; apenas tomou formas mais sutis, sendo ainda considerado como um suplício para aqueles que a recebem, com o mostra o trecho abaixo:

O poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém, castigos como trabalho forçado e prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. Consequências não tencionadas, mas inevitáveis da própria prisão? (FOUCAULT, 1987, p. 18)

Visando o reforço e manutenção dos discursos e regimes de verdade, uma série de técnicas de vigilância e mecanismos de punição operavam com o intuito de padronizar um determinado tipo de comportamento. Em paralelo, estes instrumentos também possibilitavam o controle dos corpos, individual e coletivamente. Os indivíduos que as transgrediam eram passíveis de diferentes penalidades. Como bem coloca Souza, Machado e Bianco (2011, p. 04), o direito “de punir desloca-se da vingança exercida pelo soberano para uma defesa da vida em sociedade”.

Assim como o poder soberano possuía critérios para definição do tipo de punição, a tecnologia do poder disciplinar também contém elementos de análise e avaliação do condenado, norteados pelo discurso de “humanização” das penas. Esta dinâmica tem como objetivo atingir o maior número de pessoas, continuamente e sem tocar diretamente no corpo do sujeito, através das micropenalidades.

Outra característica importante do dispositivo disciplinar consiste nos processos de classificação e nas técnicas de exame. As prisões, os hospícios, os quartéis, as escolas e demais instituições disciplinares possuem, até hoje, mecanismos atrelados a um conjunto de saberes, com o propósito de controlar ao máximo o indivíduo e transformá-lo num sujeito obediente, cumpridor de hábitos previamente estipulados, que siga regras e ordens. Preferencialmente, que tudo ocorra de maneira automatizada.

Observa-se que a prisão além de atuar pela coerção, passa a ser um local de formação de um saber. Para modificar-se as almas dos detentos, a administração da prisão necessita conhecer o perigo que o preso oferece, classificá-lo, fazer anotações, conhecê-lo. Surge todo um saber que tem como objetivo gerir as pessoas, um saber individualizante que não tem como objeto o crime mas o comportamento diário do apenado, para desta forma medir-se o perigo que o criminoso oferece para a sociedade. Assim, a prisão torna-se um local de confinamento similar a um reformatório. Quer-se, por meio da prisão, modificar a alma do criminoso, adestrá-lo, torná-lo útil à sociedade, imputar-lhe as regras estabelecidas por meio da coerção (SOUZA, MACHADO e BIANCO, 2011, p. 05)

Através da citação é correto afirmar que a tecnologia do poder disciplinar confere a punição um caráter pedagógico. O sujeito que possui um comportamento “inadequado” além de devidamente punido também é corrigido e/ou ensinado a agir conforme o que é considerado correto. Isto demonstra a dupla função das variadas formas de punir: agir sobre a vida do sujeito proporcionando uma certa dose de sofrimento e condicioná-lo para que aprenda a se comportar/conviver coletivamente numa sociedade disciplinar.

No cenário contemporâneo, há uma série de instrumentos atuantes como mecanismos de vigilância e punição que variam conforme as instituições sociais. Contudo, independente

das especificidades de cada local, estes mecanismos que visam à produção de corpos úteis e dóceis englobam os discursos, a organização espacial e o tratamento fornecido ao corpo.

No regime da sociedade disciplinar como a nossa, a punição, ao discriminar os comportamentos dos indivíduos, passa a diferenciá-los, a hierarquizá-los em termos de uma conformidade a ser seguida, ou seja, a punição não objetiva sancionar a infração, mas controlar, qualificar o indivíduo, não interessando o que ele fez, mas o que é, será ou possa ser. As punições são da ordem do exercício, implicando o aprendizado intensificado, multiplicado, repetido, em suma, punir é exercitar (GUIMARÃES, 2003, p. 86)

Esse exercício contínuo e mecanizado é o que condiciona o comportamento do sujeito disciplinar. De maneira que, na perspectiva foucaultiana o sentido deste conceito diz respeito à produção de corpos moldáveis, sem a necessidade de imposição. Essa visão segundo Veiga-Neto, apresenta duas consequências cuja compreensão é fundamental para entender a dinâmica desse mecanismo:

A primeira consequência: pensando também disciplinarmente, cada um vê a disciplinaridade do e sobre o próprio corpo não apenas como algo necessário, mas como uma necessidade necessariamente natural. A segunda consequência; a disciplina funciona como uma matriz de fundo que permite a inteligibilidade, a comunicação e a convivência total na sociedade. Mesmo que não sejamos todos igualmente disciplinados, todos compreendemos - ou devemos compreender... – *o que é ser e como deve ser disciplinado* (VEIGA-NETO, 2011, p. 71)

Determinados elementos que evidenciam as transformações da sociedade Moderna, como por exemplo os avanços tecnológicos, científicos, econômicos, entre outros, revelam o caráter mais produtivo e criador do poder. Ele é capaz de extinguir e criar, reprimir e incitar, repelir e aproximar. As tecnologias disciplinares impedem, mas também possibilitam, estimulam e classificam comportamentos. O sujeito é visto de maneira individualizada ao mesmo tempo em que realiza comportamentos coletivos.

O controle, para ser eficaz, deve atuar sobre cada corpo individualmente, não em massa, para assim trabalhá-lo em todos os seus detalhes. Atuar sobre o corpo de uma forma contínua para determinar seus movimentos, seus gestos, sua forma e sua velocidade. Não se quer controlar o comportamento, mas a eficácia e economia de seus movimentos. O controle quer tornar o corpo dócil e útil (SOUZA, MACHADO e BIANCO, 2011, p. 06)

Apesar de enfatizar a punição, é importante ressaltar que este controle se estende por

todo o tecido social. Há um conjunto de técnicas, saberes e descrições espalhados por toda a parte, seja no universo midiático, nos dispositivos arquitetônicos, na organização espacial e temporal, na distribuição dos corpos, seleção de tarefas, etc. Na verdade, segundo Foucault (1987, p. 120) são “pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem à economia, inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza”.

A disciplina é facilmente observada no ordenamento e esquadramento dos sujeitos, desde as fábricas a partir do final do século XVIII até as instituições contemporâneas; quase sempre embasadas pelo discurso de assegurar a ordem e facilitar a circulação de todos. No entanto, esta dinâmica também permite maximizar a produtividade. Transforma-se numa economia dos corpos, singularizados ao mesmo tempo em que estão inseridos num coletivo.

Independente da instituição social, o poder disciplinar atua no campo das possibilidades, nas práticas interativas das pessoas e atrelado aos processos de resistência.

Isto porque os sujeitos realizam suas opções, embates, escolhas realizadas dentro das fronteiras das relações de poder. Para Foucault, não há relação de poder sem resistência, considerando que o sujeito não é submisso desses fenômenos.

Por este motivo os sujeitos nunca se encontram nem em posição de exterioridade, nem simplesmente subjugado pelas relações de poder, mas imersos nelas. Neste sentido, as correlações de poder somente podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência, que apresentam nestas relações o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão (PEREIRA e OLIVEIRA, 2011, p. 07)

Os constantes embates entre as relações de poder e os processos de resistência são materializados nas escolhas que os sujeitos, individualmente ou coletivamente, fazem e possibilitam a produção de novas relações, discursos, saberes e regimes de verdade. Para melhor compreensão, pode-se exemplificar as mudanças ao longo do tempo do que é considerado como “moda” ou “cafona”, certo ou errado, moderno ou antiquado, a concepção do modelo familiar que outrora era constituído apenas de pai, mãe e filhos, e hoje em dia há múltiplos modelos familiares; os relacionamentos amorosos e matrimoniais, as mudanças no conceito de beleza e os padrões corporais estéticos, entre outros.

Além disso, a relação entre poder e resistência remete à presença do elemento positivo e negativo desta dinâmica. Tomando o conceito de negativo a partir do Dicionário de Filosofia (Abbagnano, 2012, p. 824) que o define como “aquilo que efetua ou implica uma negação,

ou seja, uma exclusão de possibilidade”. É na própria escolha que operam esses dois conceitos: negativo no ato da punição e nos mecanismos de resistência; positivo na construção dos padrões de condutas e produção de subjetividade.

Duas imagens, portanto, da disciplina. Num extremo, a disciplina-bloco, a instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, com o panoptismo, temos a disciplina-mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir. O movimento que vai de um projeto ao outro, de um esquema da disciplina de exceção progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar grosso modo a sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 173)

Assim, embora seja mais enfatizado o caráter positivo do poder na perspectiva foucaultiana, principalmente nas instituições de sequestro ou confinamento, o caráter negativo também se faz presente. Na verdade, o que acontece é que os processos de assujeitamento operam muito mais produzindo, incitando, moldando do que proibindo ou reprimindo. No que tange às instituições de sequestro, podem ser compreendidas como:

Essas instituições são espaços disciplinares, pois uma das características básicas da tecnologia disciplinar é que ela tem como condição, para moldar certa multiplicidade de corpos de acordo com uma determinada função, que a multiplicidade de corpos seja restrita e que o espaço seja limitado, não muito extenso (LEMO, JUNIOR e ALVAREZ, 2013, p. 103)

De maneira geral, os mecanismos que operam o poder disciplinar perpassam por todas essas instituições com diferentes níveis e intensidades juntamente com os fenômenos de resistência, discursos e regimes de verdade. Mesmo instituições de caráter mais rígido, como por exemplo as repartições militares, também sofrem os impactos desses embates, acarretando mudanças na sua estrutura e paradigmas. Exemplo disso são os casos de racismo e machismo que embora ainda presentes nesses espaços, até décadas atrás teria respaldo legal. Até bem pouco tempo, as normas legais das Forças Armadas tornava inconcebível a inserção de mulheres e negros nessas repartições. Hoje em dia, o preconceito se faz presente mas oficialmente é permitido a entrada por meio de participação em concursos de ingresso militar; bem como a opção sexual não pode ser razão para possíveis penalidades.

Apesar de enfatizar a atuação das tecnologias de poder no sujeito e as respectivas micropenalidades, cumpre ressaltar que esta dinâmica também opera simultaneamente em nível macro através da ordenação, esquadrinhamento, classificação, análise, vigilância e punição de grupos populacionais. É o caso da tecnologia do biopoder e as estratégias de biopolíticas apresentadas a seguir.

1.3 Biopoder e biopolítica

Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação. A morte é o limite, o momento que lhe escapa. Ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais privado” (FOUCAULT, 1999, p. 151)

Segundo Foucault (1999) biopoder é uma forma de organizar a vida originada na sociedade ocidental a partir do século XVII juntamente com o poder disciplinar. É um exercício de controle sobre a vida das pessoas gerindo-as, regulamento-as precisamente desde o nascimento até sua multiplicação.

O *direito de deixar viver* da tecnologia do poder soberano foi, através da dinâmica do biopoder, substituída pela dinâmica de *produzir a vida*. Para dar conta dessa função, o Estado deveria gerir a vida de toda a população por meio de dois fenômenos interligados continuamente: disciplina e biopolítica. Tendo em vista que a dinâmica disciplina já foi abordada anteriormente na pesquisa, esta parte do estudo versará sobre a biopolítica.

A biopolítica consiste no controle pelo Estado nos grupos populacionais. Ela administra o índice de natalidade e mortalidade, longevidade, qualidade de vida, nível de saúde e de instrução, entre outros fenômenos que envolvem o coletivo.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação, durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces – anatômica e biológica – individualmente e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo (FOUCAULT, 1999, p.152)

É importante destacar que a biopolítica foi construída a partir da necessidade de correção dos desvios e inadequações sociais em nível macro, que afetavam diretamente as práticas políticas e o desenvolvimento econômico. Ainda que a tecnologia do poder disciplinar atuasse em cada indivíduo almejando que os resultados se espalhassem por todo tecido

social, seria necessário ampliar os mecanismos de ordenação, classificação e esquadramento para grupos populacionais, aprimorando os processos econômicos de uma sociedade capitalista. No que concerne à relação capitalismo e biopoder, Foucault afirma que:

Se o desenvolvimento dos aparelhos de Estado garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e o sustentam; operam, também, como fatores de segregação e hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas forças e procedimentos múltiplos (FOUCAULT, 1999, p. 154)

Assim, pode-se afirmar que o gerenciamento do corpo biológico foi fundamental para o aprimoramento do corpo político, de maneira que esta dinâmica opera inclusive, até nos dias atuais. Cada vez mais, Estados analisam os diversos setores populacionais e os controlam através da produção de dados estatísticos e desenvolvimento de políticas públicas, gerenciando os dados com o intuito de otimizá-los.

Atualmente, surgem novas formas de organização espaço-temporal e estratégias de controle da vida, discursos, regimes de verdades e saberes, que asseguram a contínua produção de corpos úteis e dóceis. Para isso, se apropriam de avanços tecnológicos, como por exemplo: técnicas de reprodução assistida, controle de genoma e seleção de espécies, redes de comunicação, que através de cálculos, projeções e estimativas, conseguem determinar gostos e preferências, acompanhamento dos fluxos migratórios voltados para melhoria da economia em âmbito internacional, estimativas de padrão comportamental por meio de dados demográficos, entre outros.

A biopolítica através dos mecanismos do biopoder regula a sociedade, agindo diretamente no coletivo, analisando, acompanhando, classificando e, quando necessário, também reorganizando. Nas palavras de Hardt e Negri (2012, p. 43) “(...) se refere a uma situação na qual o que está em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida”.

Apesar de constantemente os conceitos de biopoder e biopolítica serem confundidos, Rabinow explica cada um dos fenômenos diferenciando-os:

O termo “biopoder serve para trazer à tona um campo composto por tentativas mais ou menos racionalizadas de intervir sobre as características vitais da existência humana”. Já o termo biopolítica “abarca todas as estratégias específicas e

contestações sobre as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes” (RABINOW, 2006, p. 28)

Ainda segundo Rabinow (2006), para que essa intervenção do biopoder nas características vitais do sujeito seja possível, são necessários: um discurso envolvendo elementos biológicos e dados estatísticos, legitimado por “especialistas” no assunto e espalhado pelo corpo populacional sob a forma de saberes e regimes de verdade; estratégias de intervenção norteadas no discurso de preocupação com a vida e a morte de determinados grupos; e que esses mecanismos sejam internalizados por todos, de maneira que cada membro da sociedade queira reproduzi-las “espontaneamente” a fim de assegurar o bem-estar de seu grupo, seja família, amigos, da nação, entre outros.

Além disso, assim como em nível micro o poder disciplinar produz o louco, o delinquente, o marginal; o biopoder e a biopolítica também produzem os marginalizados e disseminam discursos preconceituosos e excludentes para que os indivíduos ditos “corretos”, “saudáveis” e possuidores dos demais adjetivos apreciáveis possam mantê-los à parte de seu convívio.

Como exemplos atuais dessas ações, é possível ressaltar os discursos e tratamentos xenofóbicos, os inúmeros casos de intensa violência física proporcionada aos imigrantes ilegais, as falas e comportamentos homofóbicos, alguns inclusive gerando agressões e até mesmo assassinatos, os elevados índices de feminicídio, os embates a respeito das doenças emergentes como a COVID-19 e os avanços sobre a vacina de prevenção, bem como o racismo presente na sociedade..

Neste caso, o Estado intervém nos hábitos de higiene, de locomoção nos espaços públicos, nas práticas sexuais, nas relações humanas, entre outros. Sempre com o discurso de assegurar a manutenção e qualidade de vida da população. Segundo Foucault (1999, p. 158) “de um lado, da parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia de energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz”.

No que tange ao sexo, o gerenciamento destas práticas pelo Estado possibilita o controle de inúmeros fenômenos como: a reprodução, o perfil genético do indivíduo e seus descendentes, a saúde fisiológica e psicológica, a definição das práticas ditas como “aceitáveis” ou “inadequadas”, entre outros. Há um discurso que determina tempo e espaço para as práticas sexuais, de modo a não afetar a produtividade do sujeito:

O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância. Mas vêmo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização (...). De um polo a outro dessa tecnologia do sexo escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 1999, p. 159)

A aplicação de estratégias de biopolítica na sexualidade são embasadas no discurso de controle de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e na reprodução excessiva, sobretudo nas famílias de menor poder aquisitivo. Todavia, também há os discursos morais como a redução da promiscuidade, a prática em locais e horários “apropriados”, determinadas condutas são consideradas aceitáveis e outros vulgares, praticadas somente com pessoas marginalizadas pelos “bons costumes”: prostitutas, entre outros.

Eu creio que, se a sexualidade foi importante, foi por uma porção de razões, mas em especial houve estas: de um lado, a sexualidade, como comportamento corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (e os controles da masturbação exercidos sobre as crianças desde o fim do século XVIII até o século XX, e isto no meio familiar, escolar, etc); e depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população (...). A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação (FOUCAULT, 2002, p. 300)

A biopolítica está diretamente articulada com os saberes de variadas áreas do conhecimento como por exemplo, a Matemática, Economia, Biologia ou Geografia, para a produção de mecanismos e instituições sociais que atuem diretamente na subjetividade dos indivíduos. Sob o discurso de bem-estar social são criadas políticas públicas que, embora passem a impressão de coletividade, muitas vezes são excludentes ou tornam-se objeto de privilégios ofertados aos poucos. É importante ressaltar que esse fenômeno é intencional, pois os mecanismos da biopolítica procuram produzir um padrão populacional normatizado, assim como o poder disciplinar constrói “comportamentos aceitáveis”.

Como exemplo dessas práticas excludentes da biopolítica destacam-se as ações históricas de higiene social, de eugenia, o uso da medicina no processo de seleção natural. Este fenômeno, segundo Foucault é compreendido como (2002, p.53) “um racismo que uma

sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os próprios elementos, sobre os próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social”.

O racismo é norteado pelo discurso de padrão de normalidade e do direito de morte e de vida:

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. [...] De outro lado, o racismo terá sua segunda função: terá como papel permitir uma relação positiva, se vocês quiserem, do tipo: ‘quanto mais você matar, mais você fará morrer’, ou ‘quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá’ (FOUCAULT, 2002, p. 215)

Assim, a partir do discurso de proteção da população, determinados grupos com base em critérios como etnia, nível econômico ou cultural, local onde vivem, opção sexual, características físicas, entre outros; são selecionados e distribuídos em dois grandes grupos: quem “deve viver” e quem “pode morrer”.

Além do mais, analisando dentro do território nacional, há vários casos de racismo: para um determinado grupo de maior poder aquisitivo a oferta de elementos culturais, acesso e permanência em níveis de ensino mais elevados é maior ou mais fácil do que para grupos mais pobres; a intensidade da violência durante intervenções policiais varia de acordo com a condição social e cor da pele; determinadas características físicas causam estranhamento ou desconfiança quando transitam em lugares luxuosos, etc.

Há uma infinidade de discursos preconceituosos transformados em regimes de verdade, que são internalizados pelos sujeitos e naturalizados visando à contínua reprodução. Eles perpassam pelas diversas instituições sociais através de múltiplos instrumentos, como a mídia, dispositivos da própria instituição e demais elementos que buscam homogeneização e exclusão da alteridade.

1.4 Panóptico

Nas fábricas que aparecem no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante se complica. Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade na distribuição dos ‘postos’ (FOUCAULT, 1987, p. 124)

De acordo com a perspectiva foucaultiana, a compreensão sobre o poder se dá a partir do olhar minucioso sobre as instituições sociais e seus desdobramentos na produção da subjetividade. Contudo, Foucault (1984) destaca os cuidados e a forma para este procedimento:

É perfeitamente legítimo analisar as instituições bem determinadas; estas constituem um observatório privilegiado para as apanhar, diversificadas, concentradas e postas em ordem, surgem, ao seu mais alto nível de eficácia; é ali que, numa primeira observação, podemos esperar ver aparecer a forma e a lógica dos seus mecanismos elementares (...) (FOUCAULT, 1984, p. 14)

Os hospitais, os presídios, os quartéis e as casas de recuperação são alguns exemplos dessas instituições que normatizam comportamentos, definem um padrão de conduta e regulam ou vigiam os indivíduos. A disposição dos espaços e a distribuição dos sujeitos nesses lugares é intencional, tendo como objetivo assegurar a manutenção da disciplina entre os grupos que transitam. Além disso, através do controle espacial e da movimentação dos corpos almeja-se reduzir as aglomerações, impedir condutas inadequadas e o restringir o contato físico. . A investigação desse esquadrinhamento espacial foi desenvolvida por Foucault (1987) tomando como base comparativa, o projeto arquitetônico de uma instituição prisional idealizado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832), denominada “Panóptico”. É uma construção circular, dividida em vários compartimentos e uma torre de vigilância central.

A operabilidade e relação com a tecnologia do poder disciplinar é melhor compreendida através da citação abaixo:

Sua arquitetura propicia que o poder seja exercido de uma forma anônima e que ao mesmo tempo circule por todos. O Panóptico é uma técnica utilizada não somente na prisão, mas foi difundido para as fábricas, escolas, hospitais, exércitos e atua da seguinte forma: cada pessoa deve ficar em seu respectivo lugar e trancado em sua cela de onde pode ser visto pelo vigia. As paredes laterais não permitem seu contato com os demais companheiros. Torna-se visível mas não se vê quem o vigia. Assim, o indivíduo passa a ser objeto de uma informação e objeto da constituição de um saber. Se os detentos são condenados, por meio do Panóptico diminui-se o poder de resistência por meio de um complô e de más influências mútuas. Se forem pessoas doentes diminui-se o risco de contágio. Se forem operários evita-se os roubos, as uniões em torno de reivindicações comuns, as comunicações e distrações que atrasam a execução do trabalho ou provocam acidentes (SOUZA, MACHADO e BIANCO, 2011, p. 08)

Apesar de não ter sido concretizado pelo seu criador, segundo Foucault (1987), este elemento inspirou o projeto arquitetônico de inúmeras instituições, como por exemplo: as prisões, as fábricas, os asilos, os hospitais e as escolas. Mesmo com os avanços tecnológicos e transformações sociopolíticas, muitas instituições atuais ainda são planejadas baseadas no mesmo princípio que o projeto de Bentham. A citação abaixo descreve a inserção dos indivíduos nesta arquitetura:

(...) cada um, em seu lugar, está seguramente confinado numa cela onde é visto de frente pelo vigia; mas as paredes laterais o impedem de entrar em contato com os companheiros. Ele é visto, mas não vê; objeto de uma informação, jamais sujeito numa comunicação. A disposição de suas câmaras, diante da torre central, lhe impõe uma visibilidade axial; mas as divisões do anel, essas celas separadas, implicam uma invisibilidade lateral. E esta é a garantia de ordem (...) (FOUCAULT, 1987, p. 224).

É possível transferir essa dinâmica para uma série de grupos, tais como presidiários, soldados, pacientes, operários, entre outros. Todos indivíduos que inseridos em suas respectivas repartições, tem a percepção de que são observados a todo momento, ainda que não saibam por quem. A visibilidade é, simultaneamente, onipresente e inverificável. Segundo Foucault (1987) nessa estrutura, os rituais de confissão do poder soberano são substituídos pela vigilância e pelo exame.

O Panóptico automatiza e desindividualiza o poder. Automatiza, pois o indivíduo é o alvo e o ator, o vigiado e o vigilante, o agente passivo e o ativo desta relação de poder. O detento, o operário e o aluno incorporam os efeitos do poder. Não é necessário que tenha alguém na torre observando-os, mas basta que eles se sintam observados para que eles mesmos controlem seus atos, gestos, comportamentos e desejos. Desindividualiza, pois não importa quem exerce o poder, qualquer pessoa pode fazer com que o indivíduo sinta-se observado, seja um vigia, um supervisor, uma câmera, uma criança ou um louco. O poder para atingir as pessoas não precisa mais de ninguém, o que importa é que o indivíduo sinta-se observado mesmo quando não está sendo (SOUZA, MACHADO e BIANCO, 2011, p. 09)

Com base nisso, além de saber a localização de cada indivíduo, a figura do Panóptico permite que a disciplina seja internalizada pelos sujeitos pois, embora ele não veja diretamente, sabe que alguém o vigia, estimulando a autodisciplina. O indivíduo “espontaneamente” controlará seus gestos, falas, desejos, atitudes e demais manifestações comportamentais.

O Panóptico possibilita avaliar a conduta do sujeito medindo-o, comparando-o e

corrigindo-o sempre necessário. Nesse sentido, Oksala (2011, p. 74) ressalta:

Quando a conduta de um indivíduo pode ser constantemente observada, ela pode também ser avaliada em detalhe. É possível medir níveis, comparar comportamentos e classificar desempenhos. Esse saber reforça os efeitos do poder, oferecendo novas ferramentas para imaginar maneiras cada vez mais detalhadas e sutis de moldar o comportamento, os desejos, os objetivos e as experiências dos internos. Ele torna possível punir e recompensar até desvios insignificantes em relação à norma, por exemplo.

As ações que descrevem o Panóptico e que fazem parte da tecnologia do poder disciplinar, como esquadrihar e enfileirar, são permeadas a todo instante pela relação saber/poder e contribuem para que o sujeito queira ou sinta a necessidade de adequar seu comportamento, interferindo diretamente no processo de subjetivação.

Desta maneira, é correto afirmar que o dispositivo arquitetônico vigia, mas também funciona como uma ferramenta educativa, uma vez que “ensina” o padrão de comportamento normatizado, influenciando diretamente na construção do indivíduo enquanto sujeito atuante fora dos muros destas instituições disciplinares.

É importante ressaltar que algumas instituições de sequestro, ainda que aparentem ter um dispositivo arquitetônico distinto do projeto de Bentham, também apresentam em sua estrutura a mesma função: contribuir nos processos de normalização, distribuição espacial dos corpos e realizar práticas classificatórias e hierarquizantes.

O que um estabelecimento visa é controlar os desvios dos sujeitos enquanto indivíduos, esquadrihando seus comportamentos e efetuando sobre eles uma vigilância constante. Quase poderíamos dizer que os diversos atores institucionais “não sabem o que fazem”, afinal, é seu ser social que determina sua consciência e suas práticas. Sabemos que sua ação é historicamente condicionada e determinada pelas condições sociais gerais de produção e reprodução da existência (BENELLI, 2014, p. 18)

Ainda segundo Benelli (2014), uma das estratégias que essas instituições utilizam é a naturalização dos fenômenos historicamente produzidos. Assim, os indivíduos não refletem sobre as práticas, apenas reproduzem-nas. As relações de poder, discursos e saberes inseridos nessa dinâmica transformam os corpos em dóceis, adestrados e, principalmente, com desejos previamente definidos.

O panoptismo permite treinar, modelar e coordenar o homem através da junção quase sutil entre produção e repressão. Por meio da função disciplinar cria-se o cidadão correto, o trabalhador eficiente, o praticante dos bons costumes, o estudante exemplar... Quando foge essa normalização, vem a prisão, o reformatório, terapeutas ou psiquiatras para reparar os

danos, indicar medicamentos, punir, corrigir, enfim, reajustar o indivíduo marginalizado aos padrões estabelecidos.

Este modelo de controle da sociedade e manifestação de poder tem uma outra justificativa. Trata-se também em aumentar a utilidade da eficiência da função humana na sociedade. Com essa modificação de controle da sociedade, aumenta-se a disciplina sobre o ser, o qual aumenta sua produtividade por um lado e, por outro, reduz os custos da desobediência (GUANDALINI e TOMIZAWA, 2013, p. 26)

Como se vê, as estruturas que operam sob essa dinâmica exercem mais do que um controle social; elas atuam como uma grande estratégia de economia do corpo que possibilita a transformação da sociedade, ao mesmo tempo em que age em cada sujeito individualmente. Para isso, de acordo com Foucault (1987) são utilizadas algumas técnicas disciplinares, dentre as quais ele destaca: a construção de quadros, a prescrição de manobras e a organização de táticas.

A construção de quadros está relacionada com a disposição e organização dos sujeitos num determinado espaço. Neste caso, a locomoção e qualquer tipo de interação é controlada e/ou reduzida para conter desordens ou não incitar revoltas. A citação abaixo exemplifica esta técnica:

(...) se trata de transformar as multidões inúteis em uma massa organizada que possa ter alguma utilidade. Para que se torne realidade, são utilizadas a cerca, para que se delimite e permita o controle dos desorganizados, o quadriculamento, para que se possa colocar cada indivíduo em determinado local e assim saber onde cada um se encontra, e a posição na fila, que faz com que cada indivíduo ocupe uma classificação. Todos esses elementos fazem com que essa técnica organize a sociedade em verdadeiros quadros vivos, que podem ser utilizados eficazmente nas instituições (GUANDALINI e TOMIZAWA, 2013, p. 27)

A segunda, técnica de prescrição de manobras, tem haver com a organização temporal do sujeito e disposição de tarefas de maneira a combater ociosidade, desperdício de tempo e maximização dos resultados. É um política do corpo que envolve gerenciamento do tempo de forma que seja melhor aproveitado, condicionando inclusive o corpo para que suporte a exaustão. Para isso, segue as seguintes etapas:

A "prescrição de manobras" é uma técnica em que se constrói um corpo orgânico tendo como base determinadas etapas. A primeira delas é um importante controle do horário de forma que este seja racionalizado, de modo que seja evitado qualquer tipo de desperdício e de uma maneira geral o tempo seja útil. Na segunda forma deve-se manter um cronograma da realização do ato de tal maneira que sejam organizadas as etapas. Numa terceira trata-se da ótima "articulação corpo objeto"

de forma que o corpo do indivíduo seja bem adaptado e assim articulado com os equipamentos de produção (GUANDALINI e TOMIZAWA, 2013, p. 27)

Por fim, a organização tática, que serve como base para as técnicas anteriormente descritas, uma vez que define onde cada sujeito deve se situar na sociedade para exercer sua função com maior eficiência possível. Toda atividade requer planejamento e organização, assim, antes mesmo de preparar o indivíduo, é necessário que ele esteja organizado para que o coletivo se mantenha em sintonia.

Em paralelo a estas técnicas, também há os instrumentos de saber-poder que possibilitam o funcionamento contínuo dessa grande engrenagem. São eles o exame, a sanção normalizadora e a vigilância hierárquica. O primeiro instrumento é o registro por escrito das avaliações do indivíduo durante a sanção e vigilância afim de classificá-lo e compará-lo. A sanção normalizadora refere-se à necessidade de punir quaisquer desvios do sujeito, seja na sua conduta, gestos, sexualidade, posicionamento ideológico, entre outros. Por mais ínfimo que seja, o ato sempre é passível de alguma sanção. Já a vigilância hierárquica consiste na ampliação da observação do sujeito em todas as instâncias. Ainda que ele não saiba quando e por quem, possui consciência de que é vigiado a todo instante, seja pelos pais, professores, patrão, câmeras de segurança, entre outros. A observação é ininterrupta, mudando apenas o observador e a localização. Esses três instrumentos possibilitam verificar as aptidões, aprimoramentos e controle do sujeito com o mínimo de força física possível.

Desde o momento em que o Estado penaliza o criminoso ou delinqüente, ou se dá uma recompensa para aquela pessoa que segue a lei e as regras impostas à nós mesmos, seja no trabalho, na escola, num presídio, num hospital, numa fábrica, ou em qualquer outro estrato da vida social, a vigilância e a repressão que são realizadas diariamente pelo Estado por seus canais competentes são variáveis de controle social que nos são impostos implicitamente ou explicitamente no dia a dia da sociedade (GUANDALINI e TOMIZAWA, 2013, p. 30)

Atualmente sob o discurso da “globalização” e “avanços tecnológicos” ampliam-se os instrumentos e os discursos de necessidade de controle e monitoração do indivíduo. O monitoramento está cada vez mais intrínseco à vida humana: o uso de câmeras de segurança e babá eletrônica nos quartos dos bebês para observar a ocorrência de algum incidente, instalação de câmeras em escolas interligadas por meio de aplicativos aos celulares de pais a fim de, onde estiverem, saberem em tempo real o que fazem, quando e na companhia de

quem; rastreadores instalados em veículos e/ou celulares para controlar cada lugar e quanto tempo permaneceu sob o discurso de prevenção de roubos, além das inúmeras câmeras instaladas por quase todo território.

Nesta nova sociedade, a monitoração eletrônica pode ser reconhecida como um desenvolvimento tecnológico da antiga vigilância hierárquica, mas o poder punitivo não mais se manifesta por meio de uma sanção normalizadora, mas por um intrincado sistema de registro e reconhecimento (GUANDALINI e TOMIZAWA, 2013, p. 31)

De acordo com a citação, esse excesso de monitoramento ao indivíduo segue embasado pelo mesmo discurso de vigilância do panóptico ainda que em nível macro: garantia da segurança, da ordem e evitar possíveis desvios e/ou comportamentos inadequados. Esse discurso de legitimação é internalizado pelo sujeito, que o vê como um fenômeno natural e o considera fundamental para sua integridade física.

1.5 Discursos e regimes de verdade na construção de subjetividade

O sujeito não é uma fonte autônoma e transparente de saber – é construído em redes de práticas sociais que sempre incorporam relações de poder e exclusões (OKSALA, 2011, p. 23)

De acordo com Foucault (1987) o sujeito é produzido por meio de uma série de elementos, tais como: as relações de poder, os saberes e as práticas discursivas. No que tange estas práticas, Lecourt (1980, p. 91) diz que “pela palavra prática [Foucault] não pretende significar a atividade de um sujeito, [mas] designa a existência objetiva e material de certas regras a que o sujeito está submetido desde o momento em que pratica o ‘discurso’”.

Como exemplo dessas transformações do discurso ao longo da história pode-se destacar a recepção dos expectadores diante das cenas de tortura no período de transição entre Idade Média e Moderna. As substituições de emoções em nada representam uma “evolução” da sociedade ou até mesmo da moralidade das pessoas. Essa modificação significa uma transformação dos discursos que, conseqüentemente, produziram diferentes saberes operando no posicionamento das pessoas que assistiam aos castigos físicos.

De maneira geral, aplica-se a mesma lógica em outras situações não tão radicais.

Algumas décadas atrás havia um discurso propagado pela indústria cinematográfica de que fumar representava “estilo” e “status”; em um determinado momento, novos discursos respaldados em saberes da medicina repudiaram a prática, evidenciando os inúmeros malefícios de tal hábito no corpo.

Sendo assim, os discursos sobre punição possuem, ainda que implicitamente, uma série de outros saberes que constituem o modo de ser, de pensar acerca de si mesmo e da coletividade. Há discursos que pretendem definir o gênero, a orientação sexual ou religiosa, a escolha das profissões, o papel social etc.

Todavia, é importante afirmar que em paralelo a estes dispositivos também há inúmeros processos de resistência que atuam sob a forma de adversidade e tensionamento. Todos perpassando as relações de poder, com maior ou menor intensidade.

Tais pontos de resistência estão presentes em toda parte na rede de poder. Por isso não há nenhum local singular de grande Recusa, nenhuma alma da revolta, fonte de todas as rebeliões, ou pura lei do revolucionário. O que há é uma pluralidade de resistências, cada uma delas um caso especial: resistências que são possíveis, necessárias, improváveis; outras que são espontâneas, selvagens, solitárias, combinadas, impetuosas ou violentas; outras ainda que se apressam em transigir, são interesseiras ou sacrificatórias; por definição, elas só podem existir no campo estratégico das relações de poder (OKSALA, 2011, p. 82)

Os processos de resistência contribuem para a produção de novas relações de poder e a construção de novas práticas, discursos, saberes e regimes de verdade. Por meio destes mecanismos, o sujeito torna-se capaz de recusar, alterar, discordar, enfim, de atuar crítica e criativamente. Nesse sentido, Oksala (2011, p. 124) ressalta a importância da resistência para a construção da subjetividade como um processo ético afirmando que “(...) um modo de contestar o poder normalizador é moldar criativamente a si mesmo e à própria vida: explorando oportunidades de novas maneiras de ser, novos campos de experiência, prazeres, relações, modos de viver e pensar.”

A resistência não anula por completo a influência das tecnologias de poder, mas sua presença é essencial, do contrário predominam as relações de dominação. Essa articulação, juntamente com demais conceitos foucaultianos constituem uma rede de tensões que repercutem na produção de subjetividade.

Para Foucault, o discurso é um objeto de investimento do poder para a manutenção das relações, legitimação de vontades e produção de verdades. Ele auxilia no controle, classificação, seleção e organização dos sujeitos. Todavia, é importante ressaltar que os embates entre poder

e processos de resistência corroboram para a contínua produção dos discursos.

O tipo de sociedade, época, interesses políticos e econômicos são alguns dos condicionantes para o tipo de discurso e regime de verdade espalhado pelo tecido social. As instituições, algumas com maior ou menor intensidade, tem como função contribuir para que os sujeitos a internalizem. Como exemplo de instituições que realizam esta tarefa como maior intensidade, pode-se mencionar aquelas ditas como de sequestro, porque atuam diretamente na formação do indivíduo, tais como as escolas, os reformatórios e os quartéis.

Quanto à dinâmica de legitimação do discurso, Candiottto (2010, p. 51) diz que:

(...) o discurso qualificado como verdadeiro é aquele que se impôs sobre outros discursos, relegando-os no terreno do falso e do ilusório, instaurando-se numa ordem. A ordem do discurso é o critério normativo para impor significações, identificar, dizer o que é verdadeiro e o que é falso, o que está certo e o que está errado, o que é delirante e o que é racional, nada mais do que um modo de operar separações.

Dessa forma, ele também é algo vivo, dinâmico, historicamente variável e por ser um elemento que atende a determinados interesses, também opera como ferramenta para legitimar processos excludentes. Sob o pretexto de pertencimento, eles invisibilizam ou silenciam todo aquele que difere dessa falsa sensação.

Ainda segundo o autor, o discurso é legitimado através dos regimes de verdade que por sua vez são produções criadas com o propósito de colaborar para a produção de corpos economicamente úteis e dóceis. A manutenção desse fenômeno na sociedade é garantida através das relações de poder.

CAPÍTULO II

2. A SOCIEDADE DO DESEMPENHO DE BYUNG-CHUL HAN

Durante os séculos XVII e XVIII apareceram novas formas de organização, regulamentação e controle social que perduram até os dias atuais. Foucault analisou estes mecanismos denominando-os de tecnologia do poder disciplinar.

Para o filósofo, a sociedade ocidental a partir desse período, desenvolveu tecnologias que operavam normatizando comportamentos e promovendo discursos que reforçavam tal padronização. Estes elementos atuavam articuladamente na produção de subjetividade, resultando num conjunto de normas e condutas que, apesar de serem construídas de modo sócio-histórico, eram internalizadas pelos indivíduos. Este processo possibilitou a leitura de que os comportamentos, bem como os mecanismos de controle e vigilância, seriam naturais e necessários para o “bom convívio em sociedade”.

As relações estabelecidas nas escolas, hospitais, presídios, repartições militares e outras instituições operavam com essa forma de controle, vigilância, construção e reprodução de comportamentos pré-estabelecidos. As instituições disciplinares utilizavam técnicas de exame, e quando verificado algum desvio desse padrão, aplicavam sanções normalizadoras e punições destinadas à “correção” dos infratores. No entanto, por mais que estes elementos ainda se façam presentes no século XXI, a sociedade vivencia a cada dia com maior intensidade, transformações socioculturais, principalmente no setor tecnológico, que interferem consideravelmente nas relações sociais estabelecidas.

Os grupos sociais vêm constantemente desenvolvendo novas formas de produção, exploração, consumo, conhecimento, bem como outras maneiras de se relacionar que, segundo Han (2017), não podem ser adequadamente explicadas por meio do conceito filosófico de “sociedade disciplinar”.

O cenário contemporâneo é caracterizado pela presença de espaços como academias, centros estéticos, sites de relacionamento social, entre outros. Somado a estes elementos, também se verificam comportamentos que merecem destaque, são eles: a preocupação exacerbada com a divulgação da autoimagem expressando algo previamente estipulado, estilo de vida acelerado e falsa sensação de liberdade que, no que lhe concerne, transmite a ideia que o sujeito consegue “fazer tudo”. O conjunto destes aspectos sugere uma análise do cenário atual a partir de um novo caminho.

Partindo dessa premissa, o filósofo trata da questão das relações de poder e de seus mecanismos de subjetivação a partir de uma perspectiva que o possibilita conceber o corpo social contemporâneo como “*sociedade do desempenho e do cansaço*”.

2.1 Sociedade do desempenho

De acordo com Han (2017a), a sociedade do século XXI é caracterizada pelas novas formas de exploração que envolvem: valorização do individualismo, agilidade, hipercomunicação, *multitasking*⁷, hipervalorização da imagem, articulados a um avanço tecnológico imensurável que se expressa em diversos setores sociais.

A conjuntura econômica da sociedade do desempenho e sua liberdade coercitiva fazem com que o dualismo de conceitos como proletariado e burguês, opressor e oprimido apresente-se como inadequado para explicar toda a complexidade do cenário atual. Nesse contexto, Han afirma que:

A distinção entre proletariado e burguesia já não se sustenta. Literalmente, o proletário é aquele que tem como única propriedade a própria prole. A sua autoprodução se restringe à reprodução biológica. Hoje, no entanto, é disseminada a ilusão de que qualquer um, enquanto projeto que se esboça livremente, é capaz de uma *autoprodução ilimitada*. A <ditadura do proletariado> é, nos dias que correm, estruturalmente impossível. Somos todos dominados por uma ditadura do capital (HAN, 2018b, p. 15)

Hoje em dia, o sistema é regulado pelo capital, autoprodução, maximização da produtividade e autogerenciamento. Estas características colaboram para o desenvolvimento de uma sociedade permissiva, pois o sujeito tudo pode e tudo se permite, influenciado pelo discurso de que é exclusivamente sua a responsabilidade de atingir êxito.

Esta talvez seja uma das formas mais eficientes de controle do sujeito, pois, conforme Han (2018b, p. 16), “quem fracassa na sociedade liberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso”.

Para controlar o sujeito não são mais tão necessárias proibições, tortura ou vigilância; o discurso motivador, proativo e que estimule a iniciativa já é suficiente para que o indivíduo autorregule.

⁷ Com base em Coser *et al* (2008, p. 2) é possível definir multitasking como a capacidade de realizar mais de uma tarefa simultaneamente, utilizando a memória de trabalho.

O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. É nisso que ele se distingue do sujeito de obediência. A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com liberdade e coação coincidam (...) (HAN, 2017a, p. 29)

Assim, percebe-se que a organização social contemporânea, ao unir liberdade e coerção, desenvolve uma forma bem mais sofisticada e eficiente de controlar, condicionar e explorar os sujeitos. A livre coerção é uma estratégia do sistema capitalista que a cada dia ganha mais força, principalmente com auxílio das ferramentas digitais.

Hoje em dia, espalha-se pelo tecido social uma falsa ideia do princípio autonomia⁸, que disfarça técnicas mais refinadas de controle. O indivíduo acredita ser livre para buscar o autoaperfeiçoamento, expondo “voluntariamente” suas habilidades como demonstração de êxito — o que pode ser representado pela afirmação “*Yes, we can!*”, que tem se tornado dominante.

Esta dinâmica é uma forma de liberdade paradoxal, pois as pessoas deixam de ser “sujeitos da obediência” para se tornarem “empresários de si mesmo”. Além disso, devido à ilusão de terem capacidade e poder ilimitados, torna-se necessário ocupar todo o tempo mostrando resultados. Neste caso, pode-se afirmar que a autocoerção praticada nesta liberdade paradoxal também é uma forma de violência, uma vez que o indivíduo não consegue oferecer resistência contra si mesmo, adoecendo.

Ainda segundo o filósofo (2017a), enquanto a palavra-chave da sociedade disciplinar era dever, o cenário do desempenho migra para o verbo poder. Isto é de grande relevância, pois ao enfatizar que o sujeito pode superar metas e aumentar a produtividade, consequentemente, a autoexploração, autocoerção e a autofiscalização também se intensificam. Com isso, percebe-se que sob o discurso do “sujeito livre e empreendedor de si mesmo”, escondem-se formas mais sutis e bem mais eficientes do que os mecanismos de coerção e exploração disciplinares anteriormente empregados.

Durante a autoexploração, o sujeito está iludido acreditando que sua ação é sinônimo de eficiência e proatividade. Ele tem a falsa sensação de que o faz porque quer, sem cobranças e, principalmente, sem pressões exteriores. No entanto, assume a posição de senhor e escravo simultaneamente, inspecionando e exigindo de si o máximo de desempenho.

É possível afirmar que esse fenômeno é uma forma de violência, uma espécie de

⁸ Conforme Abbagnano (2012, p. 111) é um conceito kantiano que se refere o processo de independência da vontade do sujeito diante do objeto de desejo, pondo através do uso da razão um princípio, validade ou regra.

autoviolência, provocada pelo excesso de “positividade”, tão ou mais perigosa do que aquela oriunda da sociedade disciplinar, devido à dificuldade de combatê-la.

A violência da positividade que resulta da superprodução, superdesempenho ou supercomunicação já não é mais — viral. A imunologia não assegura mais nenhum acesso a ela. A rejeição frente ao excesso de positividade não apresenta nenhuma defesa imunológica, mas uma ab-reação neuronal-digestiva, uma rejeição. Tampouco o esgotamento, a exaustão e o sufocamento frente à demasia são reações imunológicas. Todas essas são manifestações de uma violência neuronal, que não é viral, uma vez que não podem ser reduzidas à negatividade imunológica (HAN, 2017a, p. 17)

O conceito de negatividade está relacionado com a exclusão de emoções como dor, angústia, impossibilidade, a quebra de um paradigma, com um “não ser capaz de”, a imprevisibilidade e demais elementos que configuram a presença da alteridade.

Uma sociedade com excesso de negatividade é permeada de tensionamentos, restrições e “deveres” que, em demasia, acarretam um determinado tipo de violência baseada no controle. Contudo, a falta deste fenômeno também é prejudicial, pois gera ausência de reflexão e transforma o sujeito numa máquina, restando-lhe apenas maximizar sua produção sem descansar. O mundo do desempenho extingue gradativamente a negatividade porque isto vai contrário à aceleração, é precisamente uma potência de “não fazer”.

Enquanto o conceito de negatividade implica na negação ou exclusão de uma determinada possibilidade; a “positividade” proposta por Han, por outro lado, está relacionada com a ideia de que os sujeitos ajam do mesmo modo, a partir de um padrão, reforçando uma determinada ação, com um objetivo previamente definido. Cria-se um universo onde tudo é igual e se espera que, todos os sujeitos se empenhem a partir do que é considerado “normal”. Não há espaço para “negatividade”, e conseqüentemente, nenhuma condição de modificação.

O excesso dessas possibilidades do que “é possível ser realidade” provoca uma forma de violência, tão intensa quanto o exagero da negatividade: a violência devido à positividade, resultante da contínua hiperprodução e do hiperdesempenho do sujeito. Neste caso, os indivíduos almejam superar suas expectativas incessantemente, aperfeiçoando habilidades que já tem consciência de possuírem.

Ainda com relação ao conceito de “positividade” utilizando por Han, é possível compreendê-lo melhor a partir da citação abaixo:

Isto que Han chama de positividade é, na verdade, o diagnóstico de um processo planejado de inibição das diferenças, e que na nomenclatura da filosofia pode ser entendido como uma tentativa de eliminar a alteridade e evitar processos dialéticos,

isto é, as construções dos embates, dos choques e das contradições (...) (COSTA e NOYAMA, 2017, p. 311)

A extinção dos processos dialéticos transforma a sociedade no *inferno do igual*, o que colabora para a manutenção da condição social. As pessoas buscam “voluntariamente” se enquadrar no que é bem visto pelo grupo. Outro ponto que se faz necessário destacar na citação refere-se ao “processo planejado de inibição da diferença”. Para isso, são utilizados mecanismos sutis que atuam diretamente na psique do sujeito, fazendo com que o indivíduo deseje ser, ao mesmo tempo em que queira demonstrar, que é igual aos demais.

Segundo Han (2017a, p. 8), as técnicas imunológicas⁹ da sociedade disciplinar agem contra o que é estranho ao corpo, porém as patologias oriundas do cenário do desempenho são marcadas por esse excesso do igual e aniquilação de tudo que difere.

Estas técnicas disciplinares tornam-se insuficientes contra ações baseadas no slogan “Yes, we can!” (ou também a famosa propaganda da Nike “Just do it!”), exemplos de representações midiáticas deste excesso de positividade, uma vez que reforçam a falsa ideia de que todas as metas são alcançáveis. Em resposta, o indivíduo se obriga a mostrar que pode produzir cada vez mais, bem como acredita que sua capacidade ou incapacidade é responsável por inseri-lo num padrão de vida proposto, com uma intensidade tamanha que se transforma numa forma de agressão. A violência da positividade ou violência neuronal é exaustiva e imanente ao sistema. Ela extingue a alteridade por meio da igualdade e neutralização da diferença, transformando-a em algo exótico.

Com isso, pode-se afirmar que embora ainda haja violência física, ela atua muito mais no campo da subjetividade produzindo padrões de comportamento. Apesar da falsa impressão de estar exercendo a liberdade, no fundo, ele é tão prisioneiro quanto o sujeito da obediência, porém, conforme Han (2017c, p. 10), a repressão externa é substituída pela interna que oprime, agride e controla, num movimento de dentro para fora do indivíduo.

Cumpramos ressaltar, que o sujeito do desempenho também é um consumidor e esse elemento engloba diferentes aspectos do cotidiano. A postura consumista de olhar os produtos, comparar, observar o mais vantajoso para então adquirir, é aplicada também em outros setores da vida cotidiana: nos relacionamentos amorosos, nas amizades, nos posicionamentos políticos etc. Esse tipo de análise é feito acriticamente, pois enxerga o outro como mercadoria e não como sujeito em questão.

⁹ Segundo Han (2017a, p. 08) as técnicas imunológicas disciplinares tinham caráter bélico, pois, envolviam ações de ataque e defesa contra qualquer comportamento considerado estranho, ou seja, que fugia ao padrão.

Além disso, a otimização de resultados não é apenas individual, mas também global. A lógica mercantil também atua em grupos através de criação de *workshops* sobre empreendedorismo, *coaching* empresariais, fins de semana motivacionais, *web* conferências, enfim, estratégias coletivas criadas sob o discurso centrado no desempenho: alavancar a produção, minimizando custos, maximizando processos e resultados.

Pode-se dizer que há uma relação de coerção que obriga aos sujeitos do desempenho a mostrar uma eficiência cada vez maior, de forma que o indivíduo se compara a todo o momento com os outros e com seus resultados anteriores. Em paralelo a esta situação, os indivíduos que dedicam muitas horas do seu dia a ociosidade ou realização de atividades que não atendam aos interesses capitalistas são vistos pejorativamente, sendo então ignorados e taxados como improdutivos.

De acordo com Han (2017a) carência e culpa acompanham as pessoas no trabalho, nas amizades, no cuidado com a saúde, na manutenção da beleza, nos relacionamentos amorosos, entre outros. É uma autoconcorrência sem fim e que acaba com o adoecimento do indivíduo, “realizar-se e autodestruir-se, aqui, coincidem” (2017a, p 86) .

O sujeito do desempenho é rodeado por uma gama de opções, não tendo tempo hábil para estabelecer uma forte ligação com nenhuma delas. A perda desse elo provoca um esvaziamento das relações e uma constante insatisfação interior. Torna-se um círculo vicioso, pois, com a continuidade da insatisfação, o indivíduo descarta o elemento escolhido e realiza outra seleção, permanecendo nesta atitude incessantemente.

Esse tipo comportamento é semelhante à relação estabelecida com mercadorias comercializadas, de modo que Han afirma:

O hipercapitalismo atual dissolve totalmente a existência humana numa rede de relações comerciais. Já não existe nenhum âmbito da vida que consiga se eximir da degradação provocada pelo comércio. O hipercapitalismo transforma todas as relações humanas em relações comerciais. Ele arranca a dignidade do ser humano, substituindo-a completamente pelo valor do mercado (HAN, 2017a, p. 127)

Assim, os sujeitos coisificam o outro, as relações e até a si mesmo. Tudo é passível de análise, comparação e seleção sob o critério da eficiência. Há um discurso baseado na meritocracia¹⁰ que reforça o desejo de “mostrar as habilidades ao máximo”, paralela a falsa

¹⁰ A meritocracia é um fenômeno estudado por filósofos e sociólogos, com defensores e críticos fervorosos. Segundo Marques (2017), é uma forma de seleção social e recompensa, onde o esforço próprio seria a mola propulsora para alcançar os objetivos. Discursos meritocratas reforçam a desigualdade social e desconsideram fatores externos como agentes influenciadores.

ideia de que a decisão de ocupar cada instante do seu tempo deve ser motivo de orgulho.

Este gerenciamento do tempo ocorre na jornada de trabalho, planejamento de férias, viagens e demais momentos de lazer. O sujeito do desempenho é um indivíduo hiperativo, que investe seu tempo na execução de projetos e busca aperfeiçoá-lo. Ele disfarça essa hiperatividade sob a ilusão de realizar múltiplas tarefas como exercício da sua liberdade: acredita fazer por espontânea vontade e que sente prazer em manter-se ocupado em tempo integral.

Além disso, Han (2018b, p. 11) também justifica a ausência da liberdade no cenário atual devido ao isolamento das pessoas. “Só nos sentimos realmente livres em um relacionamento bem-sucedido, em um feliz estar junto”. A impossibilidade desta dinâmica produz pessoas frustradas, carentes e insatisfeitas. Segundo o filósofo, exercer a liberdade corresponde à forma como os sujeitos se relacionam. No entanto, o regime neoliberal favorece o isolamento como possibilidade para a autoexploração, através do controle das múltiplas formas de expressão da autonomia, sejam desejos, sentimentos ou emoções.

Desta maneira, é possível afirmar que a dinâmica do poder opera de modo mais articulado e produz um resultado mais intenso do que as estratégias do dever. Tem-se um cenário de maior repressão, por meio do recurso à iniciativa e à motivação, sem necessidade de proibição ou censura. No entanto, se como efeito colateral, a sociedade do dever produz marginalizados, criminosos e delinquentes, a sociedade do desempenho constrói indivíduos angustiados, depressivos e cansados.

No que tange especificamente ao *multitasking*, para o filósofo trata-se de um retrocesso civilizatório:

A multitarefa não é uma capacidade para a qual só seria capaz o homem na sociedade trabalhista e de informação pós-moderna. Trata-se antes de um retrocesso. A multitarefa está amplamente disseminada entre os animais em estado selvagem. Trata-se de uma técnica de atenção, indispensável para sobreviver na vida selvagem. (...) A preocupação pelo bem viver, à qual faz parte uma convivência bem-sucedida, cede lugar cada vez mais à preocupação por sobreviver (HAN, 2017a, p. 33)

Desta maneira, apesar da hiperatenção¹¹ e do *multitasking* parecerem qualidades apreciáveis, ambas colaboram para produção de sujeitos depressivos e fracassados. Na verdade, estes elementos contribuem para construção de relações superficiais, momentâneas e que em nada contribuem na construção da subjetividade.

¹¹ De acordo com Han (2017a, p. 33) a hiperatenção é uma forma de “atenção dispersa caracterizada por uma rápida mudança de foco entre diversas atividades, fontes informativas e processos”.

Partindo da afirmação de Costa e Noyama (2017, p. 312), ao destacar que “o excesso de positividade é resultado de estímulos e informações, que produzem uma modificação na estrutura da economia e da atenção”, também se pode afirmar que o *multitasking*, ao mesmo tempo em que é uma característica da sociedade do desempenho, também atua como mecanismo para reforçar a ausência de negatividade. O *multitasking* colabora para o excesso de positividade, pois o sujeito se vê impossibilitado de ter atenção profunda¹², ao mesmo tempo em que diante de uma variedade de estímulos, se sente obrigado a mostrar resultado e mudar de foco continuamente. Como resultado dessa dinâmica, a médio ou a longo prazo, tornase um indivíduo cansado, depressivo e hiperneurótico.

2.2 Sociedade do cansaço

O sujeito do desempenho esgotado, depressivo está, de certo modo, desgastado consigo mesmo. Está cansado, esgotado de si mesmo, de lutar consigo mesmo. Totalmente incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, no mundo, fica se remoendo, o que paradoxalmente acaba levando à autoerosão e ao esvaziamento. Desgasta-se correndo numa roda de hamster que gira cada vez mais rápida ao redor de si mesma (...) (HAN, 2017a, p. 91)

Han demonstra que a hipervalorização do desempenho na sociedade contemporânea provoca uma série de efeitos colaterais, que marcam profundamente a subjetividade. São eles: uso excessivo de medicamentos para potencializar as capacidades, aumento de doenças neuronais¹³, presença constante do narcisismo¹⁴ na subjetividade, sofrimento psíquico e intrapsíquico, ausência de diálogo e reflexão crítica, falta de atenção contemplativa, racionalização dos sentimentos, desaparecimento da alteridade, construção de novas formas de exploração, não aceitação da realidade, frustração doentia, entre outros.

Assim, o corpo social atual também é classificado como sociedade do cansaço, pois, o que se percebe são sujeitos física e psicologicamente esgotados devido ao esforço para

¹² A atenção profunda ou contemplativa segundo Han (2017a, p. 32) refere-se à capacidade do sujeito em dedicar-se a um estímulo por vez, esmiuçando-o sem pressa e criticamente. Segundo o filósofo, esse tipo de atenção cede lugar para uma dinâmica mais dispersa, a hiperatenção, que por sua vez, consiste na mudança de foco rapidamente para apreender o máximo de informações possíveis e evitar o tédio.

¹³ Conforme Corbanezi (2017) o excesso de positividade da sociedade que preconiza o poder ilimitado, o excesso de informações, comunicação e estímulos distintos acarretam um aumento do índice de doenças como Síndrome de Burnout, Depressão, Transtorno da Personalidade Boderline, Anorexia, Transtorno Obsessivo-Compulsivo, entre inúmeras outras.

¹⁴ Apesar de Han enfatizar os aspectos prejudiciais do narcisismo, é importante relembrar que apenas o excesso prejudica os sujeitos e suas relações. Com base em Fernandes (2002), de acordo com as teorias freudianas, é um componente da natureza humana, de forma que, ponderadamente torna-se de grande importância para construção da autoestima, colabora para evitar o estresse e a depressão, entre outros. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~bdsepsi/77a.pdf> Acesso em 27/02/2021.

otimizar o seu desempenho. Quando percebem que seus esforços não são suficientes para obtenção dos resultados, apelam para medicamentos que potencializem suas capacidades.

Desde modo, a sociedade do cansaço também é a sociedade do *dopping*, conforme preconiza Han (2017a). Nunca houve tanto incentivo para o uso de medicamentos que fomentem as capacidades cognitivas como hoje em dia e a principal causa dessa mudança é o imperativo do desempenho, presente na sociedade. Atualmente, há uma “normalização” da oferta e demanda de produtos para ampliar a memória, aumentar a capacidade de aprendizagem e melhorar a resposta diante estímulos físicos e mentais, que fazem com que o indivíduo permaneça continuamente insatisfeito com sua performance e busque cada vez mais ferramentas que auxiliem na autossuperação. Pode-se assim dizer, que tudo isso está relacionado ao elemento narcísico presente na sociedade, ao constante aumento de expectativas em alcançar metas e a insatisfação.

Com relação ao narcisismo, o sujeito concentra continuamente seus esforços na otimização do “eu”, todavia é impossível satisfazê-lo porque sempre quer melhorar. Consequentemente, ele estará sempre insatisfeito consigo mesmo: sua imagem, seus relacionamentos e suas capacidades. O indivíduo se pune numa busca incessante de adequar-se aos padrões normatizados, permanecendo ansioso e depressivo.

O narcisismo pode ser compreendido através do enfoque psicológico e cultural. No que tange o aspecto psicológico, cumpre citar:

No nível individual indica uma perturbação da personalidade caracterizada por um investimento exagerado da própria pessoa a custa do self. Os narcisistas estão mais preocupados com o modo como se apresentam do que com o que sentem. De fato, eles negam quaisquer sentimentos que contradigam a imagem que procuram apresentar. Agindo sem sentimento tendem a ser sedutores e ardilosos, empenham-se na obtenção de poder e de controle. São egoístas, concentrados nos próprios interesses, mas carentes dos verdadeiros valores do self- notadamente autoexpressão, serenidade, dignidade e integridade. Aos narcisistas falta um sentimento do *self* derivado de sensações corporais. Sem um sólido sentimento do *self*, levam a vida como algo vazio e destituído de significado. É um estado de desolação (LOWEN, 2017, p. 07)

Deste modo, percebe-se que a presença do narcisismo no indivíduo faz com que não reconheça a negatividade, pois a enxerga como algo que o contraria ou ameaça seu comportamento. É somente através da valorização da alteridade e da negatividade que seria possível enxergar o outro no mesmo patamar e resgatar os valores do *self*, ou seja, aquilo que de fato o sujeito é como resultado de suas experiências. Hoje em dia, o *self* é substituído pelas *selfies*, através do consumo da imagem. Com relação ao aspecto cultural, Lowen (2017, p. 07) também diz que “o narcisismo pode ser considerado como perda de valores humanos

– uma ausência de interesse pelo ambiente, pela qualidade de vida, pelos seres humanos seus semelhantes”.

Torna-se evidente que o sujeito narcisista possui dificuldade de estabelecer relações interpessoais com reciprocidade nos valores éticos. Segundo Lowen (2017), a presença do narcisismo permite que os indivíduos ignorem valores como ternura, compaixão, solidariedade, empatia, entre outros. Estes sentimentos, ainda segundo o autor são importantes na construção e realização dos fenômenos sociais, inclusive para amenizar determinados conflitos.

A depressão também possui em suas bases o narcisismo enraizado, mais precisamente nesta dificuldade em se relacionar com o outro, reconhecendo e respeitando sua alteridade, bem como na incapacidade de interagir com o mundo em torno. Infelizmente, no cenário atual, há uma predominância das relações que favorecem interesses individuais, independente das consequências que possam acarretar ao outro.

Para Han (2017c, p. 98), a capacidade de reconhecimento da alteridade do outro e de seus limites constitui o caráter humano. Todavia, a concepção de sujeito livre na sociedade do desempenho está ligada à ausência deste processo. O homem do desempenho “não possui caráter”; ele pode tudo e está pronto para qualquer coisa, o que a longo prazo provoca a exaustão psíquica. O homem sem caráter também se torna depressivo devido a fatores como: a ausência de descanso físico e mental, a falta de negatividade e seus efeitos deformadores e desestabilizadores, a instabilidade psíquica e a inconclusividade de si mesmo.

(...) Um outro fator que também origina a depressão – e que muitas vezes desemboca no *burnout* – é principalmente a exagerada e excessiva relação consigo mesmo, levando à adoção de traços destrutivos. O sujeito de desempenho esgotado, depressivo está, de certo modo, enfasiado de si; cansado e esgotado de brigar consigo. Totalmente incapaz de sair de si, de estar *lá fora*, de abandonar ao *outro*, ao *mundo*, vai se remoendo interiormente, o que paradoxal e paulatinamente deixa-o vazio e causa esvaziamento. Ele vai se *fechando* em uma “roda de hamster”, que gira sempre mais veloz em torno de *si mesma* (HAN, 2017c, p. 71)

Com isso, percebe-se que a ausência de repouso e da passividade diante dos estímulos externos resulta em um mergulho contínuo em si mesmo através de fenômenos de autocobrança, autovigilância e autoexploração que conduz ao esgotamento. Como exemplo, pode-se destacar o homework que transforma a residência numa extensão do trabalho e reduz ao máximo os espaços de lazer e descanso.

Além disso, Han (2018) afirma que estes fatores, atrelados ao excesso de informações,

produz a *Síndrome da Fadiga da Informação* que é definida como:

SFI (Síndrome da Fadiga da Informação) o cansaço da informação, é a enfermidade psíquica que é causada por um excesso de informação. Os afligidos reclamam do estupor crescente das capacidades analíticas, de déficits de atenção, de inquietude generalizada ou de incapacidade de tomar responsabilidades (...) (HAN, 2018a, p. 104)

Um sujeito com esta síndrome possui sua capacidade analítica¹⁵ prejudicada pelo excesso de informação, seu pensamento define-se gradativamente, além de se tornar incapaz de se comprometer ou assumir algo como sua responsabilidade. Como resultado disso, o desempenho tão almejado é temporário e na busca por assimilar a gama de informações recebidas, produzir mais eficientemente e apresentar uma imagem apreciável, surge o esgotamento em forma de doenças físicas, neuronais e psicossomáticas¹⁶.

Além da depressão, também são exemplos de doenças oriundas da sociedade do desempenho: transtorno de déficit de atenção, síndrome de hiperatividade, transtorno de personalidade limítrofe, síndrome de *Burnout*, transtorno obsessivo-compulsivo, entre outros.

De acordo com Cabral *et al* (1997), no que concerne às doenças psicossomáticas, são causadas em grande parte em decorrência de estresse e pressão emocional. Os principais sintomas vivenciados pelos sujeitos do cansaço são: ansiedade, impaciência, dificuldade para se concentrar, desmotivação, frustração constante, entre outros.

As doenças psicossomáticas são mais comuns que se possa imaginar. Embora dificilmente o sujeito estabeleça relação entre a enfermidade e as práticas sociais do seu cotidiano e com as relações interpessoais, tais patologias abrangem: taquicardia, redução das defesas imunológicas, insônia, hipertensão, gastrite, diminuição do desejo sexual, alcoolismo, entre outros.

Essas enfermidades estão relacionadas a sentimentos como tristeza, raiva, medo, ódio, mágoa, rejeição, sensação de solidão, carência, angústia, desespero, etc. Estas emoções são criadas quase sempre pela racionalização dos sentimentos, carência de vínculos, frustração diante da contrariedade nas expectativas depositadas no outro; ou ainda quando se espera ver neste outro o reflexo de si mesmo. Assim, Han afirma que o sujeito vive um constante conflito interior:

¹⁵ De acordo com Han (2018a) a capacidade analítica consiste na observação do todo a partir de suas partes, selecionando o que é essencial e o que é secundário.

¹⁶ Segundo Cabral *et al* (1997), as doenças psicossomáticas são aquelas que embora tenham sintomas físicos, tem sua origem em desarranjos emocionais e psicológicos do indivíduo.

O sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo. O depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma (HAN, 2017a, p. 29)

Assim, a depressão é resultado do imperativo do desempenho mascarado na liberdade paradoxal da sociedade do cansaço. Esse quadro ganhou tamanha proporção que segundo relatório¹⁷ divulgado pela Organização Pan-Americana da Saúde vinculada pela Organização Mundial da Saúde, estima-se que mais de 300 milhões de pessoas sofram de depressão e os números aumentam gradativamente quando observados outros transtornos.

2.3. A pornografização na sociedade da transparência

(...) O rosto desnudado, reduzido unicamente a sua expositividade, desprovido de mistério e expressão, é obsceno e pornográfico. O capitalismo acentua a pornografização da sociedade, expondo e exibindo tudo como mercadoria (HAN 2017d, p. 61)

As relações sociais contemporâneas operam através da ultraexposição, do desvelamento intenso do corpo e suas manifestações, reduzindo-o em meras imagens. A pornografia é justamente essa pulsão em ver e tornar-se visível nos mínimos detalhes, a todo instante e para o maior número de pessoas possíveis. De acordo com Han (2017d) este fenômeno arruína o olhar, profana o sagrado, desmistifica o mistério, a sexualidade, o desejo e a alteridade. O erotismo cede lugar para a pornografia em virtude do excesso de positividade, da visibilidade exaustiva, do aniquilamento do imaginário e da ausência da consciência em si. As imagens são expostas com grande velocidade no *cybermundo*, que por sua vez, as transformam em linguagens, discursos e estilos que definem o modo de agir, pornografizando a vida.

Segundo Han (2018a), apesar das redes digitais transmitirem a ideia de seu funcionamento como ferramentas de comunicação, na verdade, são mecanismos que auxiliam no controle da liberdade e do comportamento humano. Através delas os sujeitos observam a si mesmos e aos outros, em tempo real, incluindo os hábitos mais simples do cotidiano.

¹⁷ Informação retirada da Folha Informativa sobre depressão e divulgada no endereço eletrônico: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5635:folha-informativadepressao&Itemid=1095. Acesso em 23 de fevereiro de 2020

A eficiência dessa forma de controle se dá em virtude da substituição da coerção pela autorrevelação e autoexposição na divulgação das informações. É importante destacar que essa dinâmica também é uma forma de violência que tem como base a garantia de transparência.

Quando o indivíduo expõe imagens, sejam suas ou de terceiros, sua única preocupação é ser visto pelo maior número de pessoas possíveis, não havendo nenhum compromisso com o respeito. Na verdade, nos tempos atuais, a autoexposição se tornou mais que um desejo impensado, ela é uma pulsão em ser visto. Hoje em dia não há mais segredos, sigilos ou estranhamento. Tudo deve ser exposto, revelado e desnudado. Nas palavras do filósofo:

O dispositivo da transparência obriga a uma exterioridade total com o objetivo de acelerar a circulação de informação e comunicação. No final, a abertura serve à comunicação sem limites, que é oposta ao fechamento, à reserva e à interioridade (HAN, 2018b, p. 20)

Para o filósofo, a transparência é uma forma violenta para obtenção de controle e vigilância, que apesar de ter um discurso mais sutil, opera com mais intensidade graças às plataformas online e a livre sujeição. O sujeito percebe a necessidade de expor sua imagem e suas ideias continuamente e num ritmo desenfreado. Para mostrar que é “antenado”, intelectual e atualizado com as notícias mundiais em tempo real, é necessário maximizar a exposição da opinião, ainda que não haja profundidade ou embasamento no que escreve e compartilha.

Com isso, as pessoas se expõem na ilusão de acreditarem que as redes sociais são formas de manifestação da liberdade, porém, tornam-se escravas das mesmas. Como exemplo, é possível citar o desejo que alguns indivíduos possuem de expor nas redes tudo que compram ou ganham, mostrando assim seu poder aquisitivo ou o nível de consumismo como sinal de status; ou quando comentam em notícias e imagens compartilhadas para demonstrar “sapiência”.

Se o neoliberalismo produz cidadãos consumidores, é necessária a existência de uma estratégia que assegure este fenômeno. Assim, a necessidade de autoexposição ao máximo do que se consome funciona como um mecanismo eficaz, pois além de verificar se este fenômeno ocorre, ainda faz com que o indivíduo deseje continuar consumindo novos elementos para maximizar a divulgação de sua imagem, em uma espécie de círculo vicioso.

A autoexposição engloba os múltiplos aspectos da vida cotidiana. Assim, além da imagem de sujeito consumidor, o indivíduo também se preocupa em provar que se enquadra

nos padrões pré-estabelecidos e socialmente desejados, como exemplo: as fotos de situações que confirmem a ideia de pertencer a uma família feliz, de viagens incríveis, do corpo malhado ou praticante de atividade física, do consumo de alimentos saudáveis, de participar de festas ou eventos importantes, etc. Tudo com o intuito de demonstrar popularidade, sabedoria, beleza, sensualidade e elegância.

A reivindicação por transparência pressupõe a posição de um espectador a ser escandalizado. Não é uma demanda de um cidadão engajado, mas de um espectador passivo. A participação ocorre em forma de reclamação ou queixa. Povoada por espectadores e consumidores, a sociedade da transparência funda uma democracia de espectadores (HAN, 2018b, p. 22)

É importante destacar que essa transparência é desprovida de preocupação ética durante o processo de construção da subjetividade, ela atua apenas com o intuito de revelar e causar escândalos em quem assiste.

O curtir sem lacunas produz um espaço da positividade. Por causa de sua negatividade a experiência enquanto irromper do outro interrompe o autoespelhamento imaginário. A positividade que habita o digital reduz a possibilidade de uma tal experiência. Ela promove o igual (HAN, 2018a, p. 45)

Assim, a transparência da sociedade contemporânea contribui para o fenômeno que o filósofo nomeia de *inferno do igual*¹⁸. Neste, toda a negatividade e alteridade são desprovidas de reconhecimento durante a autoexposição. O indivíduo se desnuda no *cybermundo* e o faz com o intuito de se enquadrar aos padrões estabelecidos, ocultando qualquer comportamento ou gosto que o diferencie dos demais observados nas redes.

Algumas vezes, para se igualar as imagens e pertencer ao grupo almejado, os sujeitos criam cenários fictícios e ilusões para também se expor nas redes digitais. Desta forma, pode-se dizer que a mentira e a fuga da realidade são toleráveis sob o pretexto de se igualar aos demais. Para exemplificar, pode-se citar: os corretivos em *selfies*¹⁹ para esconder algo na aparência que será alvo de críticas, a criação de montagens em retratos dando a falsa impressão que estão em lugares famosos ou realizando hábitos saudáveis, independente se pratica ou não, apenas para passar a imagem de um indivíduo sociável, sadio e apreciador

¹⁸ Termo apresentado por Byung Chul Han para descrever a aversão que a sociedade produz nas relações pessoais a tudo que é diferente. Segundo o filósofo, a busca desenfreada por se enquadrar num modelo previamente definido e reforçado pelas tecnologias é insaciável e inatingível, consequentemente, frustrante, provocando inúmeras doenças neuronais, como por exemplo, a depressão.

¹⁹ Expressão inglesa que ganhou ampla repercussão em outros países, dentre eles o Brasil, e consiste em fotografar a si mesmo, um autorretrato. Grande parte das selfies é tirada com o intuito da divulgação da própria

imagem na internet, por meio das redes sociais, como mecanismo de autopromoção da imagem.

de “bons gostos”.

No que concerne às imagens, outro aspecto que merece atenção é que a gama de apresentações visuais divulgadas não está diretamente relacionada com o aprimoramento do olhar. Na verdade, o que se vê é a simplificação deste gesto, o olhar o outro se reduziu meramente a observar sua imagem nas telas.

Passar o dedo pelo *touchscreen* é um movimento que tem uma consequência na relação ao outro. Ele elimina aquela distância que constitui o outro em sua alteridade. Pode-se passar o dedo na imagem, tocá-la diretamente, porque ela já perdeu o olhar, o rosto. Com o pinçar [a imagem], eu disponho do outro. Descartamos o outro com o passar do dedo, a fim de deixar que nossa imagem espelhada se apresente (HAN, 2018a, p. 49)

Nesse sentido, o que se percebe é que a ligação dos sujeitos com os objetos utilizados para a autoexposição encurta a distância geográfica, possibilita uma nova relação com o tempo, mas torna o outro invisibilizado. O ato de selecionar e clicar possibilita que observe no outro apenas o que convém, descartando o todo e marginalizando o que difere. Este fenômeno, segundo Cunha (2015) atua como mecanismo de reforço de exclusão da negatividade.

O processo de “positivação” torna as coisas transparentes. É um processo de alisamento ou aplanamento; autoriza que as coisas se integrem no fluxo do capital, na sua aceleração, na corrida louca do zapping. A sua singularidade é assim suprimida, e são equalizadas pelo preço. A transparência é definida como coacção sistêmica que se apodera de todos os fatos sociais e os submete a uma transformação profunda. Não é compatível com a negatividade por várias razões; não suporta a incomensurabilidade do acontecimento, a demora da contemplação, o sentido ou a profundidade hermenêutica, a alteridade (CUNHA, 2015, p. 02)

Com isso, percebe-se uma necessidade de autoexposição e observação das imagens compartilhadas pelos membros do grupo de maneira incessante e com uma velocidade cada vez mais intensa, impossibilitando um olhar atento e a contemplação demorada e sensível das apresentações visuais. Como exemplo, pode-se destacar a forma de se operar as redes sociais Facebook e Instagram. O simples “rolar a página” permite observar uma infinidade de imagens, pensamentos e ideias postadas com um único propósito: assegurar que os perfis continuem em evidência no *cybermundo* e que possivelmente esse destaque também ganhe forma na dimensão presencial.

2.4 O *Eros* na sociedade do desempenho

Hoje, o amor estaria desaparecendo por causa da infinita liberdade de escolha, da multiplicidade de opções e da coerção de otimização. Num mundo de possibilidades, o amor não tem vez (HAN, 2017d, p. 07)

Abbagnano em seu Dicionário de Filosofia (2012, p. 397) relaciona o conceito de *Eros* ao de Amor. Dentre as múltiplas definições descritas para o termo, a citação abaixo é a que melhor se relaciona com as ideias de Han no que tange ao reconhecimento da subjetividade do outro:

O sentido do A.²⁰ consiste justamente em não considerar e em não tratar o outro como se fosse idêntico a si. —O A. verdadeiro, diz Scheler²¹ (*Sympathie*, I, cap. IV, 3), — consiste em compreender suficientemente uma outra individualidade modalmente diferente da minha, em poder colocarme em seu lugar, mesmo considerando-a diferente de mim e mesmo afirmando, com calor emocional e sem reserva, a sua própria realidade e o seu próprio modo de ser (ABBAGNANO, 2002, p. 46)

Partindo de tal compreensão, *Eros* está relacionado ao reconhecimento da alteridade e da existência do outro, que devido às novas configurações do cenário contemporâneo, vem desaparecendo gradativamente.

Os sujeitos do desempenho permanecem continuamente se comparando, numa constante necessidade de estar conforme os padrões apreciados e expostos no universo midiático. Nesse aspecto, também é importante destacar a ênfase que os sujeitos dão a exposição de seus corpos, pensamentos e ações, para o maior número de espectadores possíveis. Há uma espécie de escopofilia²² narcísica, pois o prazer de se expor nas redes sociais é tão intenso quanto de quem observa.

Hoje vivemos numa sociedade que está se tornando cada vez mais narcisista. A libido é investida primordialmente na própria subjetividade. O narcisismo não é um amor próprio. O sujeito do amor próprio estabelece uma delimitação negativa frente ao outro em benefício de si mesmo. O sujeito narcísico ao contrário, não consegue estabelecer claramente seus limites. Assim, desaparece os limites entre ele e o outro. O mundo se lhe afigura como sombreamentos projetados de si mesmo (HAN, 2017d, p. 10)

²⁰ Onde está escrito “A.” se deve interpretar como “Amor”.

²¹ Max Ferdinand Scheler foi um filósofo alemão, fortemente influenciado por Nietzsche e Edmund Husserl. Desenvolveu estudos na área de fenomenologia, ética e antropologia filosófica.

²² Segundo Mallmann (2016), termo utilizado por Freud para se referir a pulsão que o sujeito possui em manter o olhar distanciado no outro, transformando-o em mero objeto, sem construir alguma relação direta.

Diante dessa realidade, cumpre ressaltar que essa ânsia voltada para a autoexposição e observação dos demais, de nada se assemelha com o desejo referente a *Eros*. Conforme as palavras de Han (2017d, p. 10), diferentemente da libido narcísica, “o *Eros* arranca o sujeito de si mesmo e direciona-o para o outro”. Ainda de acordo com Han (2018a) vivemos numa sociedade com excesso de positividade e ênfase na aparência, cuja preocupação principal é expor o máximo possível sua imagem na busca do próprio reflexo.

Assim, é possível afirmar que *Eros* seria umas das ferramentas para desconstrução desse inferno do igual, tendo em vista sua possibilidade de ressignificação da existência, tanto do outro e de sua alteridade, como de si mesmo, a partir das relações estabelecidas com este outro. Numa sociedade marcada pelo verbo modal poder, o sujeito permanece incapaz de reconhecer seus limites, exigindo de si mesmo cada vez mais; de modo a não ter tempo para contemplação do outro. Nesta dinâmica, surgem dois problemas: a autoexploração articulada com a autovigilância e o aniquilamento do outro.

Conforme o filósofo, este aniquilamento ocorre em virtude da ação dos sujeitos durante as relações interpessoais estabelecidas, limitadas quase sempre em apreender o outro, usá-lo e quando não for mais objeto de interesse, descartá-lo.

Hoje, o amor se positiva em sexualidade, a qual está também submissa à ditadura do desempenho. Sexo é desempenho. *Sexyness* é capital que precisa ser multiplicado. O corpo, com seu valor expositivo equipara-se a uma mercadoria. O outro é sexualizado como objeto de excitação. Não se pode amar o outro, a quem se privou de sua alteridade; só se poderá consumi-lo. Nesse sentido, enquanto for fragmentada num objeto parcial sexual, não será ainda uma pessoa (HAN, 2017d, p. 27)

Pode-se perceber que tal anulação do outro ocorre em vários setores da vida humana, inclusive nos aspectos mais íntimos. Além disso, a incapacidade de enxergar o sujeito como pessoa, despersonificando-o e transformando-o em mero objeto de consumo, retira qualquer experiência erótica passível de construção.

Segundo Han (2017d), a experiência erótica consiste no reconhecimento da exterioridade do outro com relação a si mesmo, num processo libertador e possibilitando a reconstrução do ser. Este fenômeno é essencial para as relações interpessoais favoráveis para todos, tendo em vista que é somente a partir disto que o indivíduo se desprende de si mesmo e consegue estabelecer uma ligação construtiva com os demais sujeitos.

A presença da experiência erótica impossibilita que o outro seja um mero espelho refletindo aquele que se contempla, oportunizando a percepção dos sentimentos e emoções,

principalmente da frustração. — um sentimento que o sujeito do desempenho demonstra incapacidade para lidar.

Contudo, no cenário contemporâneo esta experiência entra em esquecimento porque as relações são transformadas em meras ferramentas para atingir objetivos ou metas. O outro é visto de diferentes maneiras, exceto em sua singularidade: torna-se um objeto de consumo, alguém para satisfazer necessidades e interesses, e até mesmo um espelho que reflete a subjetividade de quem se contempla. Pode-se dizer que a experiência erótica liberta o sujeito de si mesmo, permitindo construir e reconstruir sua subjetividade a partir da relação com o outro.

Na sociedade do desempenho, *Eros* cede lugar ao olhar superficial e difuso, bem como para a hiperatenção. A contemplação estética é substituída pelo comportamento proativo e eficiente, exemplificado nas múltiplas ditaduras presentes no tecido social, como: da saúde, da beleza, do corpo admirável, do empresário de sucesso, da mulher moderna ou do profissional que “abraça” a empresa.

Segundo Han (2017d p. 30) esses padrões impostos e estimulados pelas redes sociais são impregnados de convenções que o sujeito autoimpõe, quase sempre acriticamente, apenas para sentir-se inserido aquele grupo. O filósofo destaca alguns padrões:

Assim, dentre as “convenções” a que se submete o sujeito da submissão, *sub-estão*: praticar muito esporte, alimentos saudáveis, dormir suficientemente. É proibido inclusive comer entre as refeições alguma coisa que não seja fruta. O sub precisa inclusive deixar de lado o consumo exagerado do álcool e não pode fumar nem consumir drogas. A própria sexualidade precisa submeter-se a um mandamento da saúde. Fica proibida qualquer forma de negatividade (HAN, 2017d, p. 30)

Desta forma, numa sociedade marcada pelo excesso de consumo, os indivíduos se interrelacionam buscando a confirmação de si mesmo e constroem uma nova concepção de amor que o positiva, dociliza e reforça o igual. No que tange a tal perspectiva, Han afirma que hoje em dia, os sujeitos estão mais apegados ao *mero viver* do que ao *bem viver*.

De acordo com o filósofo, o *bem viver* se refere à relação com que os sujeitos possuem com o tempo, possibilitando a apreciação estética, a observação crítica e a valorização da alteridade. Ao contrário dessa dinâmica, o mero viver consiste numa espécie de “morte em vida”, o sujeito centraliza sua atenção no trabalho, na elevação do desempenho e no aprimoramento da eficiência.

Nada é mais importante do que se mostrar competente e para isso vale autopunição, autoexploração e perda de identidade. O mero viver transforma o sujeito em escravo e senhor simultaneamente, que se desdobra em apenas sobreviver. Nesse sentido, Han afirma que:

Numa sociedade na qual cada um é o empresário de si mesmo vigora uma economia do sobreviver. É diametralmente oposta à aneconomia (*Aneconomie*) do Eros e da morte. O neoliberalismo, com seus impulsos do eu e de desempenho desenfreados, é uma ordem social da qual o Eros desapareceu totalmente (...) (HAN, 2017d, p. 52)

Cumprе ressaltar que *Eros* segue uma lógica contrária ao mero viver, pois neste não há nenhuma experiência erótica devido à inexistência da liberdade e ao processo de coisificação dos sujeitos que se tornam objetos de consumo. Consequentemente, a sociedade do desempenho é constituída por sujeitos narcísicos-depressivos. Ainda segundo o filósofo, essa categoria de sujeito também é oriunda da interrelação entre cultura de consumo e a ameaça do fim da cupidez.

O consumismo dita as regras de como os sujeitos devem se enxergar e tratar uns aos outros. A Internet e os demais elementos da cultura midiática romantizamno com discursos que o associam a vivência de novas experiências. Desta forma, os sujeitos do desempenho, sempre insatisfeitos, são estimulados a consumir e descartar quando o objeto consumido não fornece a mesma intensidade de prazer, devendo *a posteriori*, buscar novas experiências tão ou mais prazerosas quanto as anteriores.

É possível compreender a articulação entre imaginação e consumismo através do trecho abaixo:

(...) O si-mesmo moderno perceberia seus desejos (*Wünsche*) e sentimentos em grande medida de maneira imaginativa através de mercadorias e imagens midiáticas. Sua força da imaginação estaria determinada, sobretudo pelo mercado de bens de consumo e pela cultura midiática (HAN, 2017d, p. 65)

Assim, a imaginação que outrora atuava como potencial criador, hoje em dia é norteadada pelo consumo e colabora para realização dos impulsos consumistas. O sujeito observa as imagens e discursos envolventes, imagina as possibilidades de sensações e experiências que ele pode experimentar (seja consumindo os objetos ou as pessoas coisificadas) e anseia por obtê-las.

É importante destacar que nem sempre as expectativas criadas pelo sujeito durante a observação de imagens correspondem às sensações diante da experiência com a realidade, proporcionando frustrações. Todavia, para Han (2017d, p. 64) não é o objeto em si que produz essa consequência, mas sim essa nova relação entre sujeito — desejo — objeto que provoca as decepções. No que concerne à cupidez:

(...) já não seria determinada pelo inconsciente, mas por uma escolha consciente.

—De maneira constante, nas decisões de escolha e nos critérios dignos de serem desejados racionalmente, o sujeito da cupidez teria sua atenção despertada para um outro e seria responsabilizado por isso (HAN, 2017d, p. 64)

Assim, a cupidez consiste numa espécie de desejo que move o sujeito e envolve o reconhecimento da alteridade do outro, porém, como se vê na citação acima, na sociedade contemporânea ela opera através de outra dinâmica que põe em risco sua continuidade. A intensa expectativa investida pelos sujeitos, originada das informações previamente adquiridas pelos veículos midiáticos, também afeta a cupidez erótica, fomentando desilusões e frustrações.

Além disso, este cenário, segundo Han (2018a), também colabora para que o sujeito seja explorado por completo e para além de sua jornada de trabalho. Com a atenção focada no desempenho, atitudes que possibilitam o descanso e a contemplação estética perdem sua importância, sendo deixadas em segundo plano. Como exemplo dessas atividades descartadas pode-se mencionar: ouvir música, ler poesias, dançar, apreciar obras artísticas, entre outras.

Essas ações estimulam o olhar contemplativo e o tédio profundo. Elementos que segundo o filósofo, contribuem para o resgate da experiência do ser e do espanto²³, fundamentais na construção da subjetividade. Para o filósofo, a ausência destes é um caminhar da sociedade para a barbárie:

Por falta de repouso, nossa civilização caminha para uma nova barbárie. Em nenhuma outra época os ativos, isto é, os inquietos, valeram tanto. Assim, pertence às correções necessárias a serem tomadas quanto ao caráter da humanidade fortalecer em grande medida o elemento contemplativo (NIETZSCHE *apud* HAN, 2017a, p. 37)

O olhar contemplativo consiste na recuperação de uma determinada maneira de se relacionar com as coisas, controlando os instintos e evitando reações impulsivas possibilitando então uma análise aprofundada e meticulosa. A observação demorada e lenta é crítica, sugerindo certa resistência a todo condicionamento proposto *a priori*.

Uma das alternativas para minimizar essa interligação que tanto prejudica os sujeitos do desempenho e do cansaço seria repensar a forma de se relacionar com o outro e resgatar

²³ Para os gregos é chamado de *thauma* e segundo Neto (2017) refere-se à maneira pela qual se relaciona com o que é desconhecido. O espanto possibilita a capacidade de pensar, refletir criticamente sem pré-conceitos mobilizando os sujeitos para a busca do conhecimento. A ausência deste elemento está ligada à incapacidade de pensar por si só, fazendo com que os indivíduos aceitem alienadamente qualquer informação recebida.

a presença do *Eros* nas dinâmicas do cotidiano.

Segundo Han (2017d, p. 73) esse resgate ocorre através da construção de uma nova relação com o tempo, que torne possível desconectar-se, desacelerar-se, permanecer em repouso contemplativo e ser capaz de analisar para além do que está na própria imagem.

O filósofo define este processo como “tédio profundo”, associando-o à maneira que os sujeitos gerenciam seu tempo. Há atualmente uma espécie de intolerância ao tédio, quase sempre concebido de maneira pejorativa – um tempo perdido que deveria ser ocupado por algo produtivo. O tédio profundo favorece a construção de uma nova forma de olhar, transpassando os muros do igual, reconhecendo e valorizando a diferença. Ele possibilita apurar as percepções sensoriais ignoradas pelo ritmo de vida acelerado, desperta a criatividade e oportuniza novas maneiras de interagir consigo e com o mundo à volta.

Outro aspecto importante para o estabelecimento de novas maneiras de se relacionar é a *ira*²⁴. Han (2017a) diferencia “ira” de “irritação” afirmando que a última é totalmente improdutiva para a humanidade. Para o filósofo (2017a, p. 54) “ira é uma capacidade que está em condições de interromper um estado, e *fazer com que se inicie um novo estado*”. Este sentimento seria uma espécie de mola propulsora para que as pessoas saiam da estagnação, rompendo com sua dinâmica cotidiana. Na sociedade do desempenho, a ira é substituída por raiva, ódio, além da irritação mencionada anteriormente. Todas são emoções que em nada contribuem para reconstrução de uma nova configuração da realidade. Na verdade, são apenas afetos que “produzem” discursos momentâneos, superficiais, algumas vezes até eloquentes, mas vazios, desprendidos da energia mobilizadora que apenas a ira possui.

Na ira a mudança é possível pelo reconhecimento da negatividade que a sociedade contemporânea insiste em anular. Ela provoca, incita e estimula, e assim como o sentimento de angústia e luto²⁵, reintegram a negatividade aniquilada. Esse processo de reconhecimento da ira e do luto são essenciais, pois permite a criação de uma relação diferenciada com o tempo, mais desacelerada, indo ao contrário do movimento do cenário neoliberalista.

Han (2017a) associa este processo de desaceleração à potência negativa e diz que:

²⁴ Os gregos possuem três concepções de ira: *Orge*, *Thumos* e *Mênis*. Segundo o site: <http://www.projetoomega.com/iras.htm>, a primeira definição está relacionada com o desejo de vingança, envolve emoções tempestuosas; a segunda se limita ao momento do evento e é passageira, não produz nada significativo. Já de acordo com <https://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/73747/77413>, a última concepção refere-se ao brio, um sentimento que possibilita uma ação transformadora relevante. Desta forma, para melhor compreensão das ideias de Han, é importante afirmar que o termo utilizado em suas pesquisas tem relação com a terceira definição grega.

²⁵ O sentimento de angústia e o luto são reações diante da perda de algo ou alguém estimado pelo sujeito. Para Han, estas respostas funcionam como potências negativas que perdem força na sociedade do desempenho em virtude do excesso de positividade. Ambos elementos possibilitam que o indivíduo construa uma relação diferenciada com o tempo, seja autêntico e tenha uma atitude mais ativa diante estímulos externos.

A negatividade do não-para é também um traço essencial da contemplação. (...) é um exercício para alcançar em si um ponto de soberania, de ser centro. Se possuíssemos apenas a potência positiva, estaríamos, ao contrário, expostos de forma totalmente passiva ao objeto. A hiperatividade é paradoxalmente uma forma extremamente passiva de fazer, que não admite mais nenhuma ação livre. Radica-se numa absolutização unilateral da potência positiva (HAN, 2017a, p. 58)

Com isso, verifica-se a importância da potência negativa, que é totalmente diferente da impotência, nos processos de construção de subjetividade. Enquanto a impotência consiste na incapacidade de realizar algo; a potência negativa é o não se obrigar a fazer algo a todo o momento ou não responder prontamente a todos os estímulos recebidos.

2.4 Panóptico digital

Arrastamo-nos atrás da mídia digital, que, aquém da decisão consciente, transforma decisivamente nosso comportamento, nossa percepção, nossa sensação, nosso pensamento, nossa vida em conjunto. Embriagamo-nos hoje em dia da mídia digital, sem que possamos avaliar inteiramente as consequências dessa embriaguez (HAN, 2018a, p. 10)

O projeto arquitetônico elaborado por Jeremy Bentham, o Panóptico, do qual Foucault se apropria para explicar a disposição física das instituições e seus mecanismos de vigilância e punição, adquire nova configuração nos estudos de Byung-Chul Han.

Segundo o autor, deve-se conceber na atualidade um Panóptico Digital que não possui uma torre central para monitorar todos, mas opera através de um controle globalizado, produzindo a sensação de que há liberdade a partir de um estímulo de uma autoexposição contínua. Inspirado na concepção de Sociedade de Controle de Deleuze, Han (2018b) ressalta que no Panóptico Digital cada indivíduo quer se mostrar e ser observado simultaneamente.

Ao comparar o Panóptico original com sua versão contemporânea, Han (2018b) demonstra como os veículos digitais (redes sociais e sites de buscas, por exemplo) são ferramentas desse Panóptico Digital, que operam através dessa imposição exacerbada pela transparência, para que os sujeitos sintam a necessidade de se expor ao máximo:

Com fins disciplinares, os internos do panóptico benthaminiano eram isolados uns dos outros, de modo que não conversassem. Os internos do panóptico digital, por

sua vez, comunicam-se intensivamente e expõem-se por vontade própria. (...) Ela só é possível graças à autorrevelação e à autoexposição voluntárias. O Grande Irmão digital repassa, por assim dizer, seu trabalho aos internos. Assim, a entrega dos dados não acontece por coação, mas a partir de uma necessidade interna. Aí reside a eficiência do panóptico digital (HAN, 2018b, p. 19)

Contribuindo para eficiência do uso das tecnologias digitais na normatização dos comportamentos e produção de subjetividade, observam-se cada vez mais comandos do *cybermundo* adentrarem no mundo presencial: o “curtir” e “clicar” fazem parte dos hábitos e representam mais do que escolhas, significam formas de consumir, interagir e comunicar.

Segundo Han (2018b) enquanto se imagina que é um processo de livre escolha de ofertas disponíveis, na verdade, é uma estratégia inserida num contexto de dominação, mascarada por uma aparência liberal e afável:

O poder inteligente se plasma à psique, em vez de discipliná-la e submetê-la a coações e proibições. (...) Ao contrário, ele nos convida a compartilhar incessantemente participando, dando opiniões, comunicando necessidades, desejos e preferências contando sobre nossa própria vida. Esse poder afável é, por assim dizer, mais poderoso do que o repressor. Ele escapa a toda visibilidade (HAN, 2018b, p.27)

Assim, no panóptico digital, o sujeito sente a necessidade de se revelar, se desnudar, fornecendo informações que são utilizados pelos *big data*²⁶, instrumentos que facilitam o alcance dos mecanismos de comunicação social. Eles produzem prognósticos comportamentais, facilitando a previsibilidade humana e o controle comportamental, coisificando os indivíduos.

Pode-se dizer que hoje em dia não são os sujeitos que dominam os aparatos tecnológicos, mas estes que conduzem seus comportamentos e desejos. Há quase que uma relação passional e de devoção entre o sujeito e o aparelho tecnológico, este muita das vezes controlando seu tempo, determinando suas ações e concentrando sua atenção.

Segundo Han (2018b) os *big data* possibilitam um controle amplo dos sujeitos tendo em vista a existência de uma vigilância aperspectivista, ou seja, sem delimitações visuais e apresentando as imagens de todos os ângulos, externa e subjetivamente.

²⁶ Segundo Taurion (2000) os Big data consistem num imenso volume de dados, coletados de diversas fontes como, por exemplo: sensores, redes de relacionamento, sites, variados, pesquisas respondidas, entre outros; que utilizados como variáveis, servem para analisar comportamentos gostos e reações dos indivíduos, praticamente em tempo real. Estes dados são constantemente utilizados por empresas de consumo com o objetivo de conhecer o poder de compra e controlar decisões dos consumidores, maximizando assim seus ganhos.

Os *big data* devem libertar o conhecimento da arbitrariedade subjetiva. A intuição não representa nenhuma forma de conhecimento superior: ela é algo meramente subjetivo, um recurso que compensa a falta de dados objetivos. De acordo com esse argumento, em uma situação complexa, a intuição é cega. Até mesmo a teoria cai sob suspeita de ser ideológica. Quando dados suficientes estiverem disponíveis, a teoria se torna dispensável (HAN, 2018b, p. 81)

Desta forma, através dos *big data*, tudo pode ser medido, analisado e previsto. A subjetividade pode ser facilmente avaliada e condicionada, anulando o mínimo de desejo e imaginação. Esse controle se estende por todo indivíduo, até mesmo no nível fisiológico. No cenário atual, com o discurso voltado para o aperfeiçoamento do desempenho mental e físico do sujeito, cada ação e resposta do corpo é meticulosamente aferida, registrada e apropriada por laboratórios, academias, centros estéticos, clubes esportivos, entre outros.

É importante destacar que os *big data* analisam dados de maneira tão meticulosa, que possibilitam mapear padrões de comportamento e gostos coletivos, e até mesmo expor desejos que escapam à própria consciência do indivíduo. Além disso, a obtenção dessas informações serve a um objetivo maior no cenário neoliberal. Todos os dados coletados são armazenados e podem ser comercializados ou monetarizados para empresas que querem explorar seus nichos²⁷, como se vê na citação abaixo:

Hoje, as pessoas são tratadas e comercializadas como pacotes de dados que podem ser explorados economicamente. Assim, elas próprias se tornam mercadoria. Big Brother e big deal se aliam. O Estado de monitoramento e o mercado se tornam um (HAN, 2018b, p. 90)

Segundo Han (2018a) esse uso exacerbado dos aparatos tecnológicos, principalmente para exposição do indivíduo, faz com que elementos da esfera privada²⁸ e pública²⁹ se mesquem reduzindo a distância espacial e mental entre os sujeitos. Nesse fenômeno de sobreposição, o privado vem se perdendo gradativamente por reduzir as pessoas a uma gama de imagens e dados. A preocupação em se expor, a veracidade das informações, a indiferença da falta de identidade dos remetentes ou divulgadores se tornam

²⁷ Nicho é um conceito amplamente utilizado no setor empresarial e segundo Simões e Souza (2010) pode ser definido como um pequeno grupo de consumidores, com necessidades específicas e pouco exploradas no meio. Com auxílio de *marketing digital* esses segmentos são minuciosamente analisados proporcionando grande rentabilidade aos investidores.

²⁸ Antunes (2004, p. 02) define a esfera privada refere-se a tudo que é próprio e particular do sujeito, como: família, lar, vida íntima, entre outros. Neste espaço a singularidade do sujeito é mais presente que na esfera pública, além de estar privado da ação política.

²⁹ De acordo com Abbagnano (2012, p. 954), a esfera pública diz respeito ao que se pode fazer uso de maneira compartilhada no espaço social, proporcionando consequências coletivas, por exemplo: participação política, pleno exercício da liberdade, igualdade de condições e oferta de acessibilidade, entre outros. Nos espaços

públicos o sujeito um simples num universo macro, podendo se destacar pelas suas ações.

irrelevantes diante da propagação e compartilhamento das imagens.

Um exemplo em destaque está na grande repercussão do compartilhamento de *Fake News*³⁰ nos veículos digitais do cenário atual. De acordo com Han (2018) esse comportamento também é resultado da decadência da esfera pública. Nas palavras do filósofo:

O respeito é o alicerce da esfera pública. Onde ele desaparece, ela desmorona. A decadência da esfera pública e a crescente ausência de respeito se condicionam reciprocamente. A esfera pública pressupõe, entre outras coisas, um não olhar para a vida privada (HAN, 2018a, p. 12).

Conforme Han (2018a), os aspectos que contribuem para o uso excessivo das mídias digitais são: a dinâmica subjetiva que opera o fenômeno, o elemento psicológico presente que reforça a libido narcísica, a rede de afetos proporcionados e a velocidade do dispositivo. No que se refere à rede de afetos, observa-se, principalmente nos sites de relacionamento social, o quão intensa pode ser a repercussão de algo exposto. Na verdade, o objetivo é repercutir o máximo possível, independentemente de causar escândalo ou não.

Assim, de acordo com o filósofo, a sociedade do desempenho também é a do escândalo e da falta de compostura. Hoje em dia, é retrô ser discreto e não postar nas redessociais continuamente. Quanto a este fato, destaca-se quem consegue provocar mais afetos, sejam positivos ou “ondas de indignação” – *shitstorm*, como destaca Byung-Chul Han (2018a). Este termo pode ser mais facilmente compreendido através da seguinte definição:

(...) é o termo usado para descrever campanhas difamatórias de grandes proporções na internet contra pessoas ou empresas, feita devido à indignação generalizada com alguma atitude, declaração ou outra forma de ação tomada por parte delas. Originalmente, o termo em inglês é apenas um difemismo vulgar para uma situação extremamente desagradável ou caótica. [N.T] (HAN, 2018a, p. 14)

A multiplicidade e rapidez da comunicação digital facilitam o *shitstorm* que também possui como características: o anonimato, a falta de respeito, a indiscrição e a capacidade de gerar afetos instantâneos. Não há um nível hierárquico específico que determine essas ondas de indignação, podendo atuar em diferentes direções, com uma rede de remetentes e destinatários.

³⁰ Fake News são notícias desprovidas de qualquer veracidade e que são espalhadas pelos meios de comunicação com o intuito de escandalizar, ofender ou prejudicar; seja por negligência ou má-fé. De acordo com Filho (2018), as fake News são disseminadas há décadas, todavia, a propagação da internet ampliou sua repercussão, por possibilitar a reprodução e disseminação numa velocidade indescritível, em curto espaço de tempo como nenhuma outra tecnologia outrora foi capaz de realizar.

De maneira geral, o *shitstorm* está relacionado a aspectos políticos e econômicos. O fenômeno atua com maior intensidade nos espaços virtuais, destacando personagens com ausência de carisma e que geralmente ocupam cargos de autoridade. Estas ondas de indignação operam com uma intensidade e dinâmica que as torna incapazes de serem controladas.

Com relação ao universo midiático, o verbo modal “causar” dita uma forte tendência subjetiva na contemporaneidade. Ainda que nada contribua para a construção de uma postura ética e de participação política, o sujeito sente a necessidade de explicitar seus gostos, pensamentos, opiniões, emoções e atitudes, com maior destaque possível. Em alguns casos inclusive, as pessoas adotam um comportamento amoral e antiético, chegando ao extremo de escandalizar, partindo da ideia do senso comum “falem mal, mas falem de mim”. Como exemplo, podem-se citar pessoas que se expõem em situações constrangedoras visando fama ou compartilham *Fake News* para ganhar seguidores em sites de relacionamento.

Segundo Han (2018a, p. 28) o *homo sapiens* se transformou em *homo eletronicus* e *homo digitalis*, que possuem hábitos norteados pelo universo digital. O *homo eletronicus* é “o habitante eletrônico do globo e ligado ao mesmo tempo com todos os outros seres humanos; ele é um ninguém, sem especificação e inserido na massa. Já o *homo digitalis* “preserva a sua identidade privada, mesmo quando se comporta como parte do enxame”; e quer que essa identidade seja reconhecida pelo maior número de pessoas possível. Nessa categoria, a esfera privada é anulada gradativamente pelos mecanismos de ligação com os demais membros da rede. A citação abaixo diferencia as duas categorias de sujeito:

O ninguém no meio das massas, em contrapartida, não reivindica nenhuma atenção para si mesmo. A sua identidade privada é dissolvida. Ele é absorvido pela massa. É nisso que também consiste a sua fortuna. Ele não pode ser anônimo, pois ele é um ninguém. O *homo digitalis*, em contrapartida, apresenta-se frequentemente, de fato, anonimamente, mas não é um ninguém, mas sim alguém, a saber, um alguém anônimo (HAN, 2018a, p. 29).

O *homo eletronicus* e *homo digitalis* se diferenciam com relação à presença e participação no universo digital. Enquanto o primeiro é integrante da massa, podendo exercer determinada influência e poder; o segundo está inserido numa espécie de enxame composto apenas por sujeitos singularizados. A massa tem características coletivas e pode representar uma unidade. No enxame, não há possibilidade de formar uma estrutura coletiva; trata-se simplesmente um aglomerado barulhento de indivíduos identificado por perfis e que apesar

disso, permanecem isolados na frente de uma tela.

É importante ressaltar que, embora a rede digital mantenha todos interconectados, há uma falsa ideia de grupo, pois não há ação coletiva, interioridade de reunião ou espaços geográficos que possibilitem uma apreciação estética das informações ou eventos. Este fenômeno configura um aglomerado anônimo, que se apresenta sob a forma de perfis e busca incessantemente otimizar sua imagem através deste.

Hoje não somos mais destinatários e consumidores passivos de informação, mas sim remetentes e produtores ativos. Não nos contentamos mais em consumir informações passivamente, mas sim queremos produzi-las e comunicá-las ativamente nós mesmos. Somos simultaneamente consumidores e produtores (HAN, 2018a, p. 36).

Essa proatividade na produção e divulgação de informações descrita na citação acima além de aumentar consideravelmente o quantitativo de mensagens compartilhadas, também descarta qualquer elemento mediador, reduzindo também a qualidade da linguagem, confiabilidade e veracidade.

Esta dinâmica faz parte da técnica de poder que caracteriza o Panóptico Digital. Ao invés de proibições e repressões, há um estímulo à maximização do perfil, através de exposição voluntária e da falsa ideia de liberdade, inclusive na autoexploração como se vê no trecho abaixo:

O panóptico digital faz uso de uma revelação voluntária por parte de seus internos. A autoexploração e a autoexposição seguem a mesma lógica. A liberdade é sempre explorada. Ao panóptico digital falta aquele Grande Irmão que arranca informações contra a nossa vontade. Em vez disso, nós nos revelamos, expomo-nos por iniciativa própria (HAN, 2018b, p. 57).

É importante destacar que nesse fenômeno o controle também se faz presente através dos big data mencionados anteriormente. Além do isolamento, o processo de coisificação dos indivíduos que ocorre por meio da mensuração e controle, inclusive pelo universo digital, corrobora para a manutenção do refreamento individual, em oposição à liberdade social.

A abertura do futuro é constitutiva para a liberdade de ação. Contudo, os big data tornam possíveis prognósticos sobre o comportamento humano. Dessa maneira, o futuro se torna previsível e controlável. A psicopolítica digital transforma a negatividade da decisão livre na positividade de um estado de coisas. A própria pessoa se positiva em coisa, que é quantificável, mensurável e controlável.

Nenhuma coisa, porém é livre: todavia, é mais transparente do que uma pessoa. Os big data anunciam o fim da pessoa e do livre-arbítrio (HAN, 2018b, p. 23).

Na era do autocontrole, esse monitoramento é, pelo menos em parte, compartilhado com o próprio sujeito, em tempo real, através da divulgação e armazenamento nos meios digitais. Como Han (2018b, p. 85) afirma “o sujeito digitalizado e conectado é um *panóptico de si mesmo*”. Assim, o sujeito compartilha seus hábitos, sentimentos, desejos, ações e aspirações, quase sempre de maneira mais intensa que na vida real. Tal qual como a internet expande, a necessidade de divulgar a vida, seja ela verídica ou fictícia, e promover a identidade virtual também aumenta.

Com isso, se verifica que os fenômenos digitais interferem cada vez mais nas dinâmicas das relações estabelecidas na vida cotidiana. Pessoas bem vistas nos veículos digitais são mais aceitas e admiradas do que aqueles que não possuem participação efetiva no mundo virtual. Aliás, hoje em dia, é considerado como algo espantoso, estranho ou anormal o sujeito que não ter uma série de perfis ou identidades virtuais nas diferentes redes sociais.

CAPÍTULO III

3. DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE DISCIPLINAR DE MICHEL FOUCAULT E A SOCIEDADE DO DESEMPENHO DE BYUNG-CHUL HAN

Michel Foucault e Byung-Chul Han são dois filósofos extremamente críticos, cada um no seu tempo, cujo os estudos possibilitaram analisar a sociedade sob uma ótica multifacetada e para além das questões econômicas. Ambos possuem como objeto de pesquisa a sociedade, os sujeitos, suas interações e seus processos de formação de subjetividade, que parecem se desdobrar indefinidamente.

Apesar da interrupção de suas pesquisas relacionadas à ética durante os estudos sobre o *Cuidado de Si*, devido ao seu falecimento, toda a produção de Foucault serve até hoje como base para investigações de outros filósofos e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. O próprio Byung-Chul Han se apropriou de alguns elementos da concepção do estudioso francês para desenvolver sua teoria, ainda que mantenha uma abordagem mais crítica. Todavia, independente dos estudiosos que discordam da concepção foucaultiana, é inegável sua importância como ferramenta de análise das dinâmicas que contribuíram para o nascimento da sociedade moderna até o momento atual. Principalmente porque sua filosofia não fornece uma solução pronta para as questões sociais, mas problematiza e fornece pistas como direcionamento.

Os dois estudiosos dedicaram suas pesquisas tentando compreender como o fenômeno das relações de poder perpassa por toda a sociedade. Além disso, para eles, o sujeito também é historicamente construído a partir de múltiplos mecanismos, está imerso numa rede de técnicas e discursos que visam o controle, aperfeiçoamento e maximização de resultados.

De maneira geral, a concepção filosófica de Byung-Chul Han e Michel Foucault, por mais que apresentem pontos divergentes, não chegam a se chocar. Na verdade, elas se articulam, convergem, possibilitando um olhar mais apurado e crítico dos fenômenos sociais, muita das vezes deixados em segundo plano por outros filósofos. Possivelmente essa articulação filosófica torna-se viável porque ambos tiveram em sua formação alguns filósofos em comum, tais como Nietzsche, Freud, Deleuze e Heidegger.

Apesar de cada um elaborar sua teoria a partir de conceitos próprios, como por

exemplo, a sociedade disciplinar de Foucault e a do desempenho/esgotamento de Han; os dois fazem duras críticas a respeito da ausência de reflexão dos indivíduos. Ambos afirmam que não há neutralidade nos posicionamentos e que os aparatos sociais são construídos a partir de interesses políticos e socioeconômicos, ainda que esse fenômeno seja praticamente imperceptível.

Seja para Han ou para Foucault, o poder só existe a partir das múltiplas relações estabelecidas entre os sujeitos. Não há nenhuma dinâmica em que o poder esteja ausente. Ele atua como uma relação de força juntamente com outros elementos: são eles: os processos de resistência, os mecanismos de controle, os saberes, e as técnicas de vigilância e punição.

No entanto, apesar de mostrar o caráter produtivo do poder, Foucault enfatiza a autoridade e a obediência do sujeito, ainda que num processo internalizado e pseudonaturalizado. Já Han, embora siga a mesma linha de raciocínio, acrescenta que nas atuais relações assimétricas de poder ocorre a anulação da alteridade, a negação do outro e o excesso de positividade norteados tais dinâmicas.

3.1 Tensões entre a sociedade disciplinar e do desempenho

Foucault e Han partem do pressuposto de que há uma estrutura pela qual todas as sociedades operam. Para o primeiro filósofo, essa estrutura é historicamente móvel de maneira que, as relações se desenvolvem sempre articuladas com saberes. O filósofo sulcoreano não discorda e aplica essa ideia no cenário atual enfatizando a hipervalorização da autoimagem e o uso desenfreado das tecnologias digitais.

Cada teórico possui um recorte temporal marcado por períodos de transição distintos: Foucault analisou o momento compreendido entre Idade Média e Moderna; Han dá mais destaque para o período Moderno e a Contemporaneidade. Cumpre ressaltar que, tais períodos de transição possibilitam a análise da estrutura social por evidenciar momentos de crise nos mecanismos que servem como ferramenta de controle dos sujeitos. Como Deleuze³¹ (1992, p. 219) adequadamente formula: “trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam”.

³¹ Gilles Deleuze (1925-1995) foi um filósofo francês de grande destaque na filosofia contemporânea. Ele publicou vários livros e artigos sobre Hume, Kant, Nietzsche, Espinosa, Foucault, entre outros. Contudo, destaca-se o artigo intitulado *Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle* em que o estudioso analisa comparativamente a sociedade disciplinar de Foucault com elementos da sociedade de controle. www.razaoinadequada.com/filosofos/deleuze/ Acesso em 27/02/2021.

Assim, a crise demonstra que as relações de saber/poder no período em questão não dão mais conta de administrar os interesses sociais, políticos, entre outros; e partindo do pressuposto de que a história não é evolutiva mas contínua e fragmentada, são necessárias reformas.

A família é um “interior”, em crise como qualquer outro interior, escola, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo (...) Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições (DELEUZE, 1992, p. 219)

A sociedade disciplinar e do desempenho são permeadas da relação saber/poder que produz no sujeito a noção de individualidade ainda que agindo num coletivo. Para isso, Foucault e Han afirmam que são investidas inúmeras tecnologias que colaboram para a normatização de determinados comportamentos.

O poder disciplinar está ligado ao poder sobre os indivíduos nas sociedades fechadas, próprias da sociedade moderna, como na clausura, nas escolas, nos hospícios, nas fábricas, etc., que possuem suas regras e mecanismos próprios para melhorar o rendimento do corpo social, utilizando a tecnologia própria de controle e obediência (BALOI, 2020, p. 166)

Se na sociedade disciplinar isto ocorre por meio de instituições disciplinares, técnicas de exame, sanção normatizadora e de processos classificatórios; a sociedade do desempenho faz uso do *cybermundo*, dos múltiplos recursos digitais e da construção de uma relação mais acelerada com o tempo. Assim, pode-se afirmar que independente do momento histórico e dos caminhos utilizados para a produção social, os dois tipos de sociedade possuem tecnologias de confinamento e de controle.

Os diferentes internatos ou meios de confinamento pelos quais passa o indivíduo são variáveis independentes: supõe-se que a cada vez ele recomeça do zero, e a linguagem comum a todos esses meios existe, mas é analógica. Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja a linguagem é numérica (o que não quer dizer necessariamente binária). Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, com uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro (...) (DELEUZE, 1992, p.02)

Através da citação percebe-se que a concepção de sociedade disciplinar e de sociedade do desempenho na verdade não são tão divergentes. Elas são perspectivas passíveis de diálogo. Ambas tem como elemento em comum: o controle, os discursos legitimados sob a forma de saberes para manutenção desta dinâmica, uma linguagem com função social de disseminar esses saberes, sob a forma de regimes de verdade e os mecanismos que colocam em prática esses elementos, com o intuito de atuar diretamente na produção de subjetividade.

Há uma série de microdinâmicas que corroboram com o processo de internalização dos sujeitos. Elas atuam de forma sutil e quanto mais expostas ou transparentes mais transmitem a falsa impressão de serem “naturalizadas”.

Fernandes (2014, p. 03), inspirado em Han ao afirmar que “a sociedade da transparência conseguiu de forma bem menos analógica e mais virtual alcançar níveis de controle constante em todos os espaços, até mesmo o comportamento ao ar livre”, não descarta que nos outros tipos de sociedade ou momentos históricos também não havia controle.

Deste modo, o que se quer afirmar é que Han não exclui a existência da sociedade disciplinar e seus mecanismos de regulação; mas demonstra que estes conceitos são insuficientes para compreender toda a complexidade dos fenômenos sociais no período contemporâneo: suas novas formas de exploração, patologias neuronais, excesso de positividade, consumismo exacerbado, nova relação com o tempo, anulação da distância e negação da alteridade.

Na verdade, para Han as novas formas de exploração, sobretudo, a valorização da autoexploração é o que determina a transição entre as duas sociedades:

(...) a sociedade da vigilância e da punição dá lugar, hoje, a uma sociedade mais competente na sua finalidade de produzir para o consumo, minimizando os obstáculos e oferecendo, sempre, perspectivas de desenvolvimento da economia e de lucro para os investidores. Mas como fazer o homem produzir mais sem reivindicar para ele, ao menos, aquela satisfação no entretenimento e no consumo que o tornava meramente alienado, inconsciente de sua condição de trabalhador explorado? (...) Han é taxativo em sua resposta: pensando em alternativas para fazer o próprio homem sentir-se útil e eficiente na sua exploração de si mesmo. A isto ele chama a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de desempenho. O valor do nosso trabalho reside na nossa capacidade de executar múltiplas funções, a qualquer tempo e com a menor quantidade de recursos possível (COSTA, 2017, p. 310)

Em paralelo às novas relações de poder, existem discursos que estimulam a maximização da produtividade, com redução de custos e no menor tempo possível. Atualmente é considerado o melhor profissional aquele que “abraça” a empresa transformando-a em

extensão da sua vida pessoal, que é capaz de trabalhar em dobro, triplo... sem aparentar esgotamento. A identidade do sujeito é o que ele “pode fazer”, ao invés do que ele “é” na sua especificidade.

Além disso, de acordo com Han (2017a) embora haja ênfase no individualismo, o excesso de positividade e o anulamento da alteridade homogeneizam o singular. Com isso, não há *vigiar mais* e sim *vigiar com mais eficiência*. Os sujeitos se vigiam para bater metas, estar em evidência, mostrar status... num círculo vicioso e com aumento de intensidade gradual. O autocontrole tornou-se uma versão aprimorada dos mecanismos de vigilância. Em síntese, o dispositivo da vigilância tão bem apresentado por Foucault, ainda se faz presente com as devidas adequações na *sociedade do desempenho* de Han.

(...) a docilização do corpo é muito mais econômica do que o terror. Esse leva à aniquilação do corpo; aquela que mobiliza o corpo e retira-lhe a força para o trabalho. Assim, se o terror destrói, a disciplina produz. Temos, aqui, um bom exemplo do **caráter positivo** da análise foucaultiana: ela não é feita para lastimar ou acusar um objeto analisado – no caso, a disciplina -, mas sim para compreendê-lo em sua **positividade**, isto é, **compreendê-lo naquilo que é capaz de produzir, em termos de efeitos** (VEIGA-NETO, 2011, p. 65) (grifos nossos)

Outro aspecto importante é o conceito de *positividade*. Como se vê na citação acima, Foucault em seus estudos sobre os mecanismos de docilização do corpo, mostrou o caráter positivo do poder na tecnologia disciplinar e no biopoder, através dos dispositivos disciplinares. A sociedade na perspectiva foucaultina é permeada de práticas positivas por meio dos mecanismos de normatização comportamental e produção de subjetividade, porém a negatividade também se faz presente nas múltiplas estratégias repressoras, de vigilância e punição.

Han concentra seus estudos na positividade, afirmando seu excesso nas instâncias sociais e anulando a presença da negatividade. Em várias de suas obras o filósofo procura mostrar que a atual sociedade não tem espaço para este fenômeno:

O veredicto da sociedade positiva é este: “Me agrada”. É significativo que o facebook se negue coerentemente a introduzir um *emotion* de *dislike button*. A sociedade positiva evita todo e qualquer tipo de negatividade, pois esta paralisa a comunicação. Seu valor é medido apenas pela quantidade e velocidade da troca de informações, sendo que a massa de comunicação também eleva seu valor econômico e veredictos negativos a prejudicam. Com *like* surge uma comunicação conectiva muito mais rápida do que com o *dislike* (HAN, 2017b, p. 24)

A dinâmica social descrita por Han (2017b) opera na atualidade porém, em grande parte da sociedade seria arriscado afirmar categoricamente que não há negatividade. Ainda hoje em dia, as instituições de sequestro se fazem presentes, continuam em p74no

funcionamento e colaboram na produção de comportamentos. Como exemplo, pode-se citar: os presídios, as escolas, os hospícios, entre outros.

Nos dias de hoje, a censura³² ainda permeia o corpo social, seja no universo cinematográfico, jornalístico ou literário, e inclusive no mundo virtual. O monitoramento abrangente também pode ser considerado uma técnica repressora, pois, o sujeito sabendo que está sendo observado se esforçará para agir de acordo com o que foi determinado, com medo de sofrer sanções. De maneira geral, ainda verifica-se a presença da negatividade, mesmo que em menor intensidade, através das técnicas de coerção que atravessam o tecido social.

No que tange a relação estabelecida entre sujeito e organização temporal, a distribuição dos corpos no tempo e organização das tarefas que marcam a sociedade disciplinar também estão presentes na sociedade do desempenho de Han, articulado ao estilo de vida hiperacelerado e disperso.

Há todo um discurso e movimento para que o sujeito sinta-se como sempre estivesse “atrasado” ou que pudesse melhorar sua produtividade. Este é um processo intencional, que colabora para a ausência da criticidade e manutenção da atual construção social, consequentemente, tentando anular qualquer possibilidade de transformação.

(...) Por oferecer resistência aos estímulos opressivos, **contemplar não é pode ser apenas dizer sim**, mas garantir uma dialética do *ser* com o mundo. Ainda, em conformidade, com Nietzsche, seria uma ilusão acreditar que os ativos seriam os mais livres, eles estão apenas prolongando o que já existe. A falta de negatividade impede o olhar para outro e, assim, a alteridade. A humanidade tornou-se mecânica, subordinada ao cálculo. E, assim, o excesso de positividade geral do mundo, transforma o homem como também a sociedade em máquina de desempenho. E esse esforço exagerado de maximizar o desempenho, afirma Han, afastando toda a negatividade e enfraquecimento natureza humana (COSTA e NOYAMA, 2017, p. 314) (grifo nosso)

Com relação às estratégias de biopolítica, em sua obra *Psicopolítica: o neoliberalismo e as técnicas de poder*, Han (2018b, p.35) critica a tentativa em compreender determinados fenômenos da contemporaneidade a partir do conceito de *biopolítica* afirmando que “é a técnica de governança da sociedade disciplinar, mas é totalmente inadequada para o regime neoliberal, que, antes de tudo, explora a *psique*”. Contudo, percebe-se que em sua teoria

³² O termo é empregado em seu sentido denotativo que, segundo o dicionário Houaiss (2004: 147) significa *controle moral ou político de obras artísticas, publicações etc.*

ele também se apropria do projeto arquitetônico de Bentham, adequando-o às inovações tecnológicas e ferramentas do *cybermundo*.

Foucault vincula expressamente a biopolítica à forma disciplinar do capitalismo, que, em sua forma produtiva, socializa o *corpo*: <Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica>. Assim, a biopolítica está fundamentalmente associada ao biológico e ao corporal. (...) O neoliberalismo como forma de evolução ou mesmo como mutação do capitalismo não se preocupa primariamente com o <biológico, o somático, o corporal>. Antes, descobre a *psique* como força produtiva. A *virada para a psique* e, em consequência, para a *psicopolítica*, também está relacionada à forma de produção do capitalismo atual, pois ele é determinado por modos imateriais e incorpóreos. (...) O disciplinamento corporal dá lugar a otimização mental (HAN, 2018b, p. 40)

O conceito de *Psicopolítica*, apresentado por Han, segue a ideia original de classificação, análise, ordenação e padronização comportamental. Talvez a diferença mais significativa seja a abordagem mais “psíquica” e a ênfase na importância dos *big data* para a produção do conjunto de informações que sustentam os mecanismos de padronização.

Poderia se estabelecer uma analogia entre os *big data* e a câmera de cinema. Como uma lupa digital, o *data-mining* ampliaria as ações humanas e revelaria, por trás do espaço de ação estruturado pela consciência, um campo de ação estruturado de maneira inconsciente. A microfísica dos *big data* tornaria visíveis *actomes*, isto é, *microações* que escapariam à consciência. Os *big data* também poderiam promover padrões coletivos de comportamento dos quais não seríamos conscientes como indivíduos, com isso, o inconsciente coletivo ficaria acessível (HAN, 2018b, p.89)

Atualmente, em virtude da facilidade de obtenção de “respostas exatas”, em curto espaço de tempo e abrangendo um maior número de sujeitos, a utilização dos *big data* possibilita traçar como mais veracidade perfis, produzir dados e influenciar na produção da subjetividade daqueles que cada vez mais passam a maior parte do tempo conectados no *cybermundo*.

O armazenamento das informações expostas nos meios digitais juntamente com as análises combinatórias e linguagem programada possibilitam a interferência não só no comportamento mas também nos gostos, desejos e “necessidades” dos sujeitos. Para Han, essa dinâmica que Foucault não chegou a abordar em seus escritos, em virtude das especificidades temporais, tem como resultado a ilusão internalizada nos indivíduos, de que são sujeitos livres, quando na verdade são submissos ao processo de exploração e

otimização dos resultados. Ainda segundo o filósofo, apesar de Foucault descrever minuciosamente a questão do controle e da vigilância, aborda pouco a respeito da autoexploração como técnica de controle.

3.2. Panóptico x Panóptico digital

Desse modo, são inevitáveis pontos cegos nos quais os prisioneiros podem perseguir seus pensamentos e desejos secretos sem serem notados (HAN, 2018b, p. 78)

O projeto elaborado por Bentham foi utilizado por Foucault e Han para explicar a dinâmica social visando o controle global através da vigilância. Contudo, enquanto Foucault se apropriou da ideia para explicar a função disciplinar do planejamento arquitetônico das instituições, Han retira a natureza perspectivista do dispositivo e faz uso do conceito para demonstrar como o controle se dissipa numa sociedade “transparente”.

O panóptico elaborado por Jeremy Bentham é de natureza óptica perspectiva, considera Han, porque está pensado como estrutura a partir da qual os olhos do vigilante ocupam um lugar central, o lugar de alguém que pode ver tudo sem ser visto por ninguém (CUNHA, 2015, p. 05)

Para Han (2018b) o panóptico é *aperspectivista* pois, a vigilância e o controle são multilaterais. Através dos aparatos digitais, as redes de relacionamento e demais elementos do *cybermundo*, os sujeitos observam e controlam uns aos outros. Não é algo forçado; as pessoas desejam ver e serem vistas, sob a falsa noção de estarem exercendo sua liberdade.

Na obra *Sociedade da Transparência* (2017b) Han critica Baudrillard quando em 1978 anunciou a extinção do controle panóptico, em virtude da propagação da televisão, afirmando que este seria o início do panóptico digital:

Em 1978, em “Agonie des Realen” (Agonia do Real), Baudrillard escreveu: “Estamos vivenciando o fim do espaço perspectivístico e do panóptico.” Baudrillard desenvolve suas teses ainda partindo do *medium* da televisão: “O olhar televisivo já não é o ponto de partida de um olhar absoluto, e a transparência já não é o ideal de controle. (...) Na época, a rede digital ainda não era conhecida a Baudrillard. Hoje, em contraposição ao diagnóstico que ele fez de sua época, seria preciso constatar que, no momento, não vivemos o final do panóptico, mas o começo de um novo tipo

de panóptico: *aperspectivístico* (...) (HAN, 2017b, p. 106)

Cabe uma breve ponderação nessa crítica: quando se fala do início de uma nova etapa, parece implícita a ideia do fim de outra que a antecedeu. Neste caso, seria possível supor que o filósofo anunciaria o fim do panóptico disciplinar, tendo então a versão digital como seu substituto.

No entanto, cumpre analisar o que Veiga-Neto fala a respeito do panóptico sob o olhar foucaultiano:

(...) Ao recorrer ao *Panopticon*, idealizado por Jeremy Bentham no século XIX, Foucault nos mostra o quão econômica é essa máquina óptica, ao possibilitar que uns poucos fiscalizem eficiente e permanentemente a ação de muitos, não importando se isso se dá numa prisão, num hospital, numa fábrica, num asilo, numa escola. E importa pouco se, a partir de então, o panoptismo realizou-se sempre e nos seus mínimos detalhes, em todas as instituições. O que importa é que, em maior ou menor grau, ele de fato logo passou a comandar o funcionamento de tais instituições, qual um denominador comum entre todas elas (VEIGA-NETO, 2011, p. 66)

Todas as instituições mencionadas por Veiga-Neto que fazem parte do poder disciplinar continuam operando na atualidade, articuladas as instituições da sociedade do desempenho. É evidente que todos ainda exercem o mesmo papel de outrora, porém com discursos contemporâneos e mais complexos. A atuação de cada uma, isoladamente, seria insuficiente para atingir o objetivo principal de controle e disciplinarização dos corpos.

É fato que ainda permanecem espalhados pelo tecido social: os regimes de verdade sobre a política dos corpos, o controle espacial, o gerenciamento do tempo, a vigilância anônima e onipresente, que transmite a sensação de monitoramento contínuo aos controlados. Todavia, tais mecanismos tornaram-se mais aprimorados em virtude da presença das ferramentas digitais

O panóptico digital proposto por Han não é restrito a qualquer instituição física; ele se manifesta em toda a sociedade, muito mais através do *cybermundo* do que limitado às paredes do mundo físico. Ele é capaz de controlar todos, independente do tempo ou espaço, e tem a mídia social como principal instrumento de vigilância.

Considerando que hoje em dia as pessoas interagem tanto no mundo físico como no *cybermundo*, é mais correto afirmar que não houve a substituição de um panóptico por outro.

Na verdade, os dois dispositivos operam no corpo social, multiplicando ainda mais as formas de controle, vigilância e punição.

Nas instituições de confinamento, a presença de alguém que vigia tudo e todos se faz presente em virtude de determinados papéis sociais, como por exemplo: o diretor da escola, o operador de tráfego, o comandante de um batalhão, o agente penitenciário, o responsável por um hospital, entre outros. Todos são sujeitos que observam seus respectivos grupos, controlando-os, organizando-os, classificando-os e também esperando que executem o padrão de comportamento considerado pertinente para cada instituição.

Paralela a essa dinâmica e transpassando as paredes dessas instituições, há uma intensa necessidade de se revelar, ser visto, de se expor ao máximo, ao mesmo tempo em que se espera observar os outros em cada gesto. O universo digital desnuda e revela cada detalhe oculto, intensificando a vigilância.

Hoje em dia, controle/autocontrole e vigilância/autovigilância convivem ininterruptamente, produzindo a normatização de condutas descrita por Foucault e o *inferno do igual* apresentado por Byung-Chul Han. Pode-se dizer que as novas configurações políticas, econômicas e sociais possibilitam o intenso aprimoramento dos mecanismos de controle e vigilância, de tal maneira que superam as fantasiosas teorias da conspiração presentes nos filmes de ficção científica.

A sociedade da transparência de Han também possui padrões comportamentais reforçados graças aos aparatos digitais. A citação abaixo mostra um exemplo de comportamento presente em praticamente todo o tecido social onde há grupos populacionais com acesso a internet:

(...) apesar de quererem se mostrar diferentes, acabam agindo todos iguais, sem a autenticidade que se imaginam no momento da ação de se expor, pois a finalidade é produzir sempre a si mesmo. E um exemplo básico que poderíamos listar aqui é o fato da organização de nossas vidas ser baseada em torno das notificações de celulares e seus respectivos aplicativos, em que se é exigido dos indivíduos um imediatismo e uma correspondência constante e acelerada nas respostas, não cabendo ao ser um momento espontâneo e vazio, e, nesse caso, observamos novamente um padrão, pois o “estranho” é o indivíduo que demora a dar respostas na mesma velocidade ou aquele que se ausenta dessa relação (FERNANDES, 2017, p. 30)

O uso da internet como ferramenta de controle é tão eficiente que hoje em dia, instituições disciplinares, com o objetivo de maximizar o fenômeno, também fazem uso desses dispositivos. Todavia, cabe ressaltar que essa dinâmica não anula os efeitos desses

espaços mencionados por Foucault, o controle apenas se multiplica e se intensifica. A eficiência desse mecanismo é aperfeiçoada de tal maneira que seria possível falar de uma “política dos corpos”, pois ela não atua apenas no físico mas também no psíquico.

A dinâmica da sociedade descrita por Han remete a sociedade de controle mencionada por Deleuze (1992, p. 220) “nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que um deformador universal”. É um trabalho contínuo, sempre visando otimização de resultados e lucros; e para isso há um controle multifacetado, intenso e desgastante.

O panóptico disciplinar produz corpos dóceis e economicamente úteis; enquanto que o panóptico digital cria sujeitos que associam o exercício da liberdade à autoexposição exacerbada e à intensa observação do que os outros revelam.

O problema do aperspectivismo consiste em os indivíduos acreditarem que são livres. Todavia, não há um bloqueio de comunicação entre os sujeitos, pelo contrário, eles estão de forma ininterrupta conectados com uma hipercomunicação. E exibem-se em vitrines por livre vontade, expondo-se ao mercado do panóptico, onde todos controlam todos, senhores e escravos de si mesmo (COSTA e NOYAMA, 2017, p. 04)

A prática da hiperexposição é uma forma de violência que reforça a manutenção do panóptico digital, sem fazer uso de um mecanismo de coerção física. Isto porque os próprios sujeitos desejam colaborar nesse processo por meio da dinâmica de querer observar e ser observado.

Além das práticas e relações de poder inseridas nas teorias de Foucault e Han, o fenômeno do panóptico disciplinar articulado ao panóptico digital é constituído por um discurso quase que coercitivo. Hoje em dia, é esperado que todos tenham *Facebook*, *Instagram* ou algo do tipo; que postem seus pensamentos, ações, gestos e momentos de maneira chamativa e atraente, que possuam um maior número de “amigos” conectados em suas redes e que interajam curtindo e sendo curtidos. Para isso, cumpre ressaltar que mais importante do que “postar” o que a pessoa quer, é “postar” o que os outros vão gostar, aumentando assim a popularidade.

De acordo com Foucault (1987), quanto maior o volume de informações sobre os sujeitos, maior será o nível de controle. Na era digital, devido à variedade de aparatos eletrônicos e a velocidade do fluxo de transmissão de dados, esse mecanismo torna-se praticamente ilimitado.

Em contrapartida, se o controle se expande e adquire novos formatos, também

ampliam-se e adequam-se os mecanismos de punição:

Nesta nova sociedade, a monitoração eletrônica pode ser reconhecida como um desenvolvimento tecnológico da antiga vigilância hierárquica, mas o poder punitivo não mais se manifesta por meio de uma sanção normalizadora, mas por um intrincado sistema de registro e reconhecimento. Não mais é função social transformar o “anormal” em “normal” nas instituições disciplinares, mas registrar e reconhecer o “anormal” para filtrá-los da sociedade dos “normais” (VIANNA, 2007, p. 83)

O *cybermundo* tornou a exclusão um instrumento de punição muito mais eficiente que os castigos físicos. Isto porque, numa sociedade onde todos querem ser “populares”, a invisibilidade fere a vaidade, as emoções, o egocentrismo e o desejo. Ela não atinge apenas o corpo mas também a psiquê. Os sujeitos não querem ser vistos como “anormais” e fazem de tudo para se comportar e mostrar que são pessoas “normais”.

Não é o Big Brother, mas uma multidão de irmãzinhas, agências de vigilância e processamento de informações que registram nosso comportamento para sempre, enquanto banco de dados nos rodeiam ao longo da nossa vida – a começar, dentro e, breve, em nosso DNA e características pessoais (nossa retina, nosso datilograma, na forma de marcas digitalizadas). Nas condições vigentes nos Estados autoritários, essa vigilância pode afetar diretamente nossas vidas (essa é de fato a situação da maioria esmagadora da humanidade). Mas mesmo em sociedades democráticas, em que os direitos civis são respeitados, a transparência de nossas vidas moldará decisivamente as nossas atitudes. Ninguém jamais foi capaz de viver numa sociedade transparente. Se esse sistema de vigilância e controle da internet se desenvolver plenamente, não poderemos fazer o que nos agrada. Talvez não tenhamos nenhuma liberdade, e nenhum lugar onde nos esconder (PEREIRA, 2004, 167)

Pereira (2004) mostra como esse controle digital inserido na sociedade da transparência proposta por Han atua contra qualquer processo de libertação do sujeito, num esforço contínuo de manutenção das condições já estabelecidas. Além disso, a citação possibilita alguns questionamentos: as pessoas ultimamente tem se perguntado o que de fato as agrada e o porquê? O que as impede de praticar determinadas ações? O que é ser livre? Até que ponto suas condutas são autônomas ou manipuladas?

A relação saber/poder imersa na perspectiva panóptica de Foucault e Han não possibilita que os sujeitos pratiquem esta reflexão. Principalmente na teoria de Han que ressalta a ausência da ociosidade, como fator contribuinte para prejudicar a prática reflexiva. Na sociedade da transparência os sujeitos estão sempre ocupados ou empenhados em “fazer

mais”; não há tempo para tais reflexões.

Com base nas ponderações de Vianna (2007) sobre a era da informática, as ferramentas de monitoramento como câmeras, GPS e outros elementos do panóptico digital, assim como na análise foucaultiana, também servem para conter a prática de comportamentos “inadequados”. Desta forma, é correto afirmar que na sociedade do desempenho também há elementos repressores.

Por fim, as duas versões do projeto de Bentham baseiam-se no controle, vigilância, punição, repressão, internalização de padrão de conduta e utilização de mecanismos que dificultem os processos de resistência. Todavia, a presença destes elementos não significa a formação de sujeitos éticos, uma vez que, como o próprio Foucault afirma na sua análise a respeito dos mecanismos de vigilância do panóptico, não há garantia de que agiriam respeitando a si mesmo e os demais se não fossem vigiados.

3.3 A violência na perspectiva de Foucault e Han

Há coisas que não desaparecem; dentre elas está a violência. A aversão à violência não é algo característico da Idade Moderna. Ela é apenas proteica e, dependendo da constelação social, suas formas de manifestação se modificam (HAN, 2017c, p. 07)

De acordo com Santos (2014, p.01), a violência é um fenômeno humano que ocorre desde o começo da civilização, para garantir a sobrevivência perante as outras espécies fisicamente superiores. A partir da Antiguidade clássica surgiu a noção de “violência social” como reguladora da convivência entre Estados.

Segundo seu artigo (2014), ao longo dos tempos, os grupos sociais produziram os mais variados discursos a fim de legitimar as práticas violentas. Algumas justificativas foram: assegurar a supremacia de um povo diante de outro, garantir os privilégios dos grupos mais abastados e que exerciam maior influência política, punir diante do descumprimento de regras, entre outros. A criatividade na produção da violência foi tão eficiente quanto os saberes que garantiram a sua continuidade até os dias atuais.

Como consequência, baseado em Santos (2014, p.01), à medida em que historicamente as sociedades foram se complexificando, a violência também se aperfeiçoou. Os discursos que nortearam-na apoiado no argumento da “manutenção da espécie”

ainda permanecem enraizados, variando apenas o inimigo e as dinâmicas que, de fato, esperam que a “espécie” perpetue.

Através da tecnologia do poder soberano, Foucault (1987) descreveu alguns atos de violência empregados como instrumentos de punição. Através das descrições, observa-se que durante a Idade Média o discurso sobre o fenômeno da violência era voltado para a manutenção da supremacia do soberano e o inimigo era todo aquele que agisse contrário ao comportamento desejado pela nobreza. Não havia limites para a variedade de castigos, que tinha o corpo como objeto central de investimento. A violência só se encerrava quando a vida se extinguia.

Avançando historicamente, o filósofo francês mostrou que com o surgimento da Idade Moderna, as torturas cheias de crueldade também foram classificadas como atos de violência, perdendo sua função de manutenção do bem estar coletivo. Foucault deixou evidente que o fenômeno não se extinguiu, mas adquiriu novos formatos.

Surgiu o que se pode chamar de “violência institucional”. Práticas empregadas nas diversas instituições disciplinares e utilizadas contra o sujeito com o objetivo de corrigi-lo, inseri-lo na vida em sociedade como alguém “correto” e “sociável”, para “manutenção” dos bons costumes.

Na verdade, apesar de não tratar explicitamente do fenômeno, as obras de Foucault, principalmente *Vigiar e Punir* (1987), mostram que a violência era empregada como mecanismo de supressão do mesmo fenômeno, porém somente sobre as condutas que não fossem legitimadas (por exemplo: assassinar alguém era considerado crime violento mas condenar à pena de morte alguém que praticasse o assassinato não). Assim, há um determinado discurso que selecionava quem deveria morrer ou não, que fundamentava “razões” pelas quais um assassinato deveria ser tomado como um ato de intensa violência ou quando é apenas uma sanção. Isso reforça a análise que o filósofo realizou ao denunciar determinadas práticas das instituições psiquiátricas e penais.

As relações de poder (...) não eliminam nem suprimem a violência, no entanto, as relações de poder ou governo não podem ser reduzidas à pura violência, pois é justamente o fato de que nas relações de poder não há o predomínio da violência **que se configura a distinção** entre dominação e relações do poder e que se define o campo do governo (COSTA, 2018, p. 154)

Desde a sociedade moderna até os tempos atuais, a violência juridicamente regulamentada é encontrada nas práticas coercitivas, nas sanções normatizadoras e nas

estratégias de punição. As técnicas de governamentalidade empregadas pelas instituições definem a conduta idealizada e aquelas que serão enfrentadas ou corrigidas. Há uma relação intrínseca entre controle e violência, que traz efeitos na construção de subjetividade.

Podemos notar como a violência pelo efeito de coerção que produz é o elemento que distingue o campo das relações de poder - onde se exerce o governo sobre a conduta dos outros e que requisita sujeitos livres - da dominação - que opera pela constrição da liberdade. Desse modo, as relações de poder não eliminam a violência, embora não coincidam. Existe violência tanto nas práticas de governo exercidas sobre os governados, como na resistência que estes empreendem, haja vista que está no extremo da ação do sujeito livre, dado à restrição em seu campo de possibilidades de ação, a ação violenta (COSTA, 2018, p. 159)

Para Foucault as formas de governamentalidade não estão baseadas essencialmente na violência, mas esta se insere em algumas práticas racionalizadas ou nos efeitos que elas produzem. No que tange a biopolítica, embora a regulamentação da população também não seja sinônimo de violência, não está totalmente livre dela.

A história mostra alguns casos de biopolítica mais extremos, principalmente na presença de governos autoritários que hoje apresentam indescritíveis manifestações de violência. Este fenômeno marcou vários grupos sociais, como por exemplo: nazismo, stalinismo, facismo, a ditadura de Salazar em Portugal, a ditadura de Franco na Espanha, entre outros.

Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que e, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 2002, p. 166)

Todas essas formas de governo autoritários mencionados acima desenvolveram técnicas de gerenciamento de grupos populacionais que foram responsáveis pela morte de milhares. Tal como as práticas denunciadas por Foucault, eram embasadas por uma relação saber/poder que as regulamentava.

Além dos atos de violência normatizados, Foucault também abordou as práticas de agressão resultantes dos discursos para homogeneização do sujeito, como o racismo de estado. Esta dinâmica do biopoder classifica e separa os indivíduos com base na etnia,

gênero, etc.; considerando um grupo legítimo para preservação e outro como uma ameaça biológica.

Nesse momento, a temática racista não vai mais parecer ser o instrumento de luta de um grupo social contra um outro, mas vai servir à estratégia global dos conservadorismos sociais. Aparece nesse momento - o que é um paradoxo em comparação aos próprios fins e à forma primeira desse discurso de que eu lhes falava - um racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social (FOUCAULT, 2002, p. 73)

O racismo de estado se ramifica em uma série de microviolências, silenciosas, sutis e materializadas sob a forma de falas, gestos, imagens, hábitos que foram naturalizados... e que ferem o sujeito na sua individualidade, provocam a segregação social e perpetuam a discriminação.

Seguindo outro caminho filosófico, Byung-Chul Han em sua obra *Topologia da Violência* (2017c) também discute amplamente a respeito deste fenômeno social. Ele faz uma abordagem histórica da violência na cultura ocidental, enfatizando o cenário atual. Um dos principais pontos de contraste entre ele e Foucault é o destaque que ele dá para a violência psíquica que o sujeito provoca em si mesmo.

A *decapitação* na sociedade da soberania, a *deformação* na sociedade disciplinar e a *depressão* na sociedade do desempenho são estágios da mudança topológica da violência, que é sempre mais internalizada, psicologizada e, assim, acaba se tornando invisível. Ela vai se livrando mais e mais da negatividade do outro ou do inimigo, tornando-se autorreferente (HAN, 2017c, p. 11)

Para Han, a violência como mecanismo de controle e coerção evoluiu a partir da autoexploração, autocoerção e autoviolência. Apoiado nos “impulsos destrutivos” de Freud, ele afirma que esses três processos são muito mais eficientes e econômicos do que as técnicas disciplinares apresentadas por Foucault.

É importante destacar que o discurso de “manutenção da vida” que norteia a violência desde os primórdios também está presente na concepção teórica de Han, porém a “vida” está relacionada ao capital e ao consumismo. Hoje em dia, os indivíduos em vez de viverem, apenas se empenham em sobreviver; de forma que a autoviolência é justificada pela “manutenção da sobrevivência”.

Apesar de ser Foucault quem discorre sobre as instituições psiquiátricas e trata

profundamente do fenômeno da loucura, Han é quem problematiza as atuais patologias psíquicas, que se encontram presentes nos indivíduos ditos “normais”, que habitam além dos muros de qualquer hospício. O autor explica que grande parte das doenças neuronais são efeitos oriundos da autoviolência, inerente à sociedade do desempenho e seu excesso de positividade.

Para o filósofo, a violência da positividade é tão ou mais agressiva que a violência da negatividade presente na sociedade disciplinar. Sobre esse aspecto, Han (2017c, p. 10) justifica afirmando que “ocasionalmente, a violência da positividade é mais fatal do que a violência da negatividade, pois falta-lhe toda e qualquer visibilidade e abertura; em virtude de sua positividade ela se suprime, inclusive, da defesa imunológica”.

É possível concordar com Han nesse aspecto, considerando que no desejo impensado de otimizar suas capacidades, habilidades e produtividade, os sujeitos abrem mão das relações afetivas, fazem uso de medicamentos potencializadores, se proíbem de descansar, interagir, de separar um momento para si e não vêem mais o outro. Os indivíduos apenas sacrificam seus corpos, sua saúde, sua vida social em prol de resultados. É uma autoviolência que termina em duas consequências: levará ao seu esgotamento, porque seu desejo de superação é insaciável e provocará enfermidades físicas; ou diante da falta de êxito, acarretará depressão, histeria, neurose ou qualquer outra doença neuronal resultante da rejeição às frustrações.

A internalização psíquica é um dos deslocamentos topológicos centrais da violência na Modernidade; violência toma forma de conflito intrapsíquico. Tensões destrutivas são suportadas internamente, em vez de serem descarregadas para fora; o *front* de batalha não se desenrola externamente, mas dentro das pessoas (HAN, 2017c, p. 22)

De maneira geral, Byung-Chul Han explica que as atuais formas de violência em sua grande parte são dirigidas contra o próprio sujeito. Para o filósofo (2017c, p. 48), o próprio *mero viver* e a perda da vivacidade já representam a dinâmica contra a potencialidade do ser. Esse processo somado ao esvaziamento das relações transforma os indivíduos em *mortos-vivos*.

Em virtude da superficialidade e da aceleração, as conexões estabelecidas do sujeito com o tempo, o trabalho, as outras pessoas, o ambiente ao seu redor e até consigo mesmo, já são formas de autoviolência. Em determinados momentos, tais dispositivos funcionam de maneira bem mais eficiente do que aqueles oriundos dos mecanismos exteriores. Isto porque, segundo o autor, privam qualquer possibilidade de reação. Afinal, como se defender

do próprio ataque quando não se deseja modificar a postura?

Han (2017a) critica o conceito de violência estrutural de Galtung e a simbólica de Bourdieu por considerá-los genéricos e fundamentados nas relações de dominação e hierarquia entre classes. O filósofo defende a teoria de uma *violência sistêmica*, ou seja, o sistema e a própria dinâmica social é que a produzem, através do excesso de positividade. A violência sistêmica pode ser melhor compreendida a partir da seguinte citação:

À violência sistêmica, enquanto violência da positividade, falta a negatividade do impedimento, da recusa, da proibição, da exclusão e da subtração. Ela se manifesta como exagero e desproporção, como excesso, exuberância e exaustão, como superprodução, superacumulação, supercomunicação e superinformação. E em virtude de sua positividade não é percebida como violência. Não é só um muito pouco que leva à violência, mas também um muito exagerado; não apenas a negatividade do não-ter-o-direito-de, mas também a positividade do tudo-poder (HAN, 2017c, p. 170)

Por fim, é importante destacar que Byung-Chul Han não trata diretamente do racismo de estado. Ele faz referência ao tema quando analisa os mecanismos de psicopolítica e, ao explicar que na violência sistêmica, há determinadas situações geradoras do fenômeno, produzidas com o intuito de garantir a manutenção do *status quo*.

Os *big data* inauguram uma nova *sociedade de classes digital*. Quem está na categoria “lixo” pertence à classe mais baixa. Aos indivíduos com pontuação ruim são negados empréstimos. Logo, junto ao pan-óptico surge um “ban-óptico”. O panóptico monitora os internos incluídos no sistema. O ban-óptico é um dispositivo que identifica como indesejadas as pessoas estranhas ou hostis ao sistema e as exclui (em inglês: *to ban*). O pan-óptico clássico serve para disciplinar; os ban-ópticos garantem a segurança e a eficiência do sistema (HAN, 2018b, 91)

É possível observar a presença do *ban-óptico* atualmente na economia brasileira, através do “score de crédito”. Segundo o site de Serviços de Assessoria S.A, SERASA³³, trata-se de um resultado numérico, que varia de zero a mil, obtido a partir da análise dos hábitos financeiros de uma pessoa, seja ela física ou jurídica. Quanto mais alto o valor, consequentemente, maior será sua credibilidade, pois significa que o indivíduo paga suas contas em dia, tem bom relacionamento quantitativo e qualitativo com setores econômicos,

³³ Serasa é uma empresa privada de caráter público criado na década de 90 com várias funções, como: centralizar, analisar e gerenciar uma série de informações financeiras de personalidades físicas e jurídicas, além de elaborar um banco de dados de inadimplentes. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/ensina/seu-nome-limpo/como-serasa-funciona/>. Acesso em 27/02/2021.

não possui seu nome inserido nos órgãos de proteção ao crédito, entre outros.

Portanto, uma pessoa com o “score alto” possui mais facilidade para realizar movimentações, inclusive a prazo, no mercado financeiro; ao mesmo tempo em que aqueles que possuem o “score baixo” são limitados de realizar inúmeras transações econômicas, independente de serem inadimplentes ou não. Em síntese, pode-se tomar este exemplo, porém é importante evidenciar que não é somente na economia brasileira que o indivíduo é transformado num “score”.

3.4 Processos de resistência e possibilidades de uma sociedade crítica

Na perspectiva foucaultiana, as relações de poder não há predominância da mera dominação e sua dinâmica está sempre em construção. Este processo só é possível devido à capacidade de *resistir* e não apenas *reagir*. Embora sejam dois conceitos aparentemente semelhantes, possuem efeitos sociais completamente distintos.

De acordo com Foucault (1984), a reação consiste na resposta dada para um determinado estímulo, seja concordando ou discordando; já a resistência possibilita a criação de novas alternativas além daquela proposta pelo movimento em curso.

Na perspectiva foucaultiana, a articulação das relações de poder e processos de resistência possibilitam a construção de novos discursos, fundamentais na formação de outras relações:

O discurso tem de levar em conta sua atualidade para [primeiro], encontrar nela seu lugar próprio; segundo, dizer o sentido dela; terceiro, designar e especificar o modo de ação, o modo de efetuação que ele realiza no interior dessa atualidade. Qual é a minha atualidade? Qual é o sentido dessa atualidade? E o que faz que eu fale dessa atualidade? (FOUCAULT, 2010, p. 15)

De acordo com o filósofo, em sua obra *Dois ensaios sobre o sujeito e o poder* (1984), a resistência é essencial para a possibilidade de mudança. Ela facilita a constante avaliação da realidade, das relações de força estabelecida e dos saberes que as regem. Outro ponto importante diz respeito à mutabilidade desse processo: cada transformação gera novos processos de resistência. O fenômeno da resistência opera como uma potência criadora.

De acordo com Foucault (1999), não existe relação de poder sem resistência. Elas perpassam emaranhadas por toda a sociedade, materializadas sob múltiplas formas. O filósofo francês (1999, p. 91) destaca como formas de resistência o “adversário, alvo, de

apoio, de saliência que permite a apreensão”. Todos estas personalizações são elementos facilmente verificados na sociedade disciplinar e do desempenho.

Além disso, Foucault tem uma grande preocupação em diferenciar os processos de resistência das revoltas específicas contra estratégias de dominação:

Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (...) Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis (FOUCAULT, 1999, p. 92)

Para Foucault, os processos de resistência possibilitam revoluções no *status quo*, mas não significa a “revolução” propriamente dita. Através da citação, pode-se observar que esta dinâmica opera no campo das correlações entre saber e poder, criando múltiplas possibilidades na formação da subjetividade. Consequentemente, possibilita a compreensão da transitoriedade histórica de inúmeros discursos e regimes de verdade.

Um exemplo recente e que pode ser considerado pertinente para esta reflexão consiste na decisão do ministro Dias Toffoli, no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e um, referente ao combate ao feminicídio. Na década de 70, era possível um condenado conseguir absolvição em determinados crimes passionais, por meio da alegação de “legítima defesa da honra”, apesar de não haver previsão legal contra tal argumento. Este foi o caso do assassinato da atriz e socialite brasileira Ângela Diniz. No entanto, conforme informações divulgadas no portal do Supremo Tribunal Federal, o ministro Dias Toffoli concedeu parcialmente uma medida cautelar contra esse argumento de defesa, reafirmando sua inconstitucionalidade. Até mesmo do ponto de vista moral, os crimes de feminicídio praticados sob o pretexto de “limpar a honra” devido a uma traição, hoje em dia são vistos como irremissíveis. Desta forma, no dia 12 de março, por meio de sessão virtual a tese de inconstitucionalidade foi aprovada por unanimidade, mostrando que atualmente há um determinado discurso materializado sob a forma de regime de verdade que também norteia a jurisprudência.

A situação narrada acima ocorreu porque num determinado momento, os sujeitos questionaram acerca dos discursos que legitimavam certos atos de violência contra as mulheres. Os embates entre os discursos que, consequentemente produziram novas ⁸⁹

relações e regimes de verdade, são exemplos do fenômeno da resistência. Esse tipo de efeito é gerado a partir do questionamento e da reflexão, atrelada à prática para formação de novos saberes, que são fundamentais nas relações. A ausência deste fenômeno, sem dúvida, acarretaria na dominação total.

Com relação às leituras de Han, este fenômeno se torna mais complexo devido às formas de subjetivação e sujeição propostas na sua teoria. A primeira pergunta a fazer para pensar os mecanismos de resistência na sociedade de desempenho seria: *como resistir a si mesmo?*

É uma questão filosófica complexa, principalmente considerando que o sujeito pratica a autocoerção, autovigilância, autocontrole e autoexploração, acreditando estar livre e, conseqüentemente, “fazendo porque quer”. Para conjecturar uma resposta, primeiramente é preciso enfatizar de que processos de resistência, neste contexto, demandam que o sujeito compreenda sua situação de “escravo de si mesmo”.

Para Han (2017a) a hiperatividade impossibilita qualquer movimento de resistência do sujeito. Nas suas obras, principalmente *Psicopolítica* (2018b, p.71) e (2018b, p. 84), o filósofo fornece algumas pistas de como se daria esse processo. Sem dúvida, seria necessário questionar, cuidar verdadeiramente de si, ressignificar a forma de operar no tempo e não responder prontamente diante os estímulos.

De maneira geral, os fenômenos que possibilitam o desaceleramento do sujeito são, para Han (2018b), mecanismos de resistência. Em frente a um estímulo, o homem precisa entender que pode dizer sim, não, simplesmente não dizer nada e até propor novas alternativas. Enfim, há mais possibilidades do que aquela que já se esperava, várias maneiras de se relacionar com o outro, com o mundo e consigo mesmo.

Han (2018b, p. 111) afirma que “a resistência e a rebeldia da alteridade ou do estranhamento perturbam e retardam a comunicação plana do Mesmo”. Pode-se dizer que os processos que possuem como efeito o desaceleramento comportamental humano em relação a suas múltiplas relações, oferecem condições para transformação da sociedade do desempenho.

Michel Foucault e Byung-Chul Han descrevem criticamente a sociedade, enfatizam as técnicas de controle, vigilância e punição além dos inúmeros mecanismos de exploração. O filósofo sulcoreano é bem mais crítico em sua visão, porém ambos têm um elemento em comum: apesar de mencionarem a necessidade de transformar o corpo social, nenhum apresenta uma solução definida, nenhuma alternativa soteriológica.

Segundo eles, a possibilidade de construção de uma sociedade mais reflexiva se dá por meio dos sujeitos, em suas ações micropolíticas, e não pelas instituições ou pelo governo

instituído. O ponto de partida ocorrerá no momento em que as pessoas repensarem suas práticas, a partir de uma *perspectiva ética*³⁴. Deste modo, é possível criar novas formas de se relacionar com os outros e consigo mesmo, reavaliar os discursos dominantes, reconsiderar os regimes de verdade e as práticas sociais.

Nos estudos de Foucault, este processo está relacionado ao *Cuidado de si*, enquanto Han propõe principalmente o resgate do ócio e o exercício de uma *vida contemplativa*. Os dois fenômenos envolvem novas relações e um olhar diferenciado diante os estímulos.

O conceito de *Cuidado de si* refere-se à postura dos indivíduos de maneira integral, ou seja, abrange a forma de se relacionar com os outros e também consigo mesmo. Veiga- Neto reforça essa noção ao dizer que:

A ética, numa perspectiva foucaultiana, faz parte da moral, ao lado do *comportamento* de cada um e dos *códigos* que preceituam o que é correto fazer e pensar e que atribuem valores (positivos e negativos) a diferentes comportamentos, em termos morais. Esse conceito idiossincrático desloca a noção clássica de ética como “estudo dos juízos morais referentes à conduta humana” (quer em termos sociais, quer em termos absolutos) para ética como o modo “como o indivíduo se constitui a si mesmo como um sujeito moral de suas próprias ações”, ou, em outras palavras, a ética como “a relação de si para consigo” (VEIGA-NETO, 2011, p. 81)

Neste caso, os sujeitos precisam reavaliar suas práticas questionando: “porque se age de determinada maneira?”, “é realmente necessário?”, “quais os efeitos que minha ação produz no outro e em mim mesmo?”, e ainda: “há outras possibilidades de agir?”

Foucault (2010, p. 268) também chama atenção para a compreensão histórica equivocada do conceito *Cuidado de si* e até mesmo antagônica à sua formulação:

Ocupar-se de si foi, a partir de um certo momento, denunciado de boa vontade como uma forma de amor a si mesmo, uma forma de egoísmo ou de interesse individual em contradição com o interesse que é necessário ter em relação aos outros ou com o necessário sacrifício de si mesmo (FOUCAULT, 2004, p. 268)

Essa compreensão equivocada em nada contribui para o exercício da postura ética, pois, o foco em si reforçaria comportamentos individualistas ou de dominação. No elemento

³⁴ É possível compreender o conceito de ética a partir da concepção foucaultiana (2004, p. 268) que resgata a ideia do cuidado de si, tomando como base a noção grega de uma prática racional ou refletida da liberdade. Neste caso, o sujeito assimila uma série princípios e normas de conduta que podem auxiliar nas tomadas de decisões..

si está inserido a relação *eu* para com o *outro*: na forma de tratar, se relacionar, falar ao mesmo tempo em que está aberto para ouvir, aprender, compartilhar, etc.

Inspirado na concepção de liberdade grega, o filósofo francês considerava que a liberdade é um ato político complexo, não é precisamente a negação da liberdade aparente, que as instituições sociais dissimulam oferecer, mas “uma prática refletida da liberdade”, que, primeiramente, deve refletir na própria forma de operar as relações sociais, para então problematizar com quem está ao seu redor. Baseado na sua perspectiva foucaultiana, isto seria uma conduta ética.

Recusar a “sensação de liberdade” não equivale, como já apontamos, a recusar a tecnologia, o consumo ou a participação política instituída, mas, sim, considerar outras possibilidades de pensamento e ação. Esta revisão pode oferecer uma ação diferenciada. que é sempre uma ação política. e que, segundo autores como Deleuze, Negri e Hardt, pode ser concebida como *resistência*. (...) (CHEVITARESE e PEDRO, 2002, p. 157)

Não muito diferente, mas seguindo outro caminho, Han afirma que o homem da contemporaneidade não possui limites, não para, não repousa e não ressignifica. É alguém sem reflexão, superficial, egocêntrico e que hipervaloriza uma vida totalmente ativa. É justamente essa hiperatividade que o impede de construir novas formas de se relacionar, mais críticas, baseadas no respeito e na valorização do outro.

Inspirado em Nietzsche, Han (2017a, p. 51) ressalta a necessidade de ter um olhar diferenciado, explicando que este processo consiste em “habituar o olho ao descanso, à paciência, ao deixar-aproximar-se-de-si, isto é, capacitar o olho a uma atenção profunda e contemplativa, a um olhar demorado e lento”. No cenário atual, pode-se afirmar que a atenção profunda e contemplativa é também um exemplo de processo de resistência.

Resistir, assim, consiste em abrir outras possibilidades de subjetivação, desarticulando “modos de pensar - e agir” já “assujeitados”. Trata-se de desestabilizar os fluxos tecnológicos que nos produzem, para produzir “com eles” outras formas criativas e inventivas de ser e viver (...) (CHEVITARESE e PEDRO, 2002, p. 159)

O olhar atento articulado a atenção profunda permite perceber o que está implícito nas falas, gestos, comportamentos, nos modismos e nas ferramentas do *cybermundo*. Este poderia ser o início para uma vida contemplativa. Além disso, pode-se afirmar que o sujeito que “aprende a olhar” também enxerga para além de si, contribuindo para a substituição do narcisismo por outra configuração que possa valorizar a coletividade.

É preciso pausa, é preciso tempo para se contemplar a vida e as coisas que estão à volta. Aprender a contemplar, conhecer a si, e conhecer o outro, para assim conhecer as virtudes do outro, aprender com alteridade do olhar. E é isso que a sociedade da positividade anula, porque não há espaço para as diferenças (COSTA e NOYAMA, 2017, p. 313)

De maneira geral, a vida contemplativa seria uma condição para ressignificar a sociedade ao redor, pois, ofereceria resistência ao excesso de positividade e a forma de operar atual. Além disso, se há novas formas de exploração, principalmente a autoexploração, a partir da qual o homem é escravo de si mesmo, mostra-se fundamental o desenvolvimento de práticas da liberdade reflexiva.

Essa “autoliberdade” consiste numa espécie de desligamento das práticas que o indivíduo faz desenfreadamente e que, associada ao desprendimento de si em prol do outro, permite a produção de novas subjetividades. Em certa medida, este é um exercício muito difícil, principalmente por que as pessoas, em geral, não percebem que são prisioneiras de si mesmo. Na maioria das vezes, agem como se fosse algo “espontâneo”, até mesmo quando estão seguindo modismos.

Na obra *Psicopolítica* (2018b) Han também sugere que as pessoas tenham uma certa dose de “*idiotismo*”. Ele descreve o “idiota” da seguinte forma:

O idiota é o moderno herético. Originalmente, heresia significa *escolha*. Assim, o herético é alguém que dispõe de *livre escolha*. Ele tem a coragem de se desviar da ortodoxia. Corajosamente, livra-se da obrigação de conformidade. O idiota como herege é uma figura de resistência à violência do consenso. Ele resgata o encanto do forasteiro. Em vista da crescente obrigação de conformidade, aguçar a *consciência herética* hoje mais urgente do que nunca (HAN, 2018b, p. 112)

Desta forma, a atitude *idiota* esperada por Han relaciona-se com a ressignificação da forma de se comunicar, de reagir diante das informações recebidas e até mesmo de não reagir. Significa o resgate da dinâmica da escolha para além das alternativas fornecidas pelo sistema. Por fim, trata-se de “compreender que existe a possibilidade de “parar” por um determinado tempo, observar atentamente além do “eu” e se permitir criar novas relações.

CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou uma investigação de cunho comparativo acerca das concepções filosóficas de dois grandes filósofos: Michel Foucault, referência não só na Filosofia, mas em várias áreas do conhecimento, e Byung-Chul Han, que apesar de bem mais recente, já cria subsídios para problematizar o contexto atual, também em articulação com diversas ciências.

Os dois filósofos fornecem elementos para repensar a sociedade, desconstruindo determinados conceitos que naturalizam o *status quo*. Através da leitura das obras mencionadas ao longo da pesquisa, concluiu-se que em nível macro, o corpo social é produzida articulação de uma série de elementos. São eles: as relações de poder, os processos de resistência, os mecanismos de vigilância, as estratégias de punição, a disposição temporal e espacial das instituições, as dinâmicas do mundo físico e do *cybermundo*, os discursos, regimes de verdade, saberes, entre outros.

Essa interação ocorre ininterruptamente, sofrendo transformações ao longo do tempo e espaço, em virtude também desses próprios dispositivos. Assim, verifica-se que a sociedade é algo vivo, dinâmico, mas isto não significa, necessariamente, que essas modificações representam uma evolução. De acordo com Han (2018b), por exemplo, a sociedade do cansaço é também a sociedade do esgotamento, da superficialidade das relações, das doenças neuronais e que caminha a passos largos para um futuro de exaustão total. Embora a concepção foucaultiana não seja tão extremista, também mostra que os mecanismos de vigilância e punição, juntamente com as técnicas de controle, transformam-se proporcionalmente às mudanças sócio-históricas.

Além disso, Foucault e Han também deixam evidente que o exercício do poder funciona como uma série de jogos estratégicos, presentes historicamente por toda sociedade, compondo as relações sociais e influenciando diretamente na produção de subjetividade. Com o advento do *cybermundo* esses jogos são intensamente internalizados, atingindo onde é mais difícil para as instituições específicas de controle dos corpos, como por exemplo, a psiquê.

Cabe salientar que as teorias possuem suas especificidades, devido à originalidade dos filósofos. Todavia, é correto afirmar que não são tão divergentes quanto podem parecerem um primeiro momento, ao contrário, a possibilidade de articulação é relevante para uma melhor compreensão do cenário contemporâneo. Na verdade, a combinação das duas concepções filosóficas, quando aplicadas para problematizar o cenário atual, permitem uma análise mais minuciosa, crítica e que abrange todos os setores, inclusive o indivíduo em sua subjetividade.

Através do estudo das teorias propostas pelos filósofos, é possível afirmar que o atual estímulo à autoexposição exacerbada, às múltiplas e momentâneas relações e vínculos afetivos estabelecidos, entre outros fenômenos ditos como manifestação da própria vontade, são formas de controle e configuram técnicas para construção de um determinado tipo de sujeito, cada vez mais aprisionado pelo neoliberalismo.

Hoje em dia, as instituições sociais e demais elementos que compõem o sistema, fazem uso de técnicas de controle, jogos de verdade, discursos e outros dispositivos para atuar no corpo físico e na psiquê do indivíduo, com o intuito de assujeitá-lo. Pode-se afirmar que a sociedade contemporânea aperfeiçoou a positividade do poder, aprimorou os discursos, intensificando a impressão de que a exacerbada autoexposição é natural, desejável que representa justamente a liberdade do sujeito, não havendo, inclusive, nada para esconder.

No entanto, apesar da inegável contribuição, é importante realizar algumas ponderações a respeito da filosofia de Han. É frequente a afirmação acerca do excesso de positividade ao longo de suas obras. Esse enfoque transmite a impressão de que não há espaço para negatividade nas dinâmicas atuais. Contudo, mesmo que em menor intensidade do que na sociedade disciplinar narrada por Foucault, a negatividade ainda se faz presente na atualidade.

Considerando a abordagem diferenciada do filósofo e seu enfoque nas questões sociais atuais, seria de grande valia uma reflexão filosófica sobre o racismo e como ele opera no *cybermundo*. Hoje em dia, o advento do *shitstorm* nas redes sociais amplificou os casos de humilhação, de racismo e de discursos preconceituosos. Além das sequelas psicológicas, determinadas situações são tão graves que geram efeitos para além do universo virtual, como por exemplo: linchamentos, agressões, demissões etc. O filósofo sul-coreano fez referência à violência virtual e ao racismo, porém não de maneira específica.

Com relação às contribuições foucaultianas, é inegável a atualidade da sua filosofia, ainda com todas as transformações ocorridas no tecido social desde o período que ele delimitou para suas investigações. Conceitos como: relações de poder, processos de subjetivação, mecanismos de vigilância e punição, técnicas de controle e exame, entre outros, continuam sendo fundamentais para compreensão da sociedade e das relações estabelecidas. Independentemente do fenômeno a ser estudado, não é só possível como também é totalmente necessário, problematizar a ação humana com o intuito de criar relações pautadas na ética e na convivência coletiva.

Por fim, seria pertinente a longo prazo, a continuidade de estudos articulando as

contribuições de Foucault e Han para abordar especificamente o tratamento ofertado ao corpo dos marginalizados, invisibilizados, excluídos, enfim, daqueles que a sociedade faz questão de silenciar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Rosi. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ACERVO WLADIMIR HERZOG. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>. Acesso em 01/12/2020.

ANGELIN, Rosângela. **A “caça às bruxas”**: uma interpretação feminista. Portal Catarinas. Jornalismo com perspectiva de gêneros. Postado em 31/10/2016. Disponível em: <https://catarinas.info/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/>. Acesso: 08/10/2020

ANTUNES, Marco Antonio. **O público e o privado de Hannah Arendt**. Universidade da Beira Interior. Faculdade de Ciências e Comunicação. Portugal, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publicoprivado.html>. Acesso em: 05/01/2020.

BALOI, Jochua Abrão. **As relações de poder segundo Michel Foucault e byung-Chul Han**: uma proposta de articulação para análise da complexidade do poder local em Moçambique. Revista Videre, Dourados, v. 12, n. 23, p. 163 a 178, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/11366/5929>. Acesso em 10/12/2020.

BECK, Ulrich. **Risk Society**: towards a new modernity. London, Inglaterra: Sage Publications Ltd., 1992. In: VIEIRA, Luciana Moreira Martins. Modernidade ou pós-modernidade: qual o período em que vivemos? (A ética tem lugar nesta questão?) Bioenergia em revista: diálogos, ano 2, n. 2, p. 66-78, jul./dez. 2012.

BENELLI, Silvio José. **O lugar das instituições disciplinares na sociedade contemporânea**. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 13-22. ISBN 978-85-68334-44-7. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-02.pdf>. Acesso em 18/11/2020.

BRASIL. **Liminar impede uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio**. Portal supremo Tribunal Federal. Data: 26/02/2021. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=461297&ori=1>. Acesso em 27/02/2021.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. (Coleção estudos foucaultianos., coordenador Alfredo Veiga-Neto) Belo horizonte, Curitiba, Editora Autêntica, champagnat,

2010.

CABRAL, Ana Paula Tolentino, et al. **O estresse e as doenças psicossomáticas**. Professor orientador: Fernando Pimental-Souza. Revista de Psicofisiologia, Laboratório de Psicofisiologia do Departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, 1997. Disponível em: <http://labs.icb.ufmg.br/lpf/mono1.pdf>. Acesso em: 10/01/2020

CABRAL, Alexandre Marque, et al. **Filosofia: um panorama histórico-temático**. 1 ed., Rio de Janeiro, editora Mauad X, 2013.

CAMPOS, Haroldo de; VIEIRA, Trajano. **Mênis**: a Ira de Aquiles, Canto I da Ilíada de Homero. Edição Bilingue, São Paulo: Ed. Nova Alexandria. Letras Clássicas, nº 2, p. 387-401, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/73747/77413>. Acesso em: 27/02/2021.

CARLA, Joyce. **O que é e como funciona o Serasa?**. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/ensina/seu-nome-limpo/como-serasa-funciona/>. Acesso em 27/02/2021.

CHEVITARESE, Leandro Pinheiro; PEDRO, Rosa Maria L. Ribeiro. **Da sociedade disciplinar à sociedade de controle**: a questão da liberdade por uma alegoria de Franz Kafka, em *O processo*, e de Phillip Dick, em *Minority Report*. Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, v. 8, nº 12, 2002, p. 129-162. Disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235443>. Acesso em 14/05/2021.

COSTA, Pâmela Bueno; NOYAMA, Samon. **Sociedade do cansaço**: Byung-Chul Han e o diagnóstico da condição do homem no século XXI. Ensino & Pesquisa, vol. 15, nº 4, 2017. p. 310-315. Disponível em http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/1874/pdf_51. Acesso em: 20/04/2020

COSTA, Helrison Silva. **Poder e violência no pensamento de Michel Foucault**. Revista Sapere aude – Belo Horizonte, v. 9 – n. 17, p. 153-170, Jan./Jun. 2018 – ISSN: 2177-6342. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326383005_PODER_E_VIOLENCIA_NO_PENSAMENTO_DE_MICHEL_FOUCAULT. Acesso em 05/12/2020.

CUNHA, Diogo Silva da. **Positividade, transparência e controle**: a sociedade da transparência. Comunicação Pública. vol. 10, nº 17, 2015. Disponível: <http://journals.openedition.org/cp/913>. Acesso em: 15/04/2020

DELEUZE, Giles. **Post-Scriptum sobre as sociedades de controle**. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1992, p. 219-226. Trad. Peter Pál Pelbart

FERNANDES, Elisângela Barboza. **Narcisismo**. Universidade Federal de São Carlos, 2002. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~bdsepsi/77a.pdf>. Acesso em: 27/02/2021.

FERNANDES, Rhuann. **Sociedade da transparência**. Revista Habitus. IFCS-UFRJ, vol. 15,

nº 2, 2017. Disponível em: <https://revista.ufrj.br/index.php/habitus/article/viewFile/17896/10849>. Acesso em: 12/11/2020.

FILHO, Otavio Frias. **O que é falso sobre fake news**. Revista USP, São Paulo. nº 116, janeiro/fevereiro/março, 2018. p. 39-44. Disponível em: [revistas.www.usp.br › revusp › article › download](http://revistas.www.usp.br/revusp/article/download). Acesso em: 02/01/2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Dois Ensaios sobre Sujeito e Poder**. Tradução parcial do texto: Michel Foucault, “Deux essais sur le sujet et le pouvoir”, in Hubert Freyfuse Paul Rabinow, Michel Foucault. Um parcours philosophique, Paris, Gallimard, 1984. Pp. 297-321. 16/12/2009. Disponível em: [\[jornalista.tripod.com\]](http://jornalista.tripod.com) Acesso em 10/09/2020.

_____. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramalheite. 27º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade do saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France, 1973–1974. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002

_____. “A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade”. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política. Col. Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (Ditos e escritos V). p.264-287.

_____. **O governo de si e dos outros**: curso no College de France (1982/1983). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GUANDALINI, Bruno; TOMIZAWA, Guilherme. **O mecanismo disciplinar de foucault e o panóptico de Bentham na era da informação**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano IV, nº 9, jan/jun 2013. ISSN 2175-7119. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima9/anima9-2-O-MECANISMO-DISCIPLINAR-DE-FOUCAULT-E-O-PANOPTICO-DE-BENTHAM-NA-ERA-DA-INFORMACAO-Bruno-Guandalini-e-Guilherme-Tomizawa.pdf>. Acesso em 25/11/2020.

GUIMARÃES, Aurea Maria. **Vigilância, Punição e Depredação Escolar**. Campinas: Papirus, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017a.

_____. **Sociedade da Transparência**. Tradução: Enio Paulo Giachini.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2017b.

_____. **Topologia da Violência**. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017c.

_____. **Agonia do Eros**. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017d.

_____. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução: Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018a.

_____. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução: Maurício Liesen. Belo Horizonte: Ayiné, 2018b

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução: Berilo Vargas. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012

RODRIGUES, Jesiel; SANTANA, Jonherikson. **Ira Orge e Ira Thumos**. Disponível em: <http://www.projetoomega.com/iras.htm>. Acesso em 27/02/2021.

LAURO, Rafael; TRINDADE, Rafael. **Gilles Deleuze**. Disponível em: <https://razaoadequada.com/filosofos/deleuze/>. Acesso em 27/02/2021.

LECOURT, D. **Para uma crítica da Epistemologia**. Tradução: Manuella Menezes. 2º ed., Lisboa: Assírio & Alvim, 1980.

LEMOES, Flávia Cristina Silveira; JUNIOR, Hélio Rebello Cardoso; ALVAREZ, Marcos César. **Instituições, confinamento e relações de poder**: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. 2013. Revista Psicologia & Saúde. 26(n. spe.), 100-106. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/11.pdf>. Acesso em 15/11/2020.

LOWEN, Alexander. **Narcisismo**: a negação do verdadeiro self. Tradução: Álvaro Cabral, São Paulo: Summus, 2017.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 5ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MARQUES, Carlos Henrique. **Meritocracia ou democratismo?** Revista Posição. Ano 4, Vol. 4, num. 15, jul./set. 2017. p. 19-25. Disponível em: <http://redelp.net/veristas/index.php/rpo/article/view/5marquespos15/666>. Acesso em: 10/01/2020.

NETO, José Alves de Freitas. **O espanto e a capacidade de pensar**. Jornal da Unicamp. Edição Web. Secretaria Executiva de Comunicação, Campinas, SP. Oito de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/única/mp/ju/artigos/jose-alves-de-freitas-neto/o-espanto-e-capacidade-de-pensar>. Acesso em: 20/02/2020..

PEREIRA, Marcelo Cardoso. **Direito à Intimidade na internet**. Editora Juruá, 1ª. edição, 2004, Curitiba.

OKSALA, Joahanna. **Como ler Foucault**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Organização Pan Americana de Saúde. **Folha Informativa: depressão**. Organização Mundial da Saúde. Março/2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5635:folha-informativa-depressao&Itemid=1095. Acesso em: 23/02/2020.

PEREIRA, Rafael Diogo; OLIVEIRA, Janete Lara de. **O Poder, a Analítica Foucaultiana e Possíveis (Des)caminhos**: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. João Pessoa/ PB – 20 a 22 de novembro de 2011. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-teo-1230.pdf>. Acesso em 11/11/2020.

RABINOW, Paul. **O conceito de biopoder hoje**. In: Revista de Ciências Sociais, n. 24, 2006

ROMANZOTI, Natasha. **10 terríveis instrumentos de tortura**. Hypescience. Data de publicação: 26/07/2010. Disponível em: <https://hypescience.com/10-instrumentos-de-tortura-horriveis/>. Acesso em 25/11/2020.

SANTOS, Jéssica. **Sequelas da violência na história da humanidade**. Webrevista, 02Maio/2014. Reporter Unesp. Disponível em:<http://reporterunesp.jor.br/2014/05/02/sequela-sdaviolencia/#:~:text=O%20legado%20violento%20da%20antiguidade%20cl%C3%A1ssica&text=A%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20greco%20romana%20deixou,de%20acordo%20com%20sua%20origem>. Acesso em 15/12/2020.

SILVA, Luiz Alberto Ruiz da. Santos, Maria de Lourdes dos, MEDEIROS, Marcia Maria de. **O corpo na Idade Média**: alguns apontamentos. Revista NUPEM. Campo Mourão. Vol. 9. Nº 16, p. 105-115, jan/abr, 2017. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ420.pdf> . Acesso em 8/10/2020.

SIMÕES, Claudia; SOUZA, Bruno. **Comportamento e perfil do consumidor de turismo de nichos**. Tèkhne – Revista de Estudos Politécnicos. Nº 14. Barcelos, dez/ 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112010000200010. Acesso em: 20/02/2020.

SOUZA, Eloisio Moulim de; MACHADO, Leila Domingues; BIANCO, Mônica de Fátima. **Poder Disciplinar**: A Analítica Foucaultiana como uma Alternativa as Pesquisas Organizacionais Sobre Poder. III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. João Pessoa/ PB – 20 a 22 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-teo-1230.pdf>. Acesso em 11/11/2020.

TAURION, Cezar. **Big Data**: velocidade, volume, variedade, veracidade, valor. Rio de janeiro:

Brasport, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & Educação**. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011

VIANNA, Túlio Lima. **Transparência Pública, Opacidade Privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle**, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2007

